



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC



ed.29

NOVEMBRE/2023



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC

**ed.29**

NOVEMBRO/2023



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Biblioteca da EDITORA INTEGRALIZE, (SC) Brasil

International Integralize Scientific. 29ª ed. Novembro/2023. Florianópolis - SC

Periodicidade Mensal

Texto predominantemente em português, parcialmente em inglês e espanhol

ISSN/2675-5203

1 - Ciências da Administração

2 - Ciências Biológicas

3 - Ciências da Saúde

7 - Linguística, Letras e Arte

8 – Ciências Jurídicas

4 - Ciências Exatas e da Terra

5 - Ciências Humanas/ Educação

6 - Ciências Sociais Aplicadas

9 – Tecnologia

10 – Ciências da Religião /Teologia



# INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

**Dados Internacionais de  
Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da Editora Integralize - SC – Brasil**

Revista Científica da EDITORA INTEGRALIZE- 29ª ed. Novembro/2023  
Florianópolis-SC

## **PERIODICIDADE MENSAL**

Texto predominantemente em Português,  
parcialmente em inglês e espanhol.  
ISSN/2675-5203

1. Ciências da Administração
2. Ciências Biológicas
3. Ciências da Saúde
4. Ciências Exatas e da Terra
5. Ciências Humanas / Educação
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Jurídicas
8. Linguística, Letras e Arte
9. Tecnologia
10. Ciências da Religião / Teologia



# INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

## EXPEDIENTE

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC

ISSN/2675-5203

É uma publicação mensal, editada pela  
EDITORA NTEGRALIZE | Florianópolis - SC

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande, CEP 88032-005.

Contato: (48) 99175-3510

<https://www.integralize.online>

### Diretor Geral

Luan Trindade

### Diretor Financeiro

Bruno Garcia Gonçalves

### Diretora Administrativa

Vanessa Sales

### Diagramação

Balbino Júnior

### Conselho Editorial

Marcos Ferreira

### Editora-Chefe

Dra. Vanessa Sales

### Editor

Dr. Diogo de Souza dos Santos

### Bibliotecária

Rosangela da Silva Santos Soares

### Revisores

Dr. Antônio Jorge Tavares Lopes

Dra. Arethusa Karla A. Cavalcanti

Dr. Tiago Moy

Dra. Gleice Franco Martins

Permitida a reprodução de pequenas partes dos artigos, desde que citada a fonte.



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC  
ISSN / 2675-5203**

É uma publicação mensal editada pela  
EDITORA INTEGRALIZE.  
Florianópolis – SC  
Rodovia SC 401, 4150, bairro Saco Grande, CEP 88032-005  
Contato (48) 4042 1042  
<https://www.integralize.online/acervodigital>

**EDITORA-CHEFE**  
Dra. Vanessa Sales

Os conceitos emitidos nos artigos são de  
responsabilidade exclusiva de seus Autores.



INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC



CIÊNCIAS  
HUMANAS  
HUMAN SCIENCES

**NOVEMBRO – CIÊNCIAS HUMANAS**

<b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>08</b>
Autor: <b>Benedito Cesar Silva</b>	
CONTINUING TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION	
FORMACIÓN CONTINUA DEL DOCENTE PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA	
<b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES A PARTIR DE NOVAS TECNOLOGIAS.....</b>	<b>15</b>
Autor: <b>Benedito Cesar Silva</b>	
CONTINUING TRAINING OF TEACHERS USING NEW TECHNOLOGIES	
FORMACIÓN CONTINUA DE PROFESORES UTILIZANDO NUEVAS TECNOLOGÍAS	
<b>ASPECTOS RELEVANTES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES.....</b>	<b>24</b>
Autor: <b>Benedito Cesar Silva</b>	
RELEVANT ASPECTS IN CONTINUING TEACHER TRAINING	
ASPECTOS RELEVANTES EN LA FORMACIÓN CONTINUA DEL DOCENTE	
<b>ALGUMAS REFLEXÕES E PROPOSTAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA.....</b>	<b>28</b>
Autora: <b>Célia Maria Marques Costa</b>	
SOME REFLECTIONS AND PROPOSALS FOR DEMOCRATIC MANAGEMENT AT SCHOOLS	
ALGUNAS REFLEXIONES Y PROPUESTAS PARA LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LAS ESCUELAS	
<b>GESTÃO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES.....</b>	<b>35</b>
Autora: <b>Célia Maria Marques Costa</b>	
SCHOOL MANAGEMENT: SOME REFLECTIONS	
GESTIÓN ESCOLAR: ALGUNAS REFLEXIONES	
<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: PROVOCAÇÕES E POSSIBILIDADES.....</b>	<b>41</b>
Autora: <b>Célia Maria Marques Costa</b>	
DEMOCRATIC MANAGEMENT IN SCHOOLS: PROVOCATIONS AND POSSIBILITIES	
GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LAS ESCUELAS: PROVOCACIONES Y POSIBILIDADES	
<b>A IMPORTÂNCIA EM UTILIZAR TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....</b>	<b>47</b>
Autor: <b>Josivaldo Teixeira de Oliveira</b>	
THE IMPORTANCE OF USING INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN THE EARLY GRADES OF ELEMENTARY SCHOOL	
LA IMPORTANCIA DEL USO DE LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LA COMUNICACIÓN EN LOS PRIMEROS GRADOS DE LA ESCUELA PRIMARIA	
<b>LIBRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS.....</b>	<b>58</b>
Autor: <b>Josivaldo Teixeira de Oliveira</b>	
LIBRAS AND TEACHER TRAINING IN THE EDUCATION OF DEAF STUDENTS	
LIBRAS Y LA FORMACIÓN DOCENTE EN LA EDUCACIÓN DE ESTUDIANTES SORDOS	
<b>INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS EM CLASSE COMUM NO ENSINO REGULAR.....</b>	<b>71</b>
INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN COMMON CLASS IN REGULAR EDUCATION	
INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES SORDOS EN CLASES COMUNES EN EDUCACIÓN REGULAR	



**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
**CONTINUING TEACHER TRAINING FOR INCLUSIVE EDUCATION**  
**FORMACIÓN CONTINUA DEL DOCENTE PARA LA EDUCACIÓN INCLUSIVA**

Benedito Cesar Silva

[bcesarsilva@yahoo.com.br](mailto:bcesarsilva@yahoo.com.br)

<http://lattes.cnpq.br/2863498230967234>

SILVA, Benedito Cesar. **Formação continuada de professores para a educação inclusiva**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 09 – 15, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

#### RESUMO

O presente trabalho pretende levantar a discussão sobre a inclusão de pessoas e as reflexões acerca de suas necessidades no âmbito do ensino no que tange às responsabilidades do professor e sua formação e capacitação. Para tanto, esta investigação será estruturada como uma pesquisa bibliográfica explicativa, de natureza descritiva que tem como objetivo objetiva demonstrar a importância da formação em educação inclusiva de professores para o sucesso do ensino aprendizagem dos alunos com alguma dificuldade e deficiência. Para isso será abordado de forma sucinta a educação no Brasil, a importância da educação inclusiva nas escolas, e será mostrado como implantar esse tipo de educação no cenário educacional brasileiro. O estudo mostra-se relevante na medida em que pretende ressaltar a importância que a educação tem na inclusão dos estudantes, em função do uso das técnicas certas e do grau de deficiência, das competências de cada um e de acordo com as suas dificuldades.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Professores. Educação Inclusiva.

#### ABSTRACT

The present work aims to raise the discussion about the inclusion of individuals and reflections on their needs in the context of education, particularly regarding the responsibilities of teachers and their training and qualification. Therefore, this investigation will be structured as an explanatory bibliographic research of a descriptive nature, aiming to demonstrate the importance of inclusive education training for teachers in the success of teaching and learning for students with difficulties and disabilities. To achieve this, a brief overview of education in Brazil will be provided, highlighting the importance of inclusive education in schools, and demonstrating how to implement this type of education in the Brazilian educational scenario. The study proves to be relevant as it intends to emphasize the importance of education in the inclusion of students, considering the use of appropriate techniques and the degree of disability, the skills of each individual, and according to their difficulties.

**Keywords:** Continuing Education. Teachers. Inclusive Education.

#### RESUMEN

El presente trabajo pretende plantear la discusión sobre la inclusión de las personas y reflexiones sobre sus necesidades en el contexto de la enseñanza en relación con las responsabilidades del docente y su formación y calificación. Para ello, esta investigación se estructurará como una investigación bibliográfica explicativa, de carácter descriptivo, que pretende demostrar la importancia de la formación en educación inclusiva del profesorado para el éxito de la enseñanza y el aprendizaje de estudiantes con algunas dificultades y discapacidades. Para ello se abordará brevemente la educación en Brasil, la importancia de la educación inclusiva en las escuelas y se mostrará cómo implementar este tipo de educación en el escenario educativo brasileño. El estudio es relevante ya que pretende resaltar la importancia que tiene la educación en la inclusión de los estudiantes, en función del uso de las técnicas adecuadas y del grado de discapacidad, de las habilidades de cada persona y de sus dificultades.

**Palabras clave:** Formación Continua. Maestros. Educación inclusiva.

#### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o chamado Movimento de Inclusão influenciou políticas públicas e sistemas educacionais em nível nacional e internacional e promoveu, novas perspectivas sobre a oferta de educação para todas as pessoas e principalmente, sobre a inclusão de alunos com deficiência. A partir da década de 1990 com o aumento das discussões em torno da educação inclusiva, especialmente após a Declaração de Salamanca (documento elaborado na

Conferência Mundial sobre Educação Especial na Espanha) surgiu uma maior preocupação por parte de vários países do mundo através da ONU, com a educação de pessoas com deficiência. Essa declaração tem por objetivo, entre outros, de "regras padrões sobre equalização de oportunidades para pessoas com deficiências" (UNESCO e DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.1).

Dessa forma, visa assegurar que os Estados Nacionais garantam que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Ou melhor, fora editada com a finalidade de fornecer diretrizes básicas para a formação e reforma de políticas públicas e sistemas educacionais, de acordo com o movimento de inclusão social em desenvolvimento à época (UNESCO e DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Esses movimentos se iniciaram a partir do momento que ficou evidenciada a lacuna dos estabelecimentos de ensino em criar canais de comunicação mais diretos com os estudantes, de modo a poder compreender a sua condição. Esse fato fomentou acentuada discussão em torno de como as escolas e universidades deveriam proceder para melhor atender aos estudantes com deficiência (BRASIL, 1996).

Diante disso, e para assentar esse vício, surgiram diversas teorias e metodologias voltadas ao ensino dos estudantes com deficiências, como a linguagem oral, a língua brasileira de sinais – Libras, e outros códigos visuais voltados para manter a comunicação com esses indivíduos. Contudo, a despeito das inúmeras teorias e metodologias a serem utilizadas, em último caso é o educador quem, de fato, faz essa opção por uma ou outra ferramenta, ao considerar a mais adequada à sua realidade e aos seus conhecimentos sobre cada caso. Segundo Silvestre (2007), a inclusão de libras nos cursos de formação de professores e fonoaudiólogos no Brasil é muito recente, porém é um grande passo rumo a uma melhor comunicação professor-aluno.

Uma das cicatrizes em relação à temática abordada se direciona à segregação, ainda que a intenção seja incluir. Possibilitar a inclusão mais se relaciona com investir em rompimento de obstáculos do que em tratamento interpessoal por si só. Para incluir de fato, a instituição de ensino deve se preparar em conjunto, tendo em vista a estrutura arquitetônica, as estratégias pedagógicas e o comportamento dos seus profissionais. Contudo, é inquestionável que a sua implementação, antes de tudo, deriva das condições de receber adequadamente os estudantes com deficiência, independente de qual seja sua necessidade (OLIVEIRA et al, 2016).

Diante disso o presente artigo objetiva demonstrar a importância da formação em educação inclusiva de professores para o sucesso do ensino aprendizagem dos alunos com alguma dificuldade e deficiência. Para isso será abordado de forma sucinta a educação no Brasil, a importância da educação inclusiva nas escolas, e será mostrado como implantar esse tipo de educação no cenário educacional brasileiro.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de demonstrar a importância da formação continuada dos professores perante a educação inclusiva. Além das políticas públicas adotadas pelo governo é preciso mais envolvimento dos profissionais de educação, de investimentos na formação de docentes eficientes que viabilizem a verdadeira inclusão, que sinaliza para as necessidades reais dos alunos. Além disso, a pesquisa também se justifica pela sua apresentação contextual que simplifica a temática, agregando ao seu meio social, onde pessoas mesmo sem conhecimento técnico sobre o assunto poderão compreender e conhecer o

cenário apresentando, dessa forma, a população pode ser informada quanto ao que se aborda nesta pesquisa.

O presente trabalho foi elaborado sob uma pesquisa bibliográfica explicativa através da consulta de artigos científicos e acadêmicos na internet em língua portuguesa, a partir de buscas nas bases de dados: Google Acadêmico, Google livros, e-livros, Livraria Senado, SciELO, entre outros. As palavras chave utilizadas para a busca foram: Políticas Públicas, Contribuição do docente, formação de cidadãos, educação inclusiva, entre outras. Foi feita uma vasta pesquisa e encontrado variadas matérias sobre o tema escolhido, após um extenso estudo destes foi estabelecido que os artigos selecionados deveriam ter uma relação direta e objetiva sobre o tema, enfocando assim foram escolhidos os que abordavam demandas expostas.

O desenvolvimento dessa pesquisa foi dividido em três sessões. Em primeiro lugar, fez-se a introdução do assunto através da revisão bibliográfica, onde buscou-se abarcar de forma sucinta e direta o tema abordado foi elaborado a apresentação da temática, objetivos, e justificativa, e metodologia. Na segunda parte, no desenvolvimento, serão apresentadas referências de diversos autores sobre o assunto em questão como embasamento teórico, e por fim na última etapa se dará a conclusão e referências sobre o trabalho.

## **EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A sociedade brasileira é culturalmente diversificada nos diferentes graus étnicos e religiosos, ao longo de séculos tivemos lutas e conflitos étnicos, de ideias, crenças, e sociais que potencializaram o preconceito nos mais variados níveis da sociedade durante as épocas. Nas últimas décadas o Brasil passou por várias transformações, dentre elas notamos que a questão da inclusão educacional passou a figurar entre os grandes debates nacionais, essa vertente tem influenciado as mais diversas correntes de pensamentos.

Atualmente o país apresenta os mais variados problemas entres os quais destacamos a má distribuição de renda e desqualificação educacional. A qualidade da educação brasileira é um desafio no campo das políticas públicas, é uma temática recorrente, e quando analisamos os indicadores de desempenho dos estudantes brasileiros produzidos pelos órgãos oficiais, nota-se resultados abaixo dos padrões internacionais e mostra que existem diferenças substanciais entre o desempenho de aluno das escolas públicas e das escolas privadas (LACRUZ, AMÉRICO, CARNIEL, 2019).

O direito à Educação é reconhecido mundialmente, estando expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja aprovação aconteceu em 1949 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Está expresso no artigo 26. (RIBEIRO, 1998, p. 123).

1. Todas as pessoas têm direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Esta deve promover compreensão, tolerância e amizade entre as nações, grupos religiosos ou raciais, e deve promover as atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Os pais têm o direito primário de escolher o tipo de educação que deve ser dada aos filhos.

A Educação, segundo Cunha (2010, p.284), é um “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança (...)”. Para Ferreira (2009, p. 272), é um “ato ou efeito de educar (-se) processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”. Silveira (2009, p. 272) aponta como “Instrução; ensino; polidez; cortesia”.

No contexto do processo escolar formal, a educação é um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado em todos os níveis sociais, uma vez que se trata de um elemento relevante para a conquista da cidadania. Na antiguidade, a educação estava atrelada à família relacionando-se com as boas maneiras e os princípios morais. A partir do Século V, ela passa a envolver a formação cidadã para o bem da sociedade. Na Contemporaneidade, a educação busca caminhos para uma melhoria de vida (ENQUITA, 1989; RANGEL, 1990; PILETTI; PILETTI, 2006). De acordo com Rangel, (1990) a educação leva o indivíduo a conseguir emprego, além de melhorar as relações interpessoais, ter consciência socioambiental, e entender o meio em que ela faz parte, aumentando assim o leque de conhecimento.

A mudança legislativa permitiu que crianças com deficiência pudessem ingressar na escola, desencadeando um debate sobre o complexo processo de inclusão. Percebe-se que existem políticas públicas pautadas na preocupação com a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, como pauta a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015 (BRASIL, 2015a) que criminaliza a rejeição de inclusão de pessoas com deficiência ou cobra por pagamentos de taxas extras. Mas ainda há muito o que discutir sobre as peculiaridades dessa inclusão. (TAVARES, 2016).

As mudanças na Educação estão atreladas ao avanço do capitalismo, ao surgimento de novas tecnologias que proporcionaram a necessidade de mão de obra qualificada gerando mudanças no sistema educacional vigente, as mudanças socioambientais, etc. Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação está relacionada com a preparação do aluno para o mercado de trabalho, para o campo profissional, para a sociedade, sentindo-se capaz e ter consciência para fazer suas escolhas e viver sua vida (GADOTTI, 1999).

Mas, em termos de Brasil, apesar da democratização da escola, determinada pela Constituição de 1988, as origens sociais e econômicas ainda são fatores que determinam quem tem acesso à educação (GADOTTI, 1999; PILETTI, PILETTI, 2006) e o estudante, que busca a qualificação profissional, não tem tido tantas oportunidades, uma vez que na estrutura educacional brasileira de hoje ainda se faz necessário repensar as práticas educativas para que se possa ter uma educação de qualidade voltada para desenvolver o cidadão nos aspectos intelectuais, profissionais, políticos e sociais, fazendo concretizar os objetivos descritos pelos PCN –Parâmetros Curriculares Nacionais, uma vez que o aprendizado ainda se baseia na memorização, e o professor ainda é um mero reproduzidor de conhecimento (GADOTTI, 1999).

### **Formação continuada de professores para a educação inclusiva**

O princípio da equidade, tendo em vista a Constituição Federal Brasileira, pressupõe que as pessoas que sejam diferentes devem ser tratadas de forma desigual em proporcionalidade à sua desigualdade: “Dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999,

p. 42). Ou seja, um indivíduo sempre será distinto do outro, devemos compreender as suas necessidades específicas e atendê-las caso a caso (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, é importante que sejam oferecidas todas as possibilidades de inclusão. Isso envolve avaliar se a universidade oferece uma educação inclusiva para os vários tipos de deficiência dos estudantes, se oferece cursos voltados para melhorar a formação dos professores, se a estrutura do campus é adequada aos deficientes com problemas de locomoção, entre outros. Além disso, é importante para o educador poder discutir sobre a melhor abordagem do estudante com deficiência em sala de aula. Conforme afirma Poker (2003, p.41):

A formação de professores para a educação inclusiva precisa estar subsidiada em análises do conhecimento científico acumulado a respeito das competências e habilidades necessárias para atuar nessa perspectiva, ou seja, sua formação deve basear-se na reflexão e na criatividade. O professor necessita estar preparado para selecionar conteúdos, organizar estratégias e metodologias diferenciadas de modo a atender, adequadamente, a todos os alunos.

Considerando a formação de professores na perspectiva da educação inclusiva, importa saber quais os fatores que motivam os professores a participar em programas continuados e como tais motivações e expectativas influenciam a sua prática pedagógica. Essa questão torna-se ainda mais importante se considerarmos que os professores que atuam em escolas públicas ou privadas geralmente não se sentem preparados para trabalhar do ponto de vista da educação inclusiva (POKER, 2003; MARTINS, 2006).

Ao mapear o perfil e as motivações profissionais é possível inferir sobre os diversos aspectos relacionados às expectativas docentes e a contribuição da formação para sua atuação nos serviços previstos no AEE. Além disso, a construção da identidade política do corpo docente também é constitutiva nesses novos espaços, gerando reflexões e discussões acerca da educação especializada oferecida aos alunos com deficiência, propiciando a implementação de políticas públicas mais efetivas. (ZANELATO; POKER, p. 147, 2012).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, no Brasil, aproximadamente 45,6 milhões de pessoas se autodeclararam com algum tipo de deficiência, considerando a faixa etária entre 14 e 64 anos da população economicamente ativa, exatamente aqueles que estão aptos a ingressar no ensino superior. Desse total, aproximadamente 24% da população apresenta algum grau de comprometimento em uma das seguintes deficiências: auditiva, motora, mental/intelectual ou visual. O censo também constata que, entre as deficiências citadas, prevalece com maior incidência a deficiência visual, com 18,6%, seguida da deficiência motora, com 7%, deficiência auditiva, com 5,1% e deficiência intelectual, com 1,4% (IBGE, 2010).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015) afirma, em seu Art. 27, que a educação é um direito da pessoa com deficiência e que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis. A educação inclusiva, de acordo com Stainback & Stainback (1999, p.1), é a “prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”.

Sabe-se que a sociedade sempre exclui o indivíduo com deficiência, é evidente que os demais aspectos cotidianos também apresentam determinados obstáculos, como por exemplo, o ensino superior (MACIEL, 2000). O espaço educacional tem sido um espaço marcado pela desigualdade de acesso e dificuldade de permanência de populações historicamente excluídas,

em geral, aquelas que se apresentam em situação de vulnerabilidade nos setores – econômico, social e cultural, em seu país. Reconhecida como um importante ambiente de desenvolvimento humano e de apropriação da experiência acumulada pela humanidade, as escolas deve promover e assegurar formas de apoio a todos que desejam cursá-la, dentre as quais se encontram pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (DE OLIVEIRA MARTINS, 2017, p.2).

Ainda hoje, as pessoas com deficiência são necessárias para ter qualidade de vida e, por meio de professores especializados em educação especial, pode-se garantir uma educação de qualidade para todos, levando em consideração as características de cada aluno, ou seja, restrições e oportunidades. Portanto, quando pensamos nas condições para tornar os sistemas educacionais, e principalmente as escolas, mais inclusivos, voltamos à importância fundamental da formação de professores nessa atividade. (ZANELATO; POKER, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor é considerado um elemento muito importante no contexto da escola e no processo de ensino e aprendizagem, pois está em contato direto com os alunos, constituindo um meio de transmissão de informações, sendo também um supervisor no processo de ensino. A formação desse profissional provavelmente tem diversos efeitos sobre sua eficácia em sala de aula. Esta formação e treinamento é a base para a ação e preparação para as situações que surgem no dia a dia.

A didática dos professores é um tópico bastante atual e preocupa os acadêmicos que estudam a educação inclusiva, além de ser alvo de diversas políticas públicas. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva se concentra no sistema educacional para ajudar a responder às carências desta modalidade, e garantir a inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares, esta meta ainda tem um longo caminho a percorrer, especialmente no que diz respeito à formação de professores que conduzem diretamente esses alunos.

Assim, o que se propõe é que os currículos de formação de professores não só possuem disciplinas específicas sobre o tema da inclusão, mas que seja abordado transversalmente em várias outras disciplinas de formação. Acredita-se que, dessa forma, a inclusão deixará de ser vista de forma fragmentada e poderá até se tornar um assunto cada vez mais natural nas controvérsias nos cursos de graduação.

Junto a isso, sugere-se que os cursos ofereçam mais hipóteses de práticas com crianças com deficiência, como estágios em salas de aula inclusivas e convivência com essas pessoas, para que a vivência e a discussão também possam fomentar uma perspectiva verdadeiramente inclusiva, para além de uma reformulação das políticas públicas de inclusão, com uma maior participação da sociedade na sua complexidade, mas também um controle sistemático para que as propostas estabelecidas na lei sejam implementadas, a fim de também garantir um desempenho consistente destes professores e instrução de qualidade para crianças incluídas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei n° 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em 15 de maio de 2022.
- \_\_\_\_\_. Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e dá outras providências. Brasília. 2002.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- DE OLIVEIRA MARTINS, Sandra Eli Sartoreto et al. n. 18-INCLUSÃO DE UNIVERSITÁRIOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 11, 2017.
- ENGUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola: educação e trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed. – São Paulo, Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época; v23)
- GADOTTI, Moacir. *A educação contra a Educação: prefácio de Paulo Freire*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.
- LACRUZ, Adonai José; AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. *Revista brasileira de educação*, v. 24, 2019.
- OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, p. 299-314, 2016.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- SILVEIRA BUENO. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2010.
- SILVESTRE, Núria; SOUZA, Regina Maria de; ARANTES, Valéria Amorim (Organizadora). *Educação de Surdos*. São Paulo: Summus, 2007 – (Coleção pontos e contrapontos).
- SILVA, Edvaldo Feliciano da. CAMPOS, Marineide Furtado. *O percurso dos surdos na história e a necessidade da LIBRAS para a inclusão dos sujeitos na escola*. Natal, RN: Instituto de Educação Superior Natalense (UFRN), 2014.
- SILVA, Lili Silva. *Pessoas com deficiência no ensino superior: permanência e eficácia*. 2016.
- STAINBACK, S. & STAINBACK, W. *Inclusão: Um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais*. Espanha, 1994. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf)>. Acesso em 01 de maio de 2022.
- TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. *A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente*. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, p. 527-542, 2016.
- ZANELATO, Daniela; POKER, Rosimar Bortolini. *Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão*. *Revista Ibero-americana de estudos em educação*, p. 147-158, 2012.

## FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES A PARTIR DE NOVAS TECNOLOGIAS

CONTINUING TRAINING OF TEACHERS USING NEW TECHNOLOGIES

FORMACIÓN CONTINUA DE PROFESORES UTILIZANDO NUEVAS TECNOLOGÍAS

Benedito Cesar Silva

[bcesarsilva@yahoo.com.br](mailto:bcesarsilva@yahoo.com.br)

<http://lattes.cnpq.br/2863498230967234>

SILVA, Benedito Cesar. **Formação continuada de professores a partir de novas tecnologias.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 16 – 24, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

A questão de pesquisa que nos motivou a propor este trabalho decorre da crença generalizada de que os professores da educação básica raramente usam a tecnologia de sala de aula como um auxílio à instrução e aprendizagem dos alunos. Portanto, não se supõe que a prática de tecnologia em sala de aula não seja compartilhada devido a preocupações com segurança ou falta de treinamento contínuo. O objetivo deste estudo é examinar como as tecnologias estão sendo integradas aos currículos e como isso está influenciando o desenvolvimento profissional do professor por meio da implementação de práticas de ensino inovadoras que dão aos alunos oportunidades de investigar tecnologias emergentes a serviço de seu próprio aprendizado. Apoiado em fundamentação teórica de autores que escreveram extensivamente sobre o assunto, este artigo visa explicar as preocupações do sistema educacional a partir da perspectiva do aluno por meio da tecnologia, tratando o aluno como um todo. A abordagem segue a linha de revisão da literatura acadêmica porque isso tem se mostrado útil na estruturação da profundidade teórica. À luz dos resultados do estudo citado, fica claro que tanto os professores quanto as escolas precisam obter uma melhor formação técnica para acompanhar as rápidas mudanças na educação que ocorreram no século XXI.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Educação Básica. Tecnologias da Informação e Comunicação.

### ABSTRACT

The research question that motivated us to propose this work arises from the widespread belief that teachers in basic education rarely use classroom technology as an aid to instruction and student learning. Therefore, it is not assumed that the practice of classroom technology is not shared due to safety concerns or lack of ongoing training. The objective of this study is to examine how technologies are being integrated into curricula and how this is influencing the professional development of teachers through the implementation of innovative teaching practices that give students opportunities to investigate emerging technologies in service of their own learning. Supported by theoretical foundations from authors who have extensively written about the subject, this article aims to explain the concerns of the educational system from the perspective of the student through technology, treating the student as a whole. The approach follows the line of reviewing academic literature as it has proven useful in structuring theoretical depth. In light of the findings from the cited study, it becomes clear that both teachers and schools need to acquire better technical training to keep up with the rapid changes in education that have occurred in the 21st century.

**Keywords:** Continuing Education. Basic Education. Information and Communication Technologies.

### RESUMEN

La pregunta de investigación que nos motivó a proponer este trabajo surge de la creencia generalizada de que los profesores de educación básica rara vez utilizan la tecnología en el aula como ayuda para la instrucción y el aprendizaje de los estudiantes. Por lo tanto, no se supone que la práctica tecnológica en el aula no se comparta debido a preocupaciones de seguridad o falta de capacitación continua. El propósito de este estudio es examinar cómo se están integrando las tecnologías en los planes de estudio y cómo esto está influyendo en el desarrollo profesional docente a través de la implementación de prácticas docentes innovadoras que brindan a los estudiantes oportunidades para investigar tecnologías emergentes al servicio de su propio aprendizaje. Apoyado en fundamentos teóricos de autores que han escrito extensamente sobre el tema, este artículo tiene como objetivo explicar las inquietudes del sistema educativo desde la perspectiva del estudiante a través de la tecnología, tratando al estudiante como un todo. El enfoque sigue la línea de revisión de la literatura académica porque ésta ha demostrado ser útil para estructurar la profundidad teórica. A la luz de los resultados del estudio antes mencionado, queda claro que tanto los docentes como las escuelas necesitan obtener una mejor formación técnica para mantenerse al día con los rápidos cambios en la educación que han ocurrido en el siglo XXI.

**Palabras clave:** Formación Continua. Educación básica. Tecnologías de la Información y las Comunicaciones.

### INTRODUÇÃO



Devido às mudanças nas normas sociais e nas exigências do mercado, as exigências formativas dos profissionais tornaram-se mais específicas e avançadas ao longo da colonização. Um educador eficaz também deve estar aberto e receptivo ao desenvolvimento profissional contínuo no contexto de sua função. Estas preparações irão auxiliá-lo no momento de sua prática, permitindo-lhe dar ao seu aluno acesso a uma ampla variedade de oportunidades de aprendizagem, para servir de ponte entre o conhecimento tradicional e a tecnologia de ponta, para acompanhar os desenvolvimentos em ambos os campos, e proporcionar aos seus alunos uma educação de alta qualidade.

O educador moderno tem a tarefa de acompanhar os currículos em constante evolução e, como tal, deve estar atento à necessidade de buscar novas informações relacionadas à sua área de atuação, às metodologias de ensino de ponta e às ferramentas e materiais que podem melhorar a aprendizagem de seus alunos e ampliar seus horizontes. Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, eles se concentraram em categorizar os indígenas e fornecer uma educação separada para a elite. Isso marcou o início do processo de formação de professores e educação da população. A visão antiquada e retrógrada da educação voltada para as classes aristocráticas da época do senhorio feudal foi abandonada. Como resultado, os programas modernos de preparação de professores visam equipar os futuros educadores com uma compreensão de como as novas tecnologias podem ser aplicadas à prática pedagógica fundamental dentro dos contextos sociais, econômicos, culturais e emocionais mais amplos dos indivíduos envolvidos.

A justificativa do estudo é que as tecnologias digitais já estão integradas ao cotidiano da grande maioria das crianças e adolescentes em idade escolar e, portanto, inevitavelmente estão sendo trazidas para as salas de aula, principalmente por meio do uso de smartphones. Assim, quem lidará com esse cenário será o educador, que precisará estar preparado para empregar as tecnologias digitais de maneira eficaz. De acordo com Kraviski (2019, p. 15), um professor precisa mais do que conhecimento, habilidades e habilidades que adquire durante sua formação inicial em teoria, pedagogia e currículo para realizar seu trabalho com eficácia

No entanto, partindo de uma abordagem qualitativa do referencial teórico e de uma breve análise documental, este estudo busca indagar sobre a importância da formação continuada de professores para o uso das novas tecnologias nas salas de aula do ensino fundamental, relacionando essa formação com prática pedagógica real dos professores dentro de um contexto social, econômico e emocional compartilhado por todos os alunos.

Partindo desta premissa, o estudo pretende demonstrar porque é que os professores do ensino básico necessitam de formação continuada para poderem incorporar eficazmente as tecnologias digitais de informação e comunicação nas suas salas de aula, bem como identificar as barreiras à integração destas tecnologias nos sistemas existentes, práticas pedagógicas e propor soluções.

## **DESENVOLVIMENTO**

A escola, como um lugar onde o conhecimento é produzido e a cultura é valorizada, deve incorporar bens culturais e práticas sociais dentro de seu currículo. Portanto, no contexto da sociedade da informação, não pode ser tecnologicamente agnóstico. O uso da internet em sala de aula abriu um novo mundo de informações para os alunos aprenderem, incluindo texto,

vídeo, áudio e imagens. Escolas públicas fornecem recursos tecnológicos como sistemas de som, televisores, leitores de DVD, kits multimídia, laboratórios de informática com acesso à internet, tablets, dicionários digitais e notebooks para uso em diversas áreas de assunto, telecomunicações e aulas de tecnologia da informação (TIC).

Embora essas tecnologias representem um avanço significativo em termos de infraestrutura, repensar a política educacional e a prática pedagógica é essencial se quisermos alcançar o objetivo de uma educação verdadeiramente transformadora. Segundo Almeida e Prado (2010), a tecnologia educacional deve ser guiada por princípios que colocam um prêmio em construção do conhecimento, aprendizado interdisciplinar significativo, e uma visão de mundo humanista. Diante disso, é fundamental que os educadores aproveitem tecnologias de ponta e desenvolvam ações eficazes estratégias de ensino e aprendizagem sem perder de vista o quadro maior da educação e seu ambiente social.

Segundo Allan (2015), a questão não é o avanço tecnológico, mas sim uma visão ultrapassada de educação que não contabiliza as mudanças sociais. E finalmente:

A tecnologia digital, que estimula o compartilhamento do saber, representa um grande desafio para uma geração de professores que estudou e aprendeu a ensinar em uma era pré digital, sem recursos de interação e colaboração capazes de conectar mestres, estudantes e a sociedade civil de uma forma geral, independentemente de formação, cultura ou nação onde vivem. (ALLAN, 2015, p. 40)

Essa lacuna entre a formação de professores e as necessidades da era digital apresenta um dos maiores desafios incorporando tecnologia da informação na instrução em sala de aula. Portanto, é necessário repensar a prática educacional e adquirir novas habilidades para acompanhar os turnos. Os professores precisam de desenvolvimento profissional contínuo para que possam desenvolver estratégias inovadoras de ensino e proporcionar aos alunos o necessário apoio acadêmico como eles aprendem. Atualmente, com a ajuda da internet, programas de treinamento e educação podem ser entregues remotamente, permitindo um maior número de profissionais para se beneficiar deles.

Segundo Cortella (2014), o professor está ciente da necessidade de atualização dos procedimentos, mas para fazer isso, você não tem que jogar fora tudo o que veio antes; a sabedoria educacional que você aplicou ao longo de sua jornada é algo a ser admirado, e merece reconhecimento pelo que é realizado.

Cortella (2014, p.95) define "formação" da seguinte forma:

O professor tem de ser formado nessa direção, é necessário que ele parta do já sabido para chegar ao não sabido, que ele crie uma ambiência de partilha de saberes, em que não só o docente apareça como o detentor do conhecimento, mas também que essa condição jamais se estabeleça sem dedicação e esforço. (CORTELLA, 2014, p.95)

Para continuar o desenvolvimento do papel da escola e o estabelecimento de novas relações, parece que um entendimento dessa relação complementar é necessário. Porque, como Albert Einstein tão sabiamente disse: "Tolice está fazendo as coisas sempre da mesma maneira e esperando resultados diferentes."

Neste contexto, o papel do educador emerge não como o de uma figura central, mas sim como um mediador no processo de ensino e aprendizagem. Alguns professores podem se sentir

inquietação com isso, mas é o caminho do educador do século 21 para se esforçar para melhoria contínua.

A utilização de recursos tecnológicos levará a novas abordagens ao ensino. Nesse sentido, Freitas (2010) enfatiza a importância de dar significado aos recursos.

Essa mudança só será possível se o educador se apropriar de tais recursos tecnológicos tornando-os significativos e verdadeiramente importantes, entre tantas possibilidades, para modificação da prática pedagógica promovendo a dinamização do ensino e da aprendizagem, mas, não basta a utilização, é necessário saber usar de forma pedagogicamente correta a tecnologia escolhida para alcançar o sucesso no ensino aprendizagem. (FREITAS, 2010, p. 5)

Ao agir e contemplar desta forma, o educador desafiará suas próprias noções preconcebidas e, através do teste de ferramentas educacionais inovadoras, desenvolvendo uma nova abordagem para o ensino. Cada escola e professor desenvolverá seu próprio método para lidar com preocupações pedagógicas a fim de atender as necessidades da sociedade da informação de hoje. Alguns dos fatores que devem ser levados em conta ao longo do processo são apresentados em Lira (2016) Eles cuidam do diálogo, conexões reais e online e avaliações.

Na sociedade da informação, todos estão reaprendendo a conhecer, a se comunicar, a ensinar e a aprender de maneira diferente, e a integrar-se no tecnológico, tendo sempre o humano como centro. Com essa nova visão, apresenta-se para o professor um grande leque de opções metodológicas, de possibilidades para organizar a sua comunicação com os alunos, trabalhando de forma presente ou virtual, inclusive com novos meios para avaliá-los. Cada docente poderá encontrar a sua forma mais adequada de integrar as várias tecnologias e procedimentos metodológicos. Aqui, não se trata de oferecer receitas, porque as situações são bem diversificadas. (LIRA, 2016, s/p)

É fascinante ver como o fator "humano" está no centro do processo e impulsiona o desenvolvimento da autonomia do aluno através da participação ativa do aluno. Enquanto isso, Allan (2015) deixa claro que a ajuda mútua entre professores e alunos pode ser útil durante esta reconstrução.

Nas estratégias de aprendizagem do mundo contemporâneo, o educador precisa aprender a aprender, inclusive com seus alunos, e se apropriar de recursos tecnológicos digitais básicos. E não deve se preocupar caso os estudantes saibam mais do que ele. (ALLAN, 2015, p.147)

Segundo Pais (2008, p. 23), no mundo rico em informações de hoje, os professores têm um novo desafio: ensinar os alunos a trabalhar efetivamente com dados, conduta e pesquisa relevante, e aplicar o que eles aprenderam a cenários do mundo real. Possui a previsão de trabalhar com uma infinidade de dados em um esforço para trazer a fonte primária do aluno de informação frente e centro.

Não será difícil encontrar alunos em sala de aula que sejam mais tecnicamente proficientes que seus professores. A maioria dos alunos é naturalmente adepta de ferramentas tecnológicas porque foram criados na sociedade tecnologicamente avançada de hoje. Dessa forma, uma relação colaborativa seria crucial para o desenvolvimento da autonomia dos alunos e oportunidades de aprendizagem.

Estudos de Allan (2015, pp. 148-149) fazer referência ao novo caminho das práticas educacionais proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que sugere uma reflexão sobre a visão de desenvolvimento econômico e social de um país em que uma melhoria na educação se torna necessária. De acordo com Freitas e Lima, a UNESCO identificou três normas de competência para a preparação dos professores, são:

a) Ampliação do conhecimento tecnológico dos professores incorporando habilidades tecnológicas básicas ao currículo; b) Avanço no desenvolvimento das habilidades tecnológicas para utilizar o conhecimento de forma a agregar valor ao resultado educacional, aplicando-o para resolver problemas complexos do mundo real – ou abordagem de aprofundamento de conhecimento. c) Aumento da capacidade dos professores para inovar e produzir novos saberes e a capacidade dos alunos para se beneficiar desse novo conhecimento – ou a abordagem da criação de conhecimento. (FREITAS; LIMA, 2010, p. 76).

O cumprimento dessas normas apresentadas é inerentemente difícil por duas razões: o grande número de profissionais envolvidos, e a falta de uma política séria e eficaz de desenvolvimento do corpo docente.

Devido ao rápido desenvolvimento dos canais de comunicação e informação nas últimas décadas, agora somos capazes de conhecer e entender o que está acontecendo com as pessoas do outro lado do mundo em tempo real, principalmente através do uso da Internet e televisão. Recebemos notícias de todo o mundo, e podemos aprender sobre os empregos das pessoas, os produtos que elas compram, a música que eles ouvem, os tipos de pesquisa que foram conduzidas, e os estudos em andamento, entre outras coisas, porque os canais de comunicação modernos são parte integrante da nossa sociedade. Sua presença e intervenção no cotidiano das pessoas são inegáveis; com o clique de um botão, o mundo inteiro pode ser trazido para nossas salas de estar em um instante.

Ortiz (1994) assim descreve essa influência: "... somos cidadãos do mundo... mesmo quando não nos deslocamos, o que significa dizer que o mundo chegou até nós, penetrou nosso cotidiano..."

Comunicação e outros elementos que definem a sociedade moderna, como alta tecnologia, rapidez e consumismo, estão inextricavelmente entrelaçados com conceitos como "modernidade" e "avanços tecnológicos". Esses elementos permeiam o cotidiano de todos; algumas pessoas sentem as influências e transformações mais fortemente do que outras, mas mesmo as mais resistentes entre nós são participantes nesta circulação maciça, quer eles gostem ou não.

Neste novo cenário, Segundo Vilela (2007, p.2) estamos testemunhando o surgimento de novos valores, conhecimentos e relações possibilitadas pelas tecnologias de informação e comunicação; e essas mudanças estão dando origem a um novo paradigma que, em princípio, entra em contato com a corrente sistema educacional, que, em sua sessão, permanece cristalizada. É claro que há mais exclusão do que oportunidade no atual globalmente interconectado sociedade; ainda, paradoxalmente, para combater a exclusão, é necessária a alfabetização tecnológica; afinal, serve como uma marca da sociedade.

Quando se fala em educação em particular, o caminho de introduzir comunicação e informação tecnologias no campo não são novas; na verdade, isso vem acontecendo desde o

final da década de 1960. No entanto, foi só na década de 1980 que a introdução de computadores pessoais acessíveis e interfaces gráficas de usuário fez essa tendência verdadeiramente mainstream.

Assim, a partir da década de 1990, as instituições públicas visavam introduzir inovações tecnológicas visíveis em escolas, como a instalação de antenas parabólicas, bibliotecas de vídeo, ciência e Laboratórios de computador, a compra de dispositivos de datashow, leitores de DVD, assinaturas de TV via satélite etc. (VILELA, 2007, p.3)

Presume-se que esses recursos podem contribuir muito para o aprimoramento da qualidade de educação pública, garantindo que os alunos não "percam o bonde da história", mas é essencial que os professores ser familiarizado com eles e saber como aproveitar ao máximo eles na sala de aula porque "(...) muito mais do que 'treinamento', é necessário." (PAPERT, 1985)

A preparação do professor para atender às necessidades desta nova era e conseguir transmitir os conceitos de informática aos seus alunos é outro fator que impacta diretamente na inclusão digital no ensino fundamental, médio e principalmente no ensino médio, que é o nosso foco de pesquisa. No entanto, a preparação dos professores continua gravemente deficiente, apesar dessa profunda mudança na sociedade.

Para Paulo Freire, grande pedagogo brasileiro, 'o educador há que viver como um ser molhado de seu tempo' (1982, p. 46). Em razão disto, é preciso sempre que o educador esteja atualizado com o tempo em que vive e com esta nova era digital, não é diferente. O educador deve fazer com que computador se torne um instrumento de apoio às matérias e aos conteúdos ensinados, mas, além disso, o mais importante é a preparação do indivíduo para esta nova sociedade.

Já que, segundo Pontes (2001):

Existe um consenso de que a qualidade da formação de professores afeta diretamente a preparação dos alunos para o mundo digital. Para acomodar essa nova perspectiva, precisamos dar mais atenção tanto à formação inicial de novos educadores quanto à formação continuada daqueles que já estão no campo. O desenvolvimento profissional contínuo dos educadores torna-se, assim, um mandato que deve ser planejado e implementado como parte integrante das operações diárias dos professores e das escolas, e não como uma atividade externa que ocorre fora das escolas. (PONTES, 2001, p. 1)

Apesar de Paulo Freire não ter feito tantos estudos sobre as novas tecnologias, seus estudos são bastante atuais para estas questões, pois ele sempre se dizia "aberto ao novo." Portanto, é importante inspirar os educadores a mergulhar no "novo" e é igualmente importante que as faculdades e universidades ofereçam treinamento de alta qualidade para a próxima geração de profissionais, para que possam fazer uso eficaz das tecnologias de informação e comunicação na sala de aula. Segundo (BELLONI, 1999)

Desde que essas condições sejam atendidas, essas ferramentas servirão ao propósito da construção do conhecimento, contando com experiências de aprendizagem significativas para ajudar o educando a encontrar seu lugar no mundo e se tornar um membro contribuinte e realizado da sociedade. (MORAN, 2000)

Educadores e escolas enfrentam um desafio significativo como resultado da proliferação de tecnologias modernas: como combinar com sucesso os dois. Houve um tempo em que a

escola era o principal meio de educação. Hoje, graças à internet, estamos testemunhando uma revolução na disseminação do conhecimento. Tudo está online, e voltando-se para ele em tempos de necessidade está agora enraizado em nossa rotina diária.

E segundo Aquarone (2016),

Estes recursos buscam criar maneiras motivadoras de aprendizagem e de reforçar conteúdos escolares, mesmo fora da sala de aula. A educação tecnológica tem suas vantagens de oferecer possibilidades aos professores e alunos, de ampliar repertórios, conectar as pessoas e motivar o aprendizado. Para isso, contamos com dispositivos de fácil acesso, como tablets, smartphones e internet, facilitando o trabalho docente na utilização e repasse dos conteúdos, na participação dos alunos, potencializando e direcionando os ajustes pedagógicos. (AQUARONE, 2016, s/p)

Por outro lado, há algumas coisas que podem atrapalhar a capacidade de um aluno de aprender com a ajuda da tecnologia. Isso inclui coisas como a falta de acesso aos recursos necessários, barreiras sociais, dificuldade de foco e falta de interação professor-aluno. Esses desafios podem ser superados coordenando as regras de todos para fazer o melhor uso dos recursos tecnológicos minimizando o desperdício.

Segundo Meller, (2021), as tecnologias, de um modo geral, trazem desafios no decorrer da sua história, seja pela falta de recursos e conhecimento para acesso, ou pela necessidade de inovar o que existe. As dificuldades de acesso devido à distância ou ausência de estrutura podem ser solucionadas com articulações gerenciais que busquem, através de recursos públicos destinados à educação, ou de investimento empresarial, ofertados aos projetos de iniciativa educacional em espaços coletivos, visando aos treinamentos e aquisição de equipamentos necessários à utilização desta tecnologia na área educacional.

[...] o aluno da EJA está inserido nesse contexto digital que caracteriza a contemporaneidade e por isso precisa desenvolver habilidades e competências que o preparem para exercer um papel participativo nessa sociedade no exercício de sua cidadania. Uma educação de qualidade é o meio e a oportunidade para que ele ressignifique a sua história e tenha a possibilidade de interagir, conhecer, construir conhecimentos por meio das infinitas possibilidades da cibercultura, aumentando seu potencial de leitura e de reescrita de sua própria história. (MELLER, 2021, online)

Porém, com as experiências remotas de ensino e classificação durante a pandemia COVID-19, muitos alunos foram fundar ter lutado nesse cenário, principalmente devido à falta de interação pessoal com seus professores. Além disso, muitas pessoas tiveram problemas para ter acesso à educação a distância porque não tinham o digital necessário ferramentas, demonstrando a natureza difundida da exclusão digital na vida desse público-alvo. Apesar das diretrizes e legislações que estabelecem a educação como direito do cidadão, é geralmente aceito que o acesso efetivo à educação de alta qualidade não está disponível para todos os grupos socioeconômicos. Esses resultados se devem à falta de apoio financeiro para a educação e à promoção da igualdade social.

Além disso, os problemas mais difundidos com a implementação de novas tecnologias em sala de aula, conforme relatado por Arruda et al, (2020) são os seguintes:

Mal uso das ferramentas pelos alunos: o uso problemático da tecnologia por estudantes apresenta um obstáculo precoce na implementação da tecnologia nas escolas. Nos estágios iniciais da introdução de novas tecnologias, pode ser difícil para as pessoas verem

computadores e smartphones como ferramentas para aprender em vez de para entretenimento. Uma solução possível é instalar uma plataforma de comunicação e aprendizado com recursos que bloqueiam interrupções.

Falta de conhecimento dos professores sobre a tecnologia: Outra dificuldade em implementar tecnologia em sala de aula é que muitos educadores não têm as habilidades necessárias para utilizar efetivamente ferramentas digitais. No entanto, muitas escolas ainda não simplificaram seus procedimentos para integrar efetivamente a tecnologia, formando professores para que eles possam se familiarizar e apreciar as possibilidades apresentadas pelas ferramentas mais recentes. Cada professor tem sua própria experiência profissional única, e isso é especialmente verdade em um país tão grande quanto O Brasil, por isso os profissionais da área fazem um esforço para se educar.

Além disso, como já mencionado, há muitos obstáculos para a implementação da tecnologia em sala de aula, e a participação da comunidade escolar é essencial para os estudantes colherem os benefícios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para acompanhar o ritmo acelerado das mudanças, os educadores devem assumir um papel ativo em seu próprio desenvolvimento profissional. Para isso, a Internet como uma rede global de computadores, ensino a distância e a experiência real dos professores podem todos contribuir para o processo de formação dos professores de tecnologia do futuro.

Os professores precisam aprimorar seus conhecimentos sobre as tecnologias atuais para que possam atender às demandas tecnológicas da sociedade. A abertura desses educadores para novas ideias e motivação para expandir seus próprios conhecimentos são cruciais para o sucesso desta atualização. É responsabilidade das instituições de ensino e secretarias proporcionar oportunidades e estímulo profissional através contínuo de programas de formação que abrangem bases pedagógicas.

## REFERÊNCIAS

- AQUARONI, L. M. Uma análise das manifestações docentes sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas de nível médio da cidade de Taquaritinga - SP. / Tese de Doutorado — 2016
- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. Apresentação da Série integração de tecnologias com as mídias digitais. In: Boletim do Salto para o Futuro. Brasília: MEC, SEED, 2005
- ALLAN, Luciana. Escola. 1. Ed. Barueri, SP: Figurati, 2015
- ARRUDA, Graziela; SILVA, Joelma; O uso da tecnologia e as dificuldades enfrentadas por educadores e educandos em meio a pandemia. 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA\\_ID2426\\_04092020084651.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID2426_04092020084651.pdf)
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 1999
- CORTELLA, Mario Sergio. Educação, Escola e docência: Novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Editora Cortez, 2014.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982
- FREITAS, Renival Vieira; LIMA, Magneide S. Santos. As novas tecnologias na educação: desafios atuais para a prática docente. IV Colóquio Internacional Educação e contemporaneidade. Aracajú: setembro, 2010
- KRAVISKI, Mariane R. Formar-se para formar: formação continuada de professores da educação superior — em serviço — em metodologias ativas e ensino híbrido. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2019
- LIRA, Bruno Carneiro. Práticas pedagógicas para o século XXI: sócio integração digital e o humanismo ético. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

- MELLER, Fernanda Gusso. As vantagens e desafios por trás da tecnologia na educação. 2021. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/as-vantagens-e-desafios-por-tras-da-tecnologia-na-educacao>
- MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.
- PAIS, Luiz Carlos. Educação escolar e as tecnologias da informática. 1 ed., 2. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008
- ORTIZ, R. Mundialização e Cultura, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994
- VILELA, L. R. A escola num contexto de globalização. Campinas: um estudo de caso. Campinas, SP, 1996. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Educação, UNICAMP
- PAPERT, S. A máquina das Crianças. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PONTES, A. N. Um ponto aparentemente consensual é que a formação do cidadão para o acesso ao mundo digital depende diretamente da qualidade. I Seminário ATIID - Acessibilidade, Tecnologia da Informação e Inclusão Digital (S. Paulo, Brasil, 28-29/08/2011)



**ASPECTOS RELEVANTES NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES**  
**RELEVANT ASPECTS IN CONTINUING TEACHER TRAINING**  
**ASPECTOS RELEVANTES EN LA FORMACIÓN CONTINUA DEL DOCENTE**

Benedito Cesar Silva  
[bcasarsilva@yahoo.com.br](mailto:bcasarsilva@yahoo.com.br)

<http://lattes.cnpq.br/2863498230967234>

SILVA, Benedito Cesar. **Aspectos relevantes na formação continuada de professores.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 25 – 28, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

O presente trabalho pretende compreender os aspectos mais relevantes na formação continuada de professores. Para tanto, busca em suas especificidades entender o conceito de formação continuada e determinar a importância da formação continuada na prática profissional de professores. O presente artigo é uma revisão bibliográfica, de cunho qualitativo, sobre a aplicação das considerações relevantes sobre os aspectos que são de maior relevância na formação continuada de professores. O mesmo se fundamenta com base em uma pesquisa em plataforma de dados, denominada “Google acadêmico”, para que se tenha base de acesso em demais plataformas importantes, com base nas palavras-chave: formação continuada, formação acadêmica e formação de professores. Como filtros aplicados nesta pesquisa utilizou-se a busca em artigos publicados em língua portuguesa, inglesa e espanhola, além da obtenção de publicações a partir de 2013, visando obter informações com maiores pertinências e atualidade para o desenvolvimento dessa pesquisa.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Formação Acadêmica. Formação de Professores.

### ABSTRACT

The present work aims to understand the most relevant aspects in teachers' continuing education. To do so, it seeks to understand the concept of continuing education in its specificities and determine the importance of continuing education in the professional practice of teachers. This article is a qualitative literature review on the application of relevant considerations regarding the aspects that are of greatest relevance in teachers' continuing education. It is based on research conducted on the "Google Scholar" platform to access other important platforms, using the keywords: continuing education, academic education, and teacher training. The search filters applied in this research included articles published in Portuguese, English, and Spanish, as well as publications from 2013 onwards, aiming to obtain information that is more pertinent and up-to-date for the development of this research.

**Keywords:** Continuing Education. Academic Education. Teacher Training.

### RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comprender los aspectos más relevantes en la formación continua de los docentes. Para ello, busca en sus especificidades comprender el concepto de educación continua y determinar la importancia de la educación continua en la práctica profesional de los docentes. Este artículo es una revisión bibliográfica, de carácter cualitativo, sobre la aplicación de consideraciones pertinentes sobre los aspectos que resultan más relevantes en la formación continua de los docentes. Esto se basa en una búsqueda en una plataforma de datos, llamada “Google academic”, para que se pueda acceder a otras plataformas importantes, a partir de las palabras clave: educación continua, formación académica y formación docente. Como filtros aplicados en esta investigación, utilizamos la búsqueda de artículos publicados en portugués, inglés y español, además de obtener publicaciones a partir de 2013, con el objetivo de obtener informaciones con mayor relevancia y actualidad para el desarrollo de esta investigación.

**Palabras clave:** Formación Continua. Formación académica. Formación de profesores.

### INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores é um processo de aprendizagem contínua que visa desenvolver e aprimorar as habilidades, conhecimentos e competências dos profissionais da educação (SANTANA, 2015). É uma prática fundamental para garantir a qualidade do ensino e o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica. A formação continuada pode ocorrer de diversas maneiras, como cursos, workshops, palestras, grupos de estudo, seminários, congressos e outras atividades voltadas para a atualização e aprofundamento dos professores

em suas áreas de atuação. Além disso, a formação também pode envolver a troca de experiências e a reflexão sobre a prática docente.

Existem várias razões pelas quais a formação continuada de professores é essencial. A educação está em constante evolução, com novas descobertas, metodologias e abordagens surgindo regularmente. A formação continuada permite que os professores se mantenham atualizados e familiarizados com as melhores práticas e avanços em sua área de atuação.

Através da formação continuada, os professores têm a oportunidade de refletir sobre sua prática, identificar pontos fortes e fracos, e desenvolver novas estratégias para melhorar o ensino e a aprendizagem. Eles podem aprender novas técnicas de ensino, explorar diferentes recursos educacionais e adquirir habilidades para lidar com desafios específicos em sala de aula (SANT'ANA, 2015). A formação continuada estimula os professores a experimentarem novas abordagens e práticas inovadoras. Isso pode envolver o uso de tecnologia educacional, metodologias ativas de ensino, projetos interdisciplinares, entre outros. A inovação na sala de aula pode tornar o processo de aprendizagem mais envolvente e significativo para os alunos.

A formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional dos professores, fortalecendo sua autoconfiança, motivação e satisfação no trabalho. Ao adquirirem novos conhecimentos e habilidades, os professores se sentem mais preparados e capacitados para enfrentar os desafios da profissão, o que pode resultar em um melhor desempenho e realização pessoal (NEVES, 2015).

Para que a formação continuada seja eficaz, é importante que seja oferecida de forma sistemática, com políticas públicas e institucionais que incentivem e apoiem a participação dos professores. Além disso, é essencial que os próprios professores reconheçam a importância da formação continuada e estejam abertos ao aprendizado constante, buscando oportunidades de desenvolvimento profissional ao longo de suas carreiras. Para isso, desenvolve-se o presente artigo em vias do entendimento dos aspectos mais relevantes na formação continuada para professores.

## **DESENVOLVIMENTO**

A formação continuada é um processo de aprendizagem que ocorre ao longo da carreira profissional, com o objetivo de atualizar, aprimorar e desenvolver os conhecimentos, habilidades e competências dos profissionais em uma determinada área. No contexto educacional, a formação continuada de professores é fundamental para garantir a qualidade da educação e o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica (MAGALHÃES, 2013).

A formação continuada vai além da formação inicial, ou seja, a graduação ou o curso de licenciatura que prepara os profissionais para ingressarem na profissão. Ela é voltada para o desenvolvimento profissional ao longo do tempo, acompanhando as mudanças e demandas da sociedade e da educação. Esse tipo de formação busca proporcionar aos profissionais da educação oportunidades de aprendizado, reflexão e atualização, para que possam enfrentar os desafios da prática docente de maneira mais eficaz (SANTANA, 2015). Ela pode abordar diferentes aspectos, como novas teorias educacionais, metodologias de ensino, uso de tecnologias educacionais, práticas inclusivas, gestão escolar, avaliação educacional, entre outros.

A formação continuada pode ser oferecida de diversas formas, como cursos, workshops, palestras, seminários, grupos de estudo, programas de mentoria, entre outros. Ela pode ser promovida por instituições de ensino, órgãos governamentais, organizações não governamentais e outras entidades que tenham como objetivo apoiar o desenvolvimento profissional dos professores (NEVES, 2015). É importante ressaltar que a formação continuada não é apenas uma obrigação ou requisito burocrático, mas sim uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Os professores que se engajam nesse processo demonstram um comprometimento com a excelência educacional e buscam constantemente melhorar suas práticas e ampliar seus conhecimentos.

A formação continuada também contribui para a construção de uma comunidade de aprendizagem entre os professores, possibilitando a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas e a construção coletiva do conhecimento.

Na formação continuada, diversos aspectos são relevantes e contribuem para o aprimoramento profissional dos professores. A formação continuada deve abranger a atualização dos professores em relação às teorias, metodologias e práticas pedagógicas mais recentes. Isso inclui conhecer e compreender diferentes abordagens de ensino, estratégias de aprendizagem ativa, técnicas de avaliação educacional e uso de recursos tecnológicos na sala de aula.

É essencial que os professores estejam atualizados e aprofundem seus conhecimentos nas disciplinas que lecionam. Isso inclui estar ciente das mudanças curriculares, conhecer novas descobertas e pesquisas na área, bem como dominar os conteúdos de maneira sólida e atualizada (MAGALHÃES, 2013). A formação continuada deve fornecer subsídios para que os professores desenvolvam práticas inclusivas em sala de aula, atendendo às necessidades educacionais de todos os alunos. Isso envolve conhecimento sobre educação inclusiva, estratégias de diferenciação pedagógica, adaptações curriculares, apoio a alunos com deficiência, entre outros aspectos.

Os professores também podem se beneficiar ao adquirir conhecimentos sobre gestão e organização escolar. Isso inclui compreender processos administrativos, habilidades de liderança, trabalho em equipe, gestão de conflitos, entre outros aspectos que contribuem para uma atuação eficaz e colaborativa dentro do ambiente escolar. A formação continuada pode abordar o desenvolvimento socioemocional dos alunos e dos próprios professores. Essa área envolve habilidades como empatia, inteligência emocional, resolução de problemas, comunicação eficaz, desenvolvimento de relações positivas e promoção de um ambiente escolar acolhedor (SANTANA, 2015).

Com o avanço tecnológico, é importante que os professores estejam familiarizados com o uso de tecnologias educacionais em sala de aula. A formação continuada pode abordar o uso de ferramentas digitais, recursos online, aplicativos educacionais e estratégias de ensino remoto ou híbrido, permitindo que os professores incorporem recursos tecnológicos de forma efetiva em seu trabalho. É importante ressaltar que os aspectos mais relevantes podem variar de acordo com o contexto educacional, as demandas locais e as necessidades dos professores e alunos. A formação continuada deve ser adaptada e personalizada para atender às necessidades específicas de cada profissional e promover um desenvolvimento abrangente e significativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada permite aos professores aprimorarem suas habilidades e conhecimentos pedagógicos. Eles têm a oportunidade de aprender novas estratégias de ensino, abordagens inovadoras, metodologias eficazes e recursos educacionais atualizados. Isso resulta em uma prática pedagógica mais eficiente e de maior qualidade, contribuindo para o sucesso educacional dos alunos. A área da educação está em constante evolução, com novas pesquisas, descobertas e mudanças curriculares. A formação continuada permite que os professores se mantenham atualizados sobre essas mudanças e adotem práticas alinhadas com as demandas da sociedade e as necessidades dos alunos. Eles podem se familiarizar com abordagens pedagógicas atualizadas, novos conteúdos curriculares e métodos de avaliação inovadores.

Conclui-se que a formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional dos professores. Ela oferece oportunidades de crescimento pessoal, ampliação de competências e aquisição de novas habilidades. Os professores podem expandir seu conhecimento em áreas específicas, como educação inclusiva, tecnologia educacional, gestão de sala de aula, entre outros. Isso os torna mais preparados para enfrentar os desafios da profissão e se adaptar a diferentes contextos e demandas educacionais.

## REFERÊNCIAS

- GALINDO, Camila José; DO CARMO INFORSATO, Edson. Formação continuada de professores: impasses, contextos e perspectivas. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, p. 463-477, 2016;
- JUNGES, Fábio César; KETZER, Charles Martin; DE OLIVEIRA, Vânia Maria Abreu. Formação continuada de professores: saberes ressignificados e práticas docentes transformadas. *Educação & Formação*, v. 3, n. 9, p. 88-101, 2018;
- MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; TOMANIK, Eduardo Augusto. Representações sociais de meio ambiente: subsídios para a formação continuada de professores. *Ciência & Educação*, v. 19, n. 01, p. 181-199, 2013;
- NEVES, Miranilde Oliveira. A importância da investigação qualitativa no processo de formação continuada de professores: subsídios ao exercício da docência. *Revista Fundamentos*, v. 2, n. 1, 2015;
- RODRIGUES, A. Análise de necessidades de formação e formação contínua de professores. O tempo e o espaço da formação contínua de professores: Diagnóstico, processo e perspectivas, p. 77-94, 2019;
- SANTANA, Eurivalda; ALVES, Alex Andrade; NUNES, Célia Barros. A teoria dos campos conceituais num processo de formação continuada de professores. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, v. 29, p. 1162-1180, 2015.

## ALGUMAS REFLEXÕES E PROPOSTAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

### SOME REFLECTIONS AND PROPOSALS FOR DEMOCRATIC MANAGEMENT AT SCHOOLS

### ALGUNAS REFLEXIONES Y PROPUESTAS PARA LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LAS ESCUELAS

Célia Maria Marques Costa  
limaraine695@gmail.com

COSTA, Célia Maria Marques. **Algumas reflexões e propostas de gestão democrática na escola.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 29 – 35, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

#### RESUMO

Este projeto de pesquisa, aborda a gestão escolar democrática e tem como objetivo analisar a função do Gestor, enfatizando seu papel no sentido de garantia de participação da comunidade escolar nas decisões, trazendo os diversos instrumentos que representam esta participação, com vistas a ampliação dos espaços de discussão, entendendo gestão democrática, como condição fundamental para a melhoria da qualidade na educação, bem como, o exercício profissional do Gestor que deve expressar-se por meio de práticas que considerem como relações entre a escola e sociedade em geral, uma comunidade local, sua função social e espaços de atuação, visando a elaboração coletiva e à implementação da proposta pedagógica da escola, considerando os indivíduos, sociais e culturais e promovendo a participação de estudantes, educadores, colegiados e comunidade na vida escolar. A metodologia utilizada neste estudo será a pesquisa bibliográfica, por meio de livros e artigos, pois a mesma oferece meios que auxiliam na definição e resolução dos problemas já conhecidos, como também permite explorar novas áreas onde os mesmos ainda não se cristalizaram suficientemente. Os resultados esperados, apontam para o efetivo exercício da gestão, de maneira que se intensifique a gestão democrática por meio da participação de toda a comunidade escolar e o bom desenvolvimento do projeto político pedagógico.

**Palavras-chave:** Educação; Gestão Escolar; Gestão Democrática e Escola

#### ABSTRACT

This research project addresses democratic school management and aims to analyze the role of the Manager, emphasizing his role in ensuring the participation of the school community in decisions, bringing the various instruments that represent this participation, with a view to expanding spaces of discussion, understanding democratic management, as a fundamental condition for the improvement of quality in education, as well as, the professional exercise of the Manager who must express himself through practices that consider as relations between the school and society in general, a local community, its social function and performance spaces, aiming at the collective elaboration and implementation of the school's pedagogical proposal, considering individuals, social and cultural and promoting the participation of students, educators, collegiate and community in school life. The methodology used in this study will be bibliographic research, through books and articles, as it offers means that help in the definition and resolution of problems already known, as well as allowing to explore new areas where they have not yet crystallized sufficiently. The expected results point to the effective exercise of management, so that democratic management is intensified through the participation of the entire school community and the good development of the political pedagogical project.

**Keywords:** Education; School Management; Democratic Management; School.

#### RESUMEN

Este proyecto de investigación aborda la gestión democrática de la escuela y tiene como objetivo analizar el papel del Gestor, enfatizando su rol para garantizar la participación de la comunidad escolar en las decisiones, acercando los diversos instrumentos que representan esta participación, con miras a ampliar los espacios de discusión, comprensión democrática. la gestión como condición fundamental para el mejoramiento de la calidad de la educación, así como el ejercicio profesional del Gestor quien debe expresarse a través de prácticas que consideren las relaciones entre la escuela y la sociedad en general, una comunidad local, su función social y espacios de acción, con el objetivo de en la elaboración e implementación colectiva de la propuesta pedagógica de la escuela, considerando las personas, las condiciones sociales y culturales y promoviendo la participación de los estudiantes, educadores, colegas y la comunidad en la vida escolar. La metodología utilizada en este estudio será la investigación bibliográfica, a través de libros y artículos, ya que ofrece medios que ayudan en la definición y resolución de problemas ya conocidos, además de permitir la exploración de nuevas áreas donde aún no han

cristalizado lo suficiente. Los resultados esperados apuntan al ejercicio efectivo de la gestión, de manera que se intensifique la gestión democrática a través de la participación de toda la comunidad escolar y el buen desarrollo del proyecto político pedagógico.

**Palabras clave:** Educación; Gestión escolar; Gestión Democrática y Escuela.

## INTRODUÇÃO

A gestão democrática é fundamental para uma gestão escolar, deve ser considerada como uma dimensão importante para o processo educativo. A capacidade de administrar uma instituição escolar é relevante para o desenvolvimento do aluno como sujeito do processo de aprendizagem. O educando não aprende apenas na sala de aula, mas na escola como um todo, isto é, pela maneira como a mesma é organizada e como funciona, por ações globais que promovem, pelo modo como uma comunidade se relaciona e como a escola se relaciona com uma comunidade. Ou seja, uma educação de qualidade resulta do conjunto das relações dos fatores externos e internos existentes no espaço escolar, e da forma como estas relações estão organizadas.

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo administrativo e pedagógico, à participação responsável de todos envolvidos, nas decisões e à sua eficácia através de um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos.

O exercício profissional do gestor deve expressar-se por meio de práticas que considerem as relações dentro da escola e entre essa e a sociedade em geral, considerar a função social da escola, acolher também a comunidade local, entender o seu espaço de atuação, visando a colaboração coletiva. Além da implementação da proposta pedagógica da escola, que deve considerar os indivíduos sociais e culturais, promovendo a participação de estudantes, educadores, colegiados e comunidade na vida escolar.

A busca por institucionalizar uma democracia, é simultaneamente, melhorar a eficiência e a qualidade da educação pública, e ser capaz de estimular o processo de mudanças na administração escolar no Brasil. A participação da comunidade escolar (que inclui Diretores, Professores, Pais, Alunos, Funcionários) é parte do esforço em se afastar de um sistema arcaico e falido.

Em uma instituição escolar, o gestor desempenha um papel importante para o bom andamento do processo ensino-aprendizagem, mas o trabalho é mais eficiente se planejado e desenvolvido de forma integrada. O professor também é um gestor e desenvolve a consciência e cada ação é de grande influência em toda escola em todo o andamento da escola, principalmente na aprendizagem da escola. A busca por uma gestão democrática, com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem é uma luta contínua das escolas públicas e um princípio presente na atual Constituição Federal.

A partir de todo exposto, a pesquisa visa problematizar como se dão as relações do trabalho do gestor em ampliar e promover discussões envolvendo a participação de toda a comunidade escolar na discussão, socialização, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da proposta pedagógica.

De acordo com Azanha (2004), a democratização do ensino deve contribuir com uma abertura para participação da comunidade escolar, num espaço público de vontade livre, em que capacite o educando para o exercício da participação da vida pública, assim o exercício da

democracia, como um movimento em prol da descentralização e a democratização da administração das escolas públicas, iniciado desde a década de 1980, com princípios na Constituição Federal.

Embora a pedagogia libertária não pretenda isso, pode, porém, contribuir nessa direção ao deslocar, enfaticamente, a democratização do ensino do plano de criação de um espaço público de participação social para o plano individual da formação da vontade livre. Imaginar que a vivência da liberdade no âmbito da escola capacite para o exercício da liberdade na vida pública é, de certo modo, deixar-se ludibriar por um simulacro pedagógico da ideia de democracia. (AZANHA, 2004, p. 120).

Uma política ou programa de interação escola-família é uma forma de estabelecer uma racionalidade produtiva para essa delicada relação, de modo a tirá-la tanto do lugar de bode expiatório, situação na qual a ausência das famílias é, reiteramos, motivo alegado para os maus resultados da rede de escolas, quanto do otimismo ingênuo – segundo o qual basta haver vínculos amistosos entre professores, gestores, mães, avós e demais parentes para se julgar que há complementaridade entre os dois universos de referência das crianças. (CASTRO, 2010).

O movimento pela gestão democrática da educação reconhece a necessidade de unir essas mudanças estruturais e de procedimentos com o foco no aprimoramento escolar, por meio de um Projeto Político Pedagógico. Tecer o Projeto Político Pedagógico exige a presença de uma busca pela identidade de uma instituição, sua intencionalidade e seus compromissos, a busca de uma linguagem comum, vontade para mudar.

## **DEMOCRATIZAÇÃO: IGUALDADE DE CONDIÇÕES PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA**

O movimento em prol da descentralização e a democratização da administração das escolas públicas, iniciado no princípio da década de 1980, tem encontrado apoio nas reformas legislativas. Esse movimento concentra-se em três vertentes da administração escolar: participação da comunidade escolar; criação de um colegiado ou conselho escolar que possui a autoridade deliberativa com poder decisório; e controle sobre os recursos financeiros complementares, em nível local.

O movimento pela administração democrática da educação reconhece a necessidade de unir essas mudanças estruturais e de procedimentos com o foco no aprimoramento escolar, por meio de um projeto pedagógico.

A Constituição Federal do Brasil, aprovada no ano de 1988, consolida-se a gestão democrática nos sistemas públicos de ensino, estabelecendo nos seus artigos 205 e 206, que a educação brasileira, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com uma colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para tanto, o ensino deve ser pautado nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprendizagem, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais do ensino, gestão democrática do ensino público, na

forma da lei; garantia de padrão de qualidade. (Artigo 206 da Constituição Federal).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394 regulamentou o contido na Constituição Federal, acima citada, e amplia o rumo da democratização prescrevendo, em seu inciso I art. 13, a participação dos profissionais da comunidade na elaboração da proposta pedagógica da escola e no artigo 15 do mesmo inciso, acena para uma progressiva conquista da autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares.

Reforça-se, assim, uma garantia de acesso a esta etapa da Educação Básica. Para o Ensino Médio, a oferta não era, originalmente, obrigatória, mas indicada como de extensão progressiva, porém, a Lei nº 12.061 / 2009 alterou o inciso II do artigo 4º o inciso VI do artigo 10 da LDB, para garantir a universalização do Ensino Médio gratuito e para assegurar o atendimento de todos os interessados ao Ensino Médio Público. De todo modo, o inciso VII do mesmo artigo já estabelecia que é preciso garantir a oferta de educação básica para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que trabalham como condições de acesso e permanência na escola.

O acesso ganhou força constitucional, agora para quase todo o conjunto da Educação Básica (excetuada a fase inicial da Educação Infantil, da Creche), com uma nova redação dada ao inciso I do artigo 208 da nossa Carta Magna, que assegura a Educação Básica obrigatória dos 4 a 17 anos de idade, inclusive a gratuidade para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, sendo sua implementação progressiva, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União. Além do PNE, outros subsídios têm orientado como políticas públicas para a educação no Brasil, entre eles avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Prova Brasil e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), definidas como constitutivas do Sistema de Avaliação da Qualidade da Oferta de Cursos no País. Destaca-se que tais programas têm suscitado interrogações também na Câmara de Educação Básica do CNE, entre outras instâncias acadêmicas: teriam eles consonância com a realidade das escolas? Esses programas levam em consideração a identidade de cada sistema, de cada unidade escolar? O fracasso escolar, averiguado por esses programas de avaliação, não estaria expressando o resultado da forma como se processa uma avaliação, não está de acordo com uma forma como uma escola é um programa de planejamento e operação do currículo? O sistema de avaliação aplicado guardaria relação com o que efetivamente acontece na concretude das escolas brasileiras?

Democratizar o ensino pela instituição de práticas educativas fundadas na liberdade do educando, tem sido uma proposta sedutora para os educadores: e a sua aceitação ou não é sempre interpretada como uma visão progressista ou retrógrada da educação. Examinemos, porém, alguns dos compromissos ligados a uma pretensa visão progressista. Um deles, embora não essencial, mas muito frequente, é a aspiração de transformar politicamente a sociedade por meio de educação. (AZANHA, 2004, P. 338)

Primeiro que tudo restabelecendo o verdadeiro conceito de educação, retirando-lhe todo o aspecto formal, herdado de um conceito de escolas para o privilégio, segundo Anísio Teixeira em "A escola pública universal e gratuita", vemos uma condição de diminuição dos aspectos da desigualdade social em que vive o Brasil, na forma de oportunidades para que o brasileiro, através da escola, tenha emprego e qualificação. A importância da escola na sociedade é irrefutável, pois através de um trabalho democrático, de uma escola que adquira todo seu



potencial influenciador da comunidade escolar, por meio de uma gestão participativa.

Dessa forma, podemos entender que a escola deve dar possibilidades aos alunos de participarem, para que possam exercer de fato a cidadania, e assim compreender que a função social da escola, perpassa pela construção da cidadania.

Nesse sentido, o aluno precisa construir identidade na e da escola, sentir-se pertencente àquele ambiente, poder se expressar e constituir-se enquanto cidadão. Contudo, muitas vezes isso não acontece, pelo fato de a escola não atingir os objetivos necessários para que o aluno se sinta bem e feliz em uma escola do nosso tempo, isto é, uma escola que realmente faça sentido, em nossa sociedade do século XXI.

Para ilustrar esse sentimento do aluno com relação à escola, podemos citar um trecho da música “Colégio Público”, de autoria de Mano Brown, interpretada pela banda de Rap Racionais MCs: “O cotidiano de um colégio público é sempre igual Repetitivo, monótono, e, Paradoxal”. (BROWN, 2002).

Mesmo com tantas transformações sociais e culturais, a escola continua sendo monótona, repetitiva e paradoxal, o que percebemos pela falta de envolvimento e participação de todos, principalmente dos alunos. E isso, faz parte, além de outras questões, da responsabilidade do gestor, pois, essa, deve estar a cargo de suas responsabilidades.

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR: PRINCÍPIO DE DEMOCRACIA**

A história da educação brasileira vem sendo processada através de décadas marcadas por políticas de educação extremamente centralizadoras e autoritárias. Apesar de todo o caminho percorrido e dos avanços dos sistemas educacionais, muitas escolas não acompanharam as transformações que a sociedade vem experimentando. No entanto, nem sempre muda para o conceito da escola fácil e rápido, mas é necessário e urgente.

A qualidade das relações sociais e dos demais fatores que exercem influência sobre o comportamento de toda a comunidade, contribui para a existência de um clima escolar melhor ou pior. Como Paulo Freire (1996), já apontou que as escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar; são locais nos quais estabelecem vínculos e expectativas e sentimentos, ou seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos.

O processo de conhecer requer uma percepção de relações - como um ambiente, bem como outras pessoas. As relações entre os alunos no universo escolar são complexas, e às vezes são aspectos contraditórios, que compreendem uma sociabilidade, bem como as tensões do cotidiano - o que é básico para gostar ou não da escola.

Pouco se investe no debate sobre os constituintes da convivência com o outro, ou que não pensa da mesma forma ou não é tido como igual. Como construir uma relação entre a escola e a família que favoreça a aprendizagem das crianças dos adolescentes? Esta questão é o eixo de condução deste estudo. Dois princípios: primeiro, que, para entender o que se passa no presente, é necessário ter um mergulho histórico. O segundo é que o Brasil é muito grande e diverso para se adequar a uma única fórmula ou receita médica. A gestão escolar democrática torna-se cada vez mais responsável pela imagem da educação pública, à medida que supera a fama de ineficiência e perde seu caráter protecionista e assistencialista. Para tanto, a escola

pública precisa avançar em termos de proposta pedagógica, sabendo o que quer e que caminhos seguir para atingir seus objetivos, sendo, para tanto, imprescindível que o diretor da escola, juntamente com o corpo docente e a comunidade tenha bem claro a escola o que se quer e para quem se quer.

A ideia que se defende é da responsabilidade compartilhada, ou seja, a educação escolar é uma tarefa social que deve ser desenvolvida pela sociedade. A participação efetiva e ativa dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões conscientiza a todos de que são atores da história que se faz no dia-a-dia da escola, o que se percebe que muitas vezes não vem acontecendo. E isso, podemos ilustrar a partir do trecho da música “Estudo Errado”, de Gabriel o Pensador (1995):

Eles me tratam como ameoba e assim eu não raciocino. Não aprendo as causas e conseqüências só decoro os fatos Desse jeito até história fica chato Mas os velhos me disseram que o "porque" é o segredo Então quando eu num entendo nada, eu levanto o dedo Porque eu quero usar a mente pra ficar inteligente Eu sei que ainda num sou gente grande, mas eu já sou gente E sei que o estudo é uma coisa boa. O problema é que sem motivação a gente enjoa O sistema bota um monte de abobrinha no programa Mas pra aprender a ser um ignorante (...)Ah, um ignorante, por mim eu nem saía da minha cama (Ah, deixa eu dormir). PENSADOR (1995).

É importante observar que o sistema educacional passou por grandes transformações, mas ainda existem escolas que não prezam pela participação de sua comunidade, isto é, professores, famílias e principalmente os alunos. É necessário que esse sistema, por meio de uma gestão democrática, possa dar voz aos seus membros e assim contribuir por uma aprendizagem efetiva, de modo que a escola cumpra seu papel social buscando ideais na formação de todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o conceito de gestão escolar foi construído ao longo da história da educação, de forma a se transformar com o tempo de acordo com as necessidades sociais e culturais. A administração escolar, com o tempo, não serviu mais para uma escola que quer formar pessoas críticas, autônomas e humanas.

Essa transformação iniciou-se legalmente a partir da Constituição Federal de 1988 e após pela Lei trizes e Bases da Educação que até os dias atuais, tem como princípio a democratização do ensino e da gestão.

As pesquisas realizadas apontaram a necessidade da participação de toda comunidade escolar por meio da mobilização de todos os envolvidos. Além disso, apontaram a transformação na função do gestor escolar para que se cumpra as necessidades da sociedade atual. As famílias devem ter participação ativa, de apoio às ações da escola.

Ainda pouco mencionado na bibliografia de pesquisa em andamento, o Projeto Político Pedagógico, já é percebido, como instrumento a ser compreendido pelo gestor, como fundamental na implementação da gestão democrática.

Assim, podemos entender que o gestor escolar, deve se adaptar à gestão democrática de forma a cumprir com o seu papel para construir coletivamente, uma escola inclusiva, que dê

conta de atingir os objetivos a serem alcançados no bom desenvolvimento do aluno, cidadão do nosso século.

## REFERÊNCIAS

- Ângelo Ricardo de. Perfil da Gestão Escolar no Brasil. Tese - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007..
- ASSMANN,, Hugo . Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AZANHA, José Mário Pires. Democratização do Ensino: : vicissitudes da ideia no ensino paulista. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30 , maio de 2004, p. 335-344. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a12>. Acesso em: 7 MAI. 2022.
- BRASIL. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. n. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, BRASÍLIA, 20 de dezembro de 1996, ano 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.html) \. Acesso em: 7 mai. 2022.
- BROW, Mano. Colégio Público. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/1595357/>. Acesso em: 5 mai. 2022.
- CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. Interação escola família: : subsídios para práticas escolares. . Brasília : UNESCO MEC , 2010.
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa. Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas. Curitiba: CRV, 2009.
- FERREIRA , Rosiane Aparecida de Paula. Formação de Professores Currículos e Práticas Pedagógicas: Saberes Docentes e Formação de Professores. Revista Acadêmico Online ISSN 2359 – 5787., São Paulo, 2016.
- FERREIRA, Rosiane Aparecida De Paula. Reflexões sobre a formação docente: Caminhos e descaminhos. São Paulo, 2019 Dissertação - Biólogos.
- FRANCO, Walter. Serra do luar; IN. PINHEIRO, Leila. Outras caras. [s. l.]: Philips, 1991. 1 CD. Faixa 3, 4m 11s. Disponível em: Acesso em: 18 mai. 2022.
- FREIRE, Paulo . Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação educacional: Caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GIEHL, Adriane Maria Sell. O Papel da Equipe Gestora na Implantação da Política Pública Ensino Médio Inovador numa Escola Pública: autonomia e participação. Dissertação - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões 2016.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas , 2010 .
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: Teoria e Prática. 6 ed. São Paulo: Heccus, 2013.
- LUKÁCS, G. Existencialismo ou marxismo? São Paulo: Editora Senzala, 1967.
- LÜCK, Heloísa et al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2002.
- MILITÃO, Andréia Nunes. A complexidade da administração/gestão escolar: limites e possibilidades. Tese - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho 2 2015.
- NASCIMENTO, Priscila Oliveira. A ação empreendedora na gestão pública escolar. Dissertação - Universidade Federal de Lavras 2018.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3 ed. São Paulo: Ática, 2012.
- PENSADOR, Gabriel. Ainda é só o começo: ICD. Faixa 6. 5m 12s. 1995.
- ROSA, José Paulo da. Gestão escolar: um modelo para a qualidade Brasil e Coreia. Tese - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2011.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SINHORELLI, Cristiane Bartunek. Gestão Escolar: uma análise sobre o fazer do gestor no cotidiano escolar. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2013.
- STURM, Márcia De Fátima Delanholo. Gestão e medo no cotidiano escolar: relatos de diretores de escola. Dissertação - Universidade de Sorocaba. 2014.
- TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 64. p.327 p, 1956. A ESCOLA.
- TRINDADE, Rosaria Da Paixão. Gestão democrática na escola: percursos e percalços para a sua difusão Tese - Universidade Federal da Bahia. 2018.

## GESTÃO ESCOLAR: ALGUMAS REFLEXÕES SCHOOL MANAGEMENT: SOME REFLECTIONS GESTIÓN ESCOLAR: ALGUNAS REFLEXIONES

Célia Maria Marques Costa  
limaraine695@gmail.com

COSTA, Célia Maria Marques. **Gestão Escolar: Algumas reflexões.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 36 – 41, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

A gestão escolar é tema recorrente do debate político educacional e seu conceito apresenta diversas lacunas. Entre outras, uma refere-se ao fato que, nas escolas, as relações entre docentes e alunos, assim como de todos os envolvidos dentro deste contexto devem convergir para atingir um propósito pedagógico, a educação. A partir de 1990 o enfoque para a educação ganha um novo direcionamento. As novas exigências que a economia globalizada começa a desvelar induz a interferência do setor produtivo ao setor educacional. E assim, em virtude destas mudanças socioeconômicas, é que a educação passou a integrar a agenda política como meio de aumento da produtividade e cidadania globalizada. A partir da leitura de pesquisadores sobre a temática, este artigo aborda aspectos sobre o papel da gestão escolar, sua evolução no contexto histórico e busca a partir de uma análise crítica apresentar um direcionamento teórico/prático.

**Palavras-chave:** Gestão; Cultura; Educação e Formação.

### ABSTRACT

School management is a recurring theme of educational political debate and its concept has several shortcomings. Among others, one refers to the fact that, in schools, relationships between teachers and students, as well as everyone involved in this context must converge to achieve a pedagogical purpose, the education. Since 1990 the focus for education has taken a new direction. The new requirements that the global economy starts to unravel induces interference from the productive sector to the education sector. And so, by virtue of these socioeconomic changes, is that education became part of the political agenda as a means of increasing productivity and global citizenship. From the reading of researchers on the topic, this article focuses on the role of school management, its evolution in historical context and search from a critical analysis present a theoretical / practical direction.

**Keywords:** Management; Culture. School e Training.

### RESUMEN

La gestión escolar es un tema recurrente en el debate político educativo y su concepto presenta varios vacíos. Entre otros, uno se refiere a que, en las escuelas, las relaciones entre profesores y estudiantes, así como todos los involucrados en este contexto, deben converger para lograr un propósito pedagógico, la educación. A partir de 1990, la atención a la educación tomó una nueva dirección. Las nuevas exigencias que la economía globalizada comienza a revelar inducen interferencias del sector productivo al sector educativo. Y así, debido a estos cambios socioeconómicos, la educación pasó a formar parte de la agenda política como medio para aumentar la productividad y la ciudadanía globalizada. A partir de la lectura de investigadores sobre el tema, este artículo aborda aspectos del papel de la gestión escolar, su evolución en el contexto histórico y busca, a través de un análisis crítico, presentar una dirección teórico-práctica.

**Palabras clave:** Gestión; Cultura; Educación y formación.

### INTRODUÇÃO

A concepção de gestão escolar apresenta diversas lacunas conceituais. Entre outros aspectos, esta lacuna refere-se ao fato que, nas escolas, as relações entre docentes e alunos, assim como de todos os envolvidos dentro deste contexto devem convergir para atingir um propósito pedagógico: a educação.

Por outro lado, nas organizações, as relações entre empregado e empregador decorrem da compra e venda da força do trabalho com o objetivo de, na grande maioria dos casos, a venda de bens, serviços ou informações. A diferença está na riqueza proporcionada pela escola, o “se fazer humano na ação pedagógica” (WELLEN; WELLEN 2010).

A gestão escolar é tema recorrente do debate político educacional. Durante a ditadura

militar, com as estruturas administrativas centralizadas e burocratizadas, os diretores das escolas obedeciam às regras impostas, nesse momento as reivindicações dos educadores tratavam de obter a autonomia escolar, sendo esta vinculada à necessidade de alternativas curriculares e didáticas no combate à evasão e repetência que ocorria (KRAWCZYK, 1999).

Relata ainda, a autora, que nas décadas 1950 e 1960 a ideia de autonomia escolar e liberdade dos educadores tinham o intuito de rebater a vigência das ações administrativas e intervenções políticas com projetos alheios à realidade escolar. O silenciamento das reivindicações na década de 1970 revela o ápice do processo de centralização administrativa. A gestão escolar volta à cena do debate político na década de 1980, com um novo contexto – a reforma do Estado. Tais reformas eram desejáveis uma vez que carregavam no seu bojo a equidade, justiça social, redução de clientelismo e fortalecimento da democracia, desta forma a descentralização retoma sua força (KRAWCZYK, 1999).

Entender estas contradições sociais é essencial, pois desta maneira o gestor tem condições de fazer da escola um contexto onde não se reproduza os reflexos das estruturas da sociedade capitalista, mas que se reflitam estas interferências de forma consciente, contribuindo para uma ação pedagógica mais abrangente e conseqüentemente para uma formação emancipadora.

Todavia, ainda segundo Krawczyk (1999), na década de 1990 o enfoque para a educação ganha um novo direcionamento. As novas exigências que a economia globalizada começa a revelar induz a interferência do setor produtivo ao setor educacional. E assim, dadas essas mudanças socioeconômicas, é que a educação passou a integrar a agenda política como meio de aumento da produtividade e cidadania globalizada.

## **GESTÃO: Reflexões e Críticas**

Deixando os meandros do contexto sócio-político-econômico e com vistas ao enfoque de Teoria Administrativa, podemos relacionar que nas décadas de 1960 e 1970 o referencial teórico no pressuposto da gestão escolar estava enraizado na Teoria Geral da Administração (TGA), com um esforço em se delimitar a administração escolar como área específica de estudo. (ABDIAN, OLIVEIRA E HOJAS, 2010).

Contudo, em meados da década de 1980 surgem críticas às ideias anteriores e, a partir deste período, o enfoque recai para o estudo do trabalho coletivo, e a participação da comunidade escolar na gestão. Assim, os princípios da gestão democrática ganham corpo na teoria e nos espaços escolares (RUSSO, 2004).

Para Rangel (2009) o que houve foi um neofuncionalismo, ou seja, a aplicação radical das teorias administrativas na escola, sem considerar os objetivos e o papel da escola, suas particularidades. Não se observou o que Cohn (1998, p. 58) aborda com maestria,

A partir do momento em que cabe ao sistema responder a exigências funcionais, e essas exigências derivam de relações com um ambiente marcado pela contingência (incapaz, portanto, de orientar a constituição mais adequada do sistema) este enfrenta uma tarefa nova: a de criar por sua conta os seus próprios elementos, realizar operações auto constitutivas [...]. (COHN, 1998, p. 58)

A organização do sistema escolar, tendo como norte a gestão democrática pede que os

objetivos educacionais sejam bem definidos, com representatividade das necessidades da comunidade e considere as especificidades do projeto pedagógico (LIBÂNEO et al., 2012).

Apesar da conquista da gestão democrática constar na forma de lei, fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases no. 9394/96 – LDB, e acompanhar a tendência da hegemonia mundial com destaque para três aspectos: descentralização administrativa, participação da sociedade civil e autonomia crescente dos sistemas e das escolas públicas (BRASIL, 1996) muitos impasses na prática dificultam a sua aplicação.

Para Senge (2005) enfrentar essas limitações é fator essencial para produzir mudanças, pois isto não pode impedir a escola de exercer seu papel fundamental, a educação. É preciso superar, as divisões e segmentações existentes na escola, assim como as oferecidas pelas políticas públicas.

Para parte das teorias organizacionais aplicadas à escola parece haver uma compreensão de que a gestão escolar é conjunto de aspectos de natureza técnica, com campos de conhecimentos delimitados: a administração e a pedagogia. Esses pensadores compreendem, à luz da teoria clássica da administração ou das teorias das escolas que a substituíram (das teorias da burocracia), a gestão escolar como um fenômeno administrativo no qual os recursos são utilizados por meio das técnicas disponíveis para o alcance dos objetivos e fins da organização, portanto, sugerindo a ideia de uma forma/técnica ótima de se conduzir tal fenômeno (SOUZA, 2012, p. 161-162).

É importante observar a dualidade colocada por Paro (1988) apud Wellen; Wellen (2010), segundo a autora na maioria das obras escritas sobre gestão escolar ou se voltava para a defesa e a legitimação dos princípios da administração capitalista, encarando-os como possuidores de caráter universal, ou, por enxergar na gestão escolar apenas práticas burocráticas e autoritárias, negava e descartava qualquer possibilidade de avanço ou mudança neste contexto.

Para se entender a realidade da gestão escolar é necessário observar que a escola não existe num modelo ideal, mas apresenta-se como resultado das vontades humanas e recebe grande influência da sociedade que a organiza para produzir condições materiais de sobrevivência (WELLEN; WELLEN 2010).

Lembrando Karl Marx (MARX; ENGELS, 2007) antes do ser humano realizar qualquer pensar, seja no campo da política, arte, ou ciência o ser humano precisa se preocupar em comer, beber, vestir e abrigar-se. Com base nesta perspectiva, e com a mudança de visão sócio-político e econômica, já apontadas por Krawczyk (1999), devido ao processo de globalização, o objetivo da educação escolar pode reproduzir apenas os anseios do sistema de produção vigente, no caso do Brasil, o capitalismo.

Porém, se os objetivos da instituição escolar convergem para além deste, pode contemplar a aprendizagem escolar, como a formação da cidadania e, se todas as ações da gestão escolar no seu bojo propiciam as condições para alcançar os objetivos expostos, torna-se possível uma educação que se volta mais a uma formação do ser humano (LIBÂNEO et al., 2012).

Ainda, é importante ressaltar que a gestão escolar não constitui um conjunto de técnicas e ferramentas formadas em abstrato, mas expressam um resultado histórico das tendências decorrentes do desenvolvimento da sociedade (WELLEN; WELLEN, 2010).

Os erros e ilusões fazem parte da mente humana (MORIN, 2000), se considerar que ao reconstruir algo visto, seja pela linguagem ou pensamento pode ocorrer uma tradução ilusória.

Complementa Marx (2007) sobre a ideia falsa que o homem tem de si, da vida e do mundo. Entende-se assim, a questão da gestão escolar, que não é neutra, mas deve compreender sua

intencionalidade. E por isso, o gestor precisa pressupor que seu papel está em planejar, coordenar, controlar (CHIAVENATO, 2003), assim como atuar sobre valores, crenças, sentimentos, emoções, de maneira tal que provoque reações dos docentes para o enfrentamento dos desafios escolar, sendo estes importantes e favorecedoras para que objetivos educacionais sejam alcançados (LÜCK, 2011).

O gestor necessita desenvolver seu trabalho e compreender o efeito deste, tendo por base o processo da gestão. Assim como o docente ao entender o processo de gestão participa de forma mais ativa e efetiva nas ações da escola (LÜCK, 2011).

Sendo assim, antes de avançar em alguns aspectos da gestão, enunciar os termos Administração e Gestão parece ser bastante oportuno. Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar pessoas para alcançar objetivos organizacionais (CHIAVENATO, 2003). Volta-se mais como uma função administrativa, refere-se aos princípios de organizar, estruturar e controlar os recursos disponíveis (LIBÂNEO et al., 2012).

A gestão implica atuar sobre as questões que envolvem as ações das pessoas, identifica-se como um empreendimento que visa à promoção humana, para atingir os objetivos organizacionais (LÜCK, 2011; LIBÂNEO et al., 2012).

No entanto, em ambos os casos, Libâneo et al. (2012) nomeiam que estas organizações são unidades sociais, destinam-se a alcançar determinados objetivos, embora cada qual com objetivos específicos e distintos.

Nas organizações empresariais, enquanto unidades sociais, a função administrativa se sobressai, entende-se aqui que as pessoas são tratadas como recursos, assim como o dinheiro, a matéria-prima, o que as distingue das organizações escolares, unidades sociais voltadas à busca essencialmente da promoção e formação humana.

Nesta última, as funções administrativas também estão presentes, sendo de total importância, no entanto não se constituem como elemento essencial. Entende-se assim que a gestão que emana no ambiente escolar deve ser norteada para a educação. Tendo a escola como essencial objetivo a educação, uma vez que favorece a formação do ser humano. Nela se sobressai a interação entre as pessoas, cujo desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas, afetivas e atitudinais ocorre via o processo de ensino aprendizagem (LIBÂNEO et al., 2012). Processo esse, o qual o gestor precisa compreender para intervir, conforme menciona Luck (2011):

[...] quando o dirigente escolar atua sobre o modo de ser e de fazer da organização educacional, está efetivamente promovendo gestão escolar, isto é, está mobilizando esforços, canalizando energia e competências, articulando vontades e promovendo a integração de processos voltados para a efetivação de ações necessárias à realização dos objetivos educacionais, os quais demandam a atuação da escola como um todo de forma consistente, coerente e articulada. (LUCK, 2011, p. 131)

O gestor tem o papel fundamental de lidar com as competências, os valores, as crenças de todos os envolvidos nas ações da escola, com o intuito de convergir os esforços para atingir os objetivos que devem ser comuns, a educação. Entretanto, nas organizações empresariais, a preocupação se volta essencialmente ao processo produtivo que reflete e acaba por interferir no desenvolvimento da sociedade como um todo.

Cabe à escola conhecer esse modo de produção e como ele se produz na sociedade, assim

como desvelar de forma crítica para que se compreenda que as bases do sistema de produção é que reforça que o mundo precisa funcionar desta maneira (WELLEN; WELLEN, 2010).

Portanto, ainda segundo Wellen; Wellen (2010, p. 165), o ser humano “pode realmente não relacionar diretamente as negatividades do seu trabalho e de vida às imposições do seu patrão ou do sistema capitalista, mas essas determinações não passam incólumes na consciência do trabalhador”. Se assim o é, melhor e mais favorável, a escola pode e deve contribuir para este desvelar. Sendo assim, é importante reconhecer e compreender as necessidades dos trabalhadores no mundo do trabalho e os permitir perceber as ligações que a formação educacional oferecida pela escola pode proporcionar ao levar a repensar este contexto da relação com o trabalho, no sistema de produção capitalista e transformar a realidade social (PISTRAK, 2002; LIBÂNEO et al., 2012).

Entender estas contradições sociais é essencial, pois desta maneira o gestor tem condições para fazer da escola um contexto onde não se reproduza os reflexos das estruturas da sociedade capitalista, mas que se reflitam estas interferências conscientes, contribuindo para uma ação pedagógica mais abrangente e conseqüentemente para uma formação emancipadora.

Segundo Libâneo et al. (2012) estudos demonstram a indicação de algumas características organizacionais que podem ser utilizadas no contexto escolar. Porém, cabe a ressalva, é importante considerar que as escolas não são iguais e por isso nem sempre é possível generalizar, mas quando bem compreendidas e geridas, determinadas características, podem interferir no modo de ser e de se fazer da escola.

Logo, as características organizacionais quando compreendidas e adequadamente adaptadas, pelo gestor brotam efeitos positivos, acolhe a proposta de Cohn (1998). Quando o gestor consegue implementá-las para promover e guiar as ações dos docentes, com vistas a prepará-los melhor em suas atividades para assim ter clareza quanto ao seu complexo papel na docência refletindo na preparação de seus objetivos em sala de aula e conteúdos; projeto pedagógico bem definido, onde reside o consenso mínimo entre direção e corpo docente; bom clima de trabalho; papel significativo da direção e coordenação pedagógica; equipe disposta a inovar sem perder a identidade, atingem melhores resultados educacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar passa por compreender que “o fenômeno educativo é gerido e gestado por todos os profissionais da educação, que se encontram trabalhando em uma unidade educacional” (RANGEL, 2009, p. 26).

Sendo importante cada um conhecer o seu papel e a relevância que a formação continuada propicia ao gestor, docente e demais pessoas envolvidas ao utilizar-se da ciência para crescer em conhecimento para sua própria formação e a do coletivo.

Com essa possibilidade de mostraçõ do fenômeno é que o agente precisa estar permanentemente sintonizado na gestão, se é que ele pretende compreender os problemas como eles realmente são, e não substituí-los por suas representações. Esse cuidado exige convívio intenso, cotidiano, em busca do bem comum.

Por isto pensar que a qualidade social e pedagógica pode ser alcançada quando unidas a gestão organizacional e administrativa (RANGEL, 2009).



## REFERÊNCIAS

- ABDIAN, G. Z.; OLIVEIRA, M. E. N.; HOJAS, V. F. Formação, função e formas de provimento do cargo de administrador escolar: questões em análise. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL. Reforma do Estado e Políticas Educacionais do Brasil: o público e o privado em questão. Encontro Estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE, 2010, Teresina, PI. Anais...Teresina: NEPE/UESPI; NUPPEGE/UFPI; ANPAE; CAPES; FAPESP, 2010. 1 CD Rom.
- BRASIL. Lei Darcy Ribeiro (1996). LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 4ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.
- CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- COHN, G. (1998). As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), 53-62. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300003>
- FRAGA, V. F. Gestão pela formação humana: uma abordagem fenomenológica. Barueri, 2009.
- KRAWCZYK, N. A gestão escolar: um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 20, n. 67, Aug. 1999. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010173301999000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173301999000200005)&lng=en&nrm=iso>. access on 10 mar. 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/S010173301999000200005>
- LIBÂNEO, J. OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2012.
- LÜCK, H. Gestão da cultura e do clima organizacional da escola. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Vol. V, série cadernos de gestão.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 3-4. MORIN, E. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- RANGEL, M. (org). Supervisão e gestão na escola: conceitos e práticas de mediação. Campinas: Papyrus, 2009.
- RUSSO, M. H. Escola e paradigmas de gestão. *Eccos – Revista Científica*, São Paulo, v.6, n.1, p. 25-42, 2004.
- SENGE, P. Escolas que aprendem: um guia da quinta disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SOUZA, Ângelo Ricardo De. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. *Rev. Brasil. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, Apr. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782012000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000100009)&lng=en&nrm=iso>. access on 09 fev 2022 <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782012000100009>
- WELLEN, H.; WELLEN, H. Gestão organizacional e escolar: uma análise crítica. Curitiba: Ibpex, 2010

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA: PROVOCAÇÕES E POSSIBILIDADES**  
**DEMOCRATIC MANAGEMENT IN SCHOOLS: PROVOCATIONS AND**  
**POSSIBILITIES**  
**GESTIÓN DEMOCRÁTICA EN LAS ESCUELAS: PROVOCACIONES Y**  
**POSIBILIDADES**

Célia Maria Marques Costa  
limaraine695@gmail.com

COSTA, Célia Maria Marques. **Gestão Democrática na Escola: Provoações e possibilidades.** Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 42 – 16, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

A gestão escolar é tema recorrente do debate político educacional e seu conceito apresenta diversas lacunas. Entre outras, uma refere-se ao fato que, nas escolas, as relações entre docentes e alunos, assim como de todos os envolvidos dentro deste contexto devem convergir para atingir um propósito pedagógico, a educação. A partir de 1990 o enfoque para a educação ganha um novo direcionamento. As novas exigências que a economia globalizada começa a desvelar induz a interferência do setor produtivo ao setor educacional. E assim, em virtude destas mudanças socioeconômicas, é que a educação passou a integrar a agenda política como meio de aumento da produtividade e cidadania globalizada. A partir da leitura de pesquisadores sobre a temática, este artigo aborda aspectos sobre o papel da gestão escolar, sua evolução no contexto histórico e busca a partir de uma análise crítica apresentar um direcionamento teórico/prático.

**Palavras-chave:** Gestão, Cultura, Escola, Educação, Formação.

### ABSTRACT

School management is a recurring theme of educational political debate and its concept has several shortcomings. Among others, one refers to the fact that, in schools, relationships between teachers and students, as well as everyone involved in this context must converge to achieve a pedagogical purpose, the education. Since 1990 the focus for education has taken a new direction. The new requirements that the global economy starts to unravel induces interference from the productive sector to the education sector. And so, by virtue of these socioeconomic changes, is that education became part of the political agenda as a means of increasing productivity and global citizenship. From the reading of researchers on the topic, this article focuses on the role of school management, its evolution in historical context and search from a critical analysis present a theoretical / practical direction.

**Keywords:** Management, Culture, School, Education, Training.

### RESUMEN

La gestión escolar es un tema recurrente en el debate político educativo y su concepto presenta varios vacíos. Entre otros, uno se refiere a que, en las escuelas, las relaciones entre profesores y estudiantes, así como todos los involucrados en este contexto, deben converger para lograr un propósito pedagógico, la educación. A partir de 1990, la atención a la educación tomó una nueva dirección. Las nuevas exigencias que la economía globalizada comienza a revelar inducen interferencias del sector productivo al sector educativo. Y así, debido a estos cambios socioeconómicos, la educación pasó a formar parte de la agenda política como medio para aumentar la productividad y la ciudadanía globalizada. A partir de la lectura de investigadores sobre el tema, este artículo aborda aspectos del papel de la gestión escolar, su evolución en el contexto histórico y busca, a través de un análisis crítico, presentar una dirección teórico-práctica.

**Palabras clave:** Gestión, Cultura, Escuela, Educación, Formación.

## INTRODUÇÃO

A partir das vivências durante a trajetória profissional como Professora da Rede Pública Estadual, pude verificar alguns problemas que acontecem nas escolas. Entre esses problemas observou-se por exemplo, a baixa participação dos membros da comunidade escolar nas tomadas de decisões, as quais deveriam ser coletivas. Nesse contexto, observou-se também a ampla dificuldade de efetivação de uma gestão democrática de fato, devido às complicações existentes nas relações dos gestores com o seu corpo docente e nas relações com a comunidade escolar.

Assim, disso partiu o desejo de desenvolver uma pesquisa sobre questões políticas e pedagógicas que permeiam as relações dos gestores e comunidade escolar, para entender de que forma essas relações interferem na efetiva implementação de uma gestão democrática, fundamental para o devido desenvolvimento dos educandos da nossa sociedade, tendo em vista a importância de reduzir desigualdades sociais e atingir a qualidade de ensino esperada, diante da diversidade da nossa sociedade e em consequência a diversidade dos alunos nas escolas.

As inquietações que se busca responder, também decorrem de pesquisa anterior, intitulada de “Reflexões sobre a formação docente: caminhos e descaminhos”, onde pesquisei sobre os saberes e competências do professor iniciante em sua prática docente na educação contemporânea, ou seja, na educação dos dias atuais. A ideia da pesquisa no curso de mestrado, se deu a partir do momento em que ao encarar uma sala de aula me veio uma certa insegurança de como conduzir aquela sala.

A partir da troca de experiência com outros formandos da área pedagógica que também demonstraram essa insegurança, motivei-me a começar as pesquisas sobre as atribuições adequadas ao professor para realização de suas práticas docentes. Para orientação das ideias e reflexões expostas, foram estudados importantes autores cujas suas obras estão voltadas às práticas pedagógicas, além de artigos de própria autoria, que foram escritos durante a formação acadêmica.

A pesquisa seguiu o seguinte caminho: o objeto de estudo perpassou pela formação docente, tendo em vista o exercício do seu ofício na sociedade contemporânea. Os objetivos foram analisar por meio de uma revisão bibliográfica, os conceitos que nos demonstram caminhos para que a formação docente auxilie esse profissional em sua prática cotidiana, verificar como ocorre tal formação aos olhos da legislação brasileira, além de demonstrar aspectos gerais sobre a profissão docente.

A hipótese traçada foi que a formação docente, não está de acordo com o seu ofício que é voltado aos estudantes que vivem em uma sociedade globalizada e que se transforma rapidamente. Além disso, para a realização da pesquisa foram estudados diversos autores que tratam sobre o assunto, constituindo assim o quadro teórico. A metodologia utilizada referenciou-se em fontes de natureza bibliográfica e documental.

Os resultados verificaram que a preocupação da legislação brasileira e de estudiosos da educação, com relação à preparação dos professores para a prática cotidiana de seu ofício. E que a democratização do ensino público, garantido pela Constituição de 1988 e reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, promove maior e melhor acesso e permanência de crianças, jovens e adultos às instituições de ensino, transformando assim, a escola, em um locus de diversidade.

Desta forma entende-se que a necessidade de uma gestão democrática, que trabalha pela participação de todos é igualmente importante a boa formação de professores, para qualidade da educação. Ainda tratando da pesquisa entendeu-se que a experiência de trazer à tona reflexões voltadas aos saberes docentes e suas competências foi algo ímpar, pois além de oferecer as ferramentas necessárias para o início como uma profissional docente, foi um prazer saber que o trabalho realizado pode servir como um meio facilitador aos novos profissionais. Trazendo assim, reflexões para visão do profissional iniciante ao atual modelo de educação um sentimento de perda de tempo, de incompetência, insuficiência e desânimo, uma vez que ainda estamos marcados pela imagem de uma escola ideal, onde educandos dóceis e gratos aos seus professores vão para aprender a ser felizes. E, é por esse viés que buscaremos seguir.

### **DEMOCRATIZAÇÃO: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola**

O movimento em prol da descentralização e a democratização da administração das escolas públicas, iniciado no princípio da década de 1980, tem encontrado apoio nas reformas legislativas. Esse movimento concentra-se em três vertentes da administração escolar: participação da comunidade escolar; criação de um colegiado ou conselho escolar que possui a autoridade deliberativa com poder decisório; e controle sobre os recursos financeiros complementares, em nível local. O movimento pela administração democrática da educação reconhece a necessidade de unir essas mudanças estruturais e de procedimentos com o foco no aprimoramento escolar, por meio de um projeto pedagógico.

A Constituição Federal do Brasil, aprovada no ano de 1988, consolida-se a gestão democrática nos sistemas públicos de ensino, estabelecendo nos seus artigos 205 e 206, que a educação brasileira, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com uma colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para tanto, o ensino deve ser pautado nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprendizagem, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais do ensino, gestão democrática do ensino público, na forma da lei; garantia de padrão de qualidade. (Artigo 206 da Constituição Federal).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394 regulamentou o contido na Constituição Federal, acima citada, e amplia o rumo da democratização prescrevendo, em seu inciso I art. 13, a participação dos profissionais da comunidade na elaboração da proposta pedagógica da escola e no artigo 15 do mesmo inciso, acena para uma progressiva conquista da autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares. Reforça-se, assim, uma garantia de acesso a esta etapa da Educação Básica. Para o Ensino Médio, a oferta não era, originalmente, obrigatória, mas indicada como de extensão progressiva, porém, a Lei nº 12.061 / 2009 alterou o inciso II do artigo 4º o inciso VI do artigo 10 da LDB, para garantir a universalização do Ensino Médio gratuito e para assegurar o atendimento de todos os interessados ao Ensino Médio Público. De todo modo, o inciso VII do mesmo artigo já estabelecia que é preciso garantir a oferta de educação básica para jovens e adultos, com

características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que trabalham como condições de acesso e permanência na escola.

O acesso ganhou força constitucional, agora para quase todo o conjunto da Educação Básica (excetuada a fase inicial da Educação Infantil, da Creche), com uma nova redação dada ao inciso I do artigo 208 da nossa Carta Magna, que assegura a Educação Básica obrigatória dos 4 a 17 anos de idade, inclusive a gratuidade para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, sendo sua implementação progressiva, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União.

Além do PNE, outros subsídios têm orientado como políticas públicas para a educação não Brasil, entre eles avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), da Prova Brasil e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), definidas como constitutivas do Sistema de Avaliação da Qualidade da Oferta de Cursos no País. Destaca-se que tais programas têm suscitado interrogações também na Câmara de Educação Básica do CNE, entre outras instâncias acadêmicas: teriam eles consonância com a realidade das escolas? Esses programas levam em consideração a identidade de cada sistema, de cada unidade escolar? O fracasso escolar, averiguado por esses programas de avaliação, não estaria expressando o resultado da forma como se processa uma avaliação, não está de acordo com uma forma como uma escola é um programa de planejamento e operação do currículo? O sistema de avaliação aplicado guardaria relação com o que efetivamente acontece na concretude das escolas brasileiras?

Democratizar o ensino pela instituição de práticas educativas fundadas na liberdade do educando, tem sido uma proposta sedutora para os educadores: e a sua aceitação ou não é sempre interpretada como uma visão progressista ou retrógrada da educação. Examinemos, porém, alguns dos compromissos ligados a uma pretensa visão progressista. Um deles, embora não essencial, mas muito frequente, é a aspiração de transformar politicamente a sociedade por meio de educação. (AZANHA, 2004, P. 338)

Primeiro que tudo restabelecendo o verdadeiro conceito de educação, retirando-lhe todo o aspecto formal, herdado de um conceito de escolas para o privilégio, segundo Anísio Teixeira em "A escola pública universal e gratuita", vemos uma condição de diminuição dos aspectos da desigualdade social em que vive o Brasil, na forma de oportunidades para que o brasileiro, através da escola, tenha emprego e qualificação. A importância da escola na sociedade é irrefutável, pois através de um trabalho democrático, de uma escola que adquira todo seu potencial influenciador da comunidade escolar, por meio de uma gestão participativa.

A educação, portanto, mais do que qualquer outro instrumento de origem humana, é a grande igualadora das condições entre os homens - a roda do leme da maquinaria social ... Dá a cada homem a independência e os meios de resistir ao egoísmo dos outros homens. Faz mais do que desarmar os pobres de sua hostilidade para com os ricos: impede-os de ser pobres.

Na realidade, ninguém dava crédito aos educadores (nem sequer eles próprios), na sua pregação de educação para todos. Com efeito, os próprios educadores tinham sempre o cuidado de dizer que não era possível, economicamente, a solução do problema educacional brasileiro ... quando mudanças de estrutura social, da ordem da que nos deviam trazer a república e com ela a democracia, se processam efetivamente no seio de um povo, o problema econômico não pode constituir obstáculo à sua real

efetivação. Em tal caso, é a estrutura social que se modifica, em virtude, exatamente, de modificação da estrutura econômica e política. (TEIXEIRA, 1956. p.3-27.)

Dessa forma, podemos entender que a escola deve dar possibilidades aos alunos de participarem, para que possam exercer de fato a cidadania, e assim compreender que a função social da escola, perpassa pela construção da cidadania.

Nesse sentido, o aluno precisa construir identidade na e da escola, sentir-se pertencente àquele ambiente, poder se expressar e constituir-se enquanto cidadão. Contudo, muitas vezes isso não acontece, pelo fato de a escola não atingir os objetivos necessários para que o aluno se sinta bem e feliz em uma escola do nosso tempo, isto é, uma escola que realmente faça sentido, em nossa sociedade do século XXI.

Mesmo com tantas transformações sociais e culturais, a escola continua sendo monótona, repetitiva e paradoxal, o que percebemos pela falta de envolvimento e participação de todos, principalmente dos alunos. E isso, faz parte, além de outras questões, da responsabilidade do gestor, pois, essa, deve estar a cargo de suas responsabilidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o conceito de gestão escolar foi construído ao longo da história da educação, de forma a se transformar com o tempo de acordo com as necessidades sociais e culturais. A administração escolar, com o tempo, não serviu mais para uma escola que quer formar pessoas críticas, autônomas e humanas.

Essa transformação iniciou-se legalmente a partir da Constituição Federal de 1988 e após pela Lei trizes e Bases da Educação que até os dias atuais, tem como princípio a democratização do ensino e da gestão.

As pesquisas realizadas apontaram a necessidade da participação de toda comunidade escolar por meio da mobilização de todos os envolvidos. Além disso, apontaram a transformação na função do gestor escolar para que se cumpra as necessidades da sociedade atual. As famílias devem ter participação ativa, de apoio às ações da escola.

Ainda pouco mencionado na bibliografia de pesquisa em andamento, o Projeto Político Pedagógico, já é percebido, como instrumento a ser compreendido pelo gestor, como fundamental na implementação da gestão democrática. Assim, podemos entender que o gestor escolar, deve adaptar-se à gestão democrática de forma a cumprir com o seu papel para construir coletivamente, uma escola inclusiva, que dê conta de atingir os objetivos a serem alcançados no bom desenvolvimento do aluno, cidadão do nosso século.

## REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Hugo. Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AZANHA, José Mário Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 335-344, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a12>>. Acesso em: 7 out. 2022.
- BROWN, Mano. Colégio Público. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/racionais-mcs/1595357/>. Acesso em 05/07/2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). (Artigos 5º, 6º; 205 a 214). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Constituicao.htm>> Acesso em 7 out 2022
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 7 out. 2022
- COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa (Org.) et al. *Gestão escolar: enfrentando os desafios cotidianos em escolas públicas*. Curitiba: Editora CRV, 2009
- CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). *Interação escola família: subsídios para práticas escolares*. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.
- FERREIRA, Rosiane Aparecida De Paula, *Reflexões sobre a formação docente: caminhos e descaminhos*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNILOGOS, 2019.
- FERREIRA, Rosiane Aparecida de Paula, *Formação de Professores Currículos e Práticas Pedagógicas: Saberes Docentes e Formação de Professores*, Disponível em *Revista Acadêmico Online*, Nov/Dez. ISSN 2359 – 5787. São Paulo 2016
- FRANCO, Walter. Serra do luar. In: PINHEIRO, Leila. *Outras caras*. [s. l.]: Philips, 1991. 1 CD. Faixa 3, 4m 11s.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Leitura).
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Avaliação educacional – caminhando pela contramão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- LÜCK, Heloísa et al. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2002.
- O pensador, Gabriel O. *Ainda é Só Começo*. 1995. 1 CD. Faixa 6, 5m 12s.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

**A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**  
**THE IMPORTANCE OF USING INFORMATION AND COMMUNICATION  
TECHNOLOGIES IN THE EARLY GRADES OF ELEMENTARY SCHOOL**  
**LA IMPORTANCIA DEL USO DE LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LA  
COMUNICACIÓN EN LOS PRIMEROS GRADOS DE LA ESCUELA PRIMARIA**

Josivaldo Teixeira de Oliveira  
 josivaldocavn@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Josivaldo Teixeira de. **A importância da utilização das tecnologias de informação e comunicação nas séries iniciais do Ensino Fundamental**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 48 – 58, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

A partir de um breve histórico sobre a incorporação das tecnologias contemporâneas de informação e comunicação nas escolas municipais e de uma resposta às novas demandas sociais advindas com a emergência da chamada Sociedade da Informação, esse projeto propõe um estudo acerca das dificuldades encontradas pela escola pública para uma possível inclusão digital, não mecanicista e em prol de processos emancipadores de comunicação e educação. Tem por objetivo refletir sobre a inserção dos meios de comunicação, em especial atenção para o meio digital, oportunizando a comunidade escolar ao acesso às novas tecnologias, instrumentalizando professores para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), na prática pedagógica, ampliando assim as possibilidades de descobertas e criações dentro do ambiente informatizado, por meio de estímulo a diferentes formas de produção de conhecimento e trocas de saberes no ambiente virtual. Como metodologia para a concretização deste projeto, se utilizou basicamente a pesquisa qualitativa, baseada em revisão bibliográfica sobre os temas de inserção das novas tecnologias na escola e dos estudos sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação. Além disso, parte das reflexões deste projeto é baseada em observações ao perceber nas escolas públicas municipais onde atuo como educadora, a necessidade de adoção de políticas públicas municipais objetivando trazer para a sala de aula laboratórios de informática e internet, atendendo as exigências da sociedade do conhecimento do mundo contemporâneo.

**Palavras-chave:** Inclusão Digital nas Escolas Públicas; Políticas Públicas; TICs em sala de aula.

### ABSTRACT

Based on a brief history on the incorporation of contemporary information and communication technologies in municipal schools and a response to new social demands resulting from the emergence of the so-called Information Society, this project proposes a study on the difficulties encountered by the public school for a possible digital inclusion, not mechanistic and in favor of emancipatory processes of communication and education. It aims to reflect on the insertion of the media, especially attention to the digital environment, opportunistic the school community to access new technologies, instrumentalizing teachers for the use of Information and Communication Technologies (ITTs), in pedagogical practice, thus expanding the possibilities of discoveries and creations within the computerized environment, through stimulating different forms of knowledge production and knowledge exchange in the virtual environment. As a methodology for the realization of this project, if useful

**Keywords:** Digital Inclusion in Public Schools; Public Policies; TICs in the classroom.

### RESUMEN

De una breve historia sobre la incorporación de tecnologías contemporáneas de información y comunicación en las escuelas municipales y una respuesta a las nuevas demandas sociales que provienen del surgimiento de la Sociedad de la Información de So -Called, este proyecto propone un estudio sobre las dificultades encontradas por la escuela pública a una Posible inclusión digital, no mecánica y para procesos de emancipación de comunicación y educación. Su objetivo es reflexionar sobre la inserción de los medios de comunicación, especialmente la atención al entorno digital, proporcionando a la comunidad escolar para acceder a nuevas tecnologías, instrumentando a los maestros para el uso de tecnologías de información y comunicación (TIC), en la práctica pedagógica, expandiendo así las posibilidades de Descubrimientos y creaciones dentro del entorno computarizado, al estimular diferentes formas de producción de conocimiento e intercambios de conocimiento en el entorno virtual. Como metodología para la realización de este proyecto, la investigación cualitativa basada en la revisión bibliográfica sobre la inserción de nuevas tecnologías en la escuela y los estudios sobre tecnologías de información



y comunicación fue básicamente. Además, parte de las reflexiones de este proyecto se basa en observaciones al notar en las escuelas públicas municipales donde trabajo como educador, la necesidad de adoptar políticas públicas municipales con el objetivo de llevar al aula a laboratorios de informática e internet, cumpliendo los requisitos de los requisitos de La sociedad del conocimiento del mundo contemporáneo.

**Palabras clave:** inclusión digital en escuelas públicas; Políticas públicas; Tics en el aula.

## INTRODUÇÃO

Os desafios dos educadores são colocados diariamente como alerta de quão melhor prender a atenção do dia a dia dos educandos. Essa ação é sempre destacada tanto no ambiente presencial como no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Na finalidade de atender a grande massa da população, a preocupação com a disseminação do acesso à internet deixa evidente a existência de outros meios de educar, outras tendências no mundo da educação, a importância da educação por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Entretanto, o processo de mudança na educação não é algo gradativo e nem uniforme. Esta transformação ocorre gradualmente, em todas as modalidades educacionais. Com o crescimento e desenvolvimento das tecnologias através da rede, o ensino também foi modificado, gerando espaço às novas formas de aprendizagem, abrindo lugares para a construção no ensino e no aprendizado. Nesse sentido, ao escolher um sistema de gerenciamento de aprendizagem, é necessário estar cientes das possibilidades técnicas e pedagógicas que o ambiente oferece.

Diante da importância das tecnologias surge a necessidade de como os docentes podem melhorar os seus métodos quantitativos e qualitativos, para assim permitir um crescimento no âmbito educacional. É importante destacar que os professores não são unicamente responsáveis pela metodologia de ensino e sim, fazem parte do processo de desenvolvimento das tecnologias existentes, podendo enriquecer os processos de aprendizagem por meio da construção do conhecimento.

Os ambientes digitais de aprendizagem surgiram como sistemas computacionais destinados a dar suporte para as ações envolvidas entre comunicação e tecnologia. Qualquer recurso de comunicação utilizado para troca de mensagens instantâneas pode ser Utilizado com a finalidade de um simples bate-papo ou explorada na área da educação que facilita a comunicação e interação entre os discentes. Com o crescimento e avanço tecnológico ocorrido ultimamente, as tecnologias de informação e comunicação tornaram-se um instrumento auxiliar em todos os campos das atividades humanas.

Diante desta importância social, elas estão adquirindo cada vez mais relevância também na educação, por isso é necessário que os profissionais acompanhem de perto esse novo paradigma, na perspectiva e desejo de contribuir com as transformações educacionais, bem como refletir sobre as questões de uma escola de qualidade para todos, buscando parceria entre diferentes instâncias do setor público, para impulsionar os avanços e superar os desafios.

A presença das tecnologias na sociedade é uma realidade em constante desenvolvimento e estão sendo adaptadas ao uso doméstico, comercial e educacional, uma vez que carregam consigo novas formas de linguagem, expressões e conhecimentos que exigem do cidadão uma adequação com essa nova realidade social. Esse progresso das Tecnologias da Informação e da Comunicação permite que a maioria da população tenha acesso à informação, o que traz

mudanças profundas em várias áreas do saber, principalmente no campo educacional, onde são discutidos e construídos conhecimentos.

As políticas públicas tornaram-se instrumentos de gestão imprescindíveis na organização onde governo e sociedade precisam de ações regulatórias, executivas e fiscalizadoras, e este resultado sempre será benéfico, onde ambas as partes compreendem que será sempre necessário a melhoria da qualidade de vida e respeito aos cidadãos.

Percebe-se que os gestores quando participam ativamente das políticas públicas e das atividades envolvendo as Tecnologias de Informação e Comunicação têm mais chances de desenvolver projetos que integram a escola e seus participantes, bem como se tornam agentes transformadores da sociedade.

As escolas exercem a principal função de formação de consciência e possui na inclusão digital um dos grandes mecanismos que beneficia o progresso de gestão pública, levando sempre em consideração o que a LDB publicou no Brasil a partir de 1996, justificada por fortes pressões da sociedade onde muitas vezes o debate do conhecimento tornou-se ágil em função principalmente da rede informatizada disponível nos principais fóruns públicos, no entanto a inclusão digital deve caminhar junto à educação digital, para que se possa formar uma base sólida para sustentar o desenvolvimento do topo da pirâmide educacional.

O trabalho tem por objetivo refletir sobre a inserção dos meios de comunicação, em especial atenção para o meio digital, oportunizando a comunidade escolar ao acesso às novas tecnologias, instrumentalizando professores para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, na prática pedagógica, ampliando assim as possibilidades de descobertas e criações dentro do ambiente informatizado, por meio de estímulo a diferentes formas de produção de conhecimento e trocas de saberes no ambiente virtual.

## **DESENVOLVIMENTO**

Um dos principais objetivos da Informática na Escola é o de conhecer as diversas possibilidades de uso da mesma, bem como o de trabalhar com o novo, uma vez que o caminho do computador na sala de aula passa pela familiarização do professor com ele, para que possam utilizá-los com segurança e compreensão, proporcionando aos educandos atividades diversificadas, atrativas e contextualizadas com os avanços tecnológicos a qual estamos presenciando no mundo globalizado.

De acordo com Moran (2003), a teoria na educação é muito avançada, mas a prática está muito distante. No entanto, quando sensibilizado a trabalhar com informática, o educador percebe-se um agente transformador da ação pedagógica e esta descoberta reflete-se rapidamente na elaboração de seu material didático, no planejamento de suas aulas e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola.

É indispensável implantar a informática educativa nas escolas dispor de um currículo flexível, multicultural, que relacione seus conteúdos, objetivos e estratégias às questões culturais e tecnológicas, de acordo com as necessidades que surgem ao longo da execução das atividades.

A informática educativa com recursos digitais nos leva a perceber o quanto pode ser acelerado o processo de escrita e leitura, quer pela facilidade de encontrar as letras no teclado,

pela facilidade de correção de palavras e pela riqueza que a utilização da tecnologia proporciona como auxílio e ultrapassagem de barreiras.

Todas as escolas precisam de um espaço informatizado onde possa fazer a reconstrução, investigação e renovação e que esteja atenta à vida dos alunos desde o campo social, político e econômico.

Inúmeros autores discutem sobre a questão do acesso às ferramentas técnicas e ao conteúdo da Internet em sala de aula, como o próprio Silveira (2003) vem destacando a necessidade de se rever essas definições.

Outros autores como Starobinas (2006) complementam essa nova visão alertando que os recursos técnicos não podem estar dissociados da realidade e necessidade local, não devendo ser tratados como uma variável externa com o poder de produzir resultados sem considerar as características do contexto. As iniciativas devem ser estruturadas, considerando as complexidades do sistema social no qual estão inseridas.

Para (Silveira, 2001, p. 18) “É necessário assegurar o acesso às camadas socialmente excluídas como estratégia fundamental de inclusão social. Mas, para que isso não tenha um resultado pífio torna-se indispensável a formulação de políticas públicas de orientação, educação não formal, proficiência, tecnológica e uso das novas tecnologias da informação.”

Diante desse pensamento, a educação no meio tecnológico busca incluir, planejar, implementar e avaliar o processo de ensino, baseado nas pesquisas de aprendizagem humana e comunicação. A literatura ressalta que o aspecto relevante para a prática do conhecimento científico são os métodos de ensino aprendizagem de acordo com Seattle (1968).

A tecnologia educacional é a soma de esforços de profissionais intelectuais que buscam com o passar dos anos, organizar e sistematizar formas e métodos científicos que otimizem os processos de aprendizagem, Dieuzeide (1971).

Os autores focam no processo, destacando as práticas com conhecimento científico, abordagem sistêmica, a aprendizagem, focam na eficiência e a união de recursos humanos e materiais, garantindo a Tecnologia Educacional.

No pensamento de (Zamora, 1977, p. 89), enfatiza-se em criar métodos produtivos, bons níveis de distribuição, etc. Resumindo, os focos são os métodos educacionais, contudo, os reais problemas e soluções ficam esquecidos. A tecnologia permanece como um fim e não como um meio.

É destacado o enfoque sistêmico, algo não é aplicado, insistem que ocorre a eficiente distribuição e organização de recursos e atividades, contudo, contradiz o que deveria ser o primeiro ponto: a análise de sistemas.

É deixado de lado a etapa primordial na aplicação metodológica, isto é, a análise do problema, etapa que inclui, entre outros aspectos, a determinação do limite do sistema, das variáveis controvertidas e da análise do contexto e do ambiente o qual o sistema atua e onde se gera o problema (Zamora, 1977, p. 89). Os autores destacados concordam que a fase mais importante na implementação da tecnologia educativa é o “meio”, teorias, métodos e estratégias precisam ser definidas diante da etapa que se chama MEIO, para assim, alcançar um “fim”.

(Teruya, 2006, p. 74) cita: “o computador passa a ser considerado uma ferramenta educacional, não mais um instrumento de memorização, mas um instrumento de mediação na construção do conhecimento”. A mesma comenta que o aparelho deve ter como principal objetivo a aprendizagem, contudo, é necessário que os profissionais tenham formação,

conhecimento, fundamentação teórica e desenvolvam metodologias ativas para uso educacional no ambiente de trabalho.

Há inúmeras questões a serem definidas para o uso das TICs, uma das afirmações de Teruya diz que “[...] é preciso que o professor preste muita atenção para que o trabalho educacional com uso de equipamentos eletrônicos não se torne uma “muleta” para realizar as tarefas que necessitam ser realizadas na escola”. Um detalhe importante é o acúmulo de dados na internet, procurar informações claras e precisas facilitam o trabalho.

Adicionar atividades que necessitem de equipamentos eletrônicos é importante, tudo deve ser pensado no planejamento, as escolhas devem tentar atender a toda a clientela estudantil, os alunos que não possuem acesso devem ser orientados de uma forma que não haja prejuízo, pois possuem o mesmo direito que os demais.

Um obstáculo a ser superado no contexto escolar é acompanhar o avanço das TICs, pois elas evoluem rapidamente, nem sempre a instituição escolar possui recursos ou meios de acesso às novas tecnologias.

Para (Sampaio; Leite, 1999), “[...] o professor deve ter clareza do papel delas enquanto instrumentos que ajudam a construir a forma de o aluno pensar, encarar o mundo e aprender a lidar com elas como ferramentas de trabalho”. Este pensamento destaca que é necessário construir e/ou aperfeiçoar a educação em consonância com os avanços da sociedade.

A formação continuada para o uso das TICs em sala de aula é um meio importante de valorização do educador, essa proposta vai além da disponibilização da tecnologia e equipamentos computacionais, por meio dela, o professor adquire capacidade para planejar, decidir e aprender continuamente a melhor forma de levar o conhecimento para os seus discentes, já que independente da tecnologia, o professor o responsável pela ligação entre realidade, conteúdo e aprendizagem. “[...] é necessário o que usar, como utilizar e saber para que está usando.” (Silva, 2010, p. 4)

Os programas de formação continuada são entendidos por Almeida (2005) como maneira de expandir o olhar do docente para outros horizontes, desenvolvendo competências. É uma formação com vistas para o presente em que se conecta conhecimento e prática com a intenção de que o docente tenha uma atuação consciente.

É, portanto, fundamental mencionar que para dar aulas no novo contexto social, ou mesmo primar pela qualidade da educação, se faz importante e urgente valorizar a formação do professor para o trabalho com as TICs, pois esses profissionais são os responsáveis pela mediação entre os recursos tecnológicos e os alunos no processo ensino/aprendizagem no sentido de serem os condutores da formação de cidadãos autônomos, conscientes e competentes.

Considerando que educação, tecnologias, informação e comunicação são indissociáveis, afirma-se que a superação dos desafios tecnológicos lançados na sala de aula, no caso particular do município de Esplanada, só é possível por meio da formação continuada do professor e preparo deste profissional para o trabalho pedagógico com as diferentes tecnologias admissíveis.

Nesse sentido, cabe ao município de Esplanada, por meio da Secretaria de Educação, o fornecimento aos seus professores de cursos, palestras, entre outros, sobre a inserção das TICs na prática pedagógica, tendo como finalidade o preparo desses profissionais para o uso adequado das tecnologias no processo de ensinar e aprender.

Quando se menciona preparar o professor para o uso adequado das TICs, defende-se a ideia de que é preciso conduzi - o para que, além de conhecer os instrumentos tecnológicos, ele possa “[...] dominar os principais procedimentos técnicos, partindo da integração desses meios com o processo de ensino.” (Kenski, 2012, p. 77)

Assegura-se que houve uma disseminação grande das TICs nos mais diversos setores da sociedade, e, com esse fluxo intenso, não se pode negar a relação existente entre o conhecimento informático e os demais campos do conhecimento para Toschi (2005), Pinto (2004) e Almeida (2003).

Esse processo criou uma nova forma de linguagem que precisa ser introduzida no contexto escolar: a linguagem digital. Nesse contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação, ou, simplesmente, TICs, tratam-se de uma fusão de três dimensões distintas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas e/ou digitais.

Lamentavelmente, como no caso de muitos municípios brasileiros, não há, por parte da Secretaria de Educação, propostas de cursos para o preparo do professor para a inclusão das TICs no dia a dia dos estabelecimentos de ensino. O que finda que a maioria dos professores não exploram as ferramentas tecnológicas da atualidade na sala de aula, devido à falta de intimidade e de conhecimento específico e suficiente, além de muitas outras dificuldades como: pouco equipamento tecnológico para a grande quantidade de alunos por turma, falta de manutenção, lentidão do sistema operacional, entre outros.

Sabemos que a Instituição Escolar, gestor, professor e aluno devem estar cientes da importância de interagir suas buscas de conhecimentos a uma nova aplicação dos avanços das TICs no processo de ensino e aprendizagem, no intuito de gerar a formação de cidadãos críticos e capazes de conviver com as mudanças do meio e de se integrarem ao mercado de trabalho, sendo agentes transformadores da sociedade. É preciso buscar formas didáticas inovadoras, porque o campo educacional torna-se cada vez mais complexo, exigindo do educador um aprimoramento constante, que irá polir efetivamente o ensino dentro da sala de aula.

Nesse contexto, as tecnologias como, por exemplo, o computador usado como complemento na aprendizagem é um meio que incentiva o aluno a querer aprender, promovendo uma satisfação tanto para o educador quanto para o educando. Esse recurso traz uma série de novidades, pois com o uso dessa ferramenta tudo se torna mais rápido e fácil, contribuindo para um melhor desempenho escolar e servindo como recurso pedagógico de apoio para o educador e educando.

Sendo assim, é fundamental hoje uma grade curricular com várias possibilidades de arranjos, otimizando o tempo das atividades em sala de aula, favorecendo assim a troca de experiências, ampliando a conexão entre o educador e o educando para alcançar uma educação de qualidade.

Percebe-se que o uso das TICs no ensino representa um grande desafio para os educadores, porque exige capacitação, uma metodologia inovadora e planejamento de ensino adequado.

As Tecnologias de Informação e Comunicação mudaram o mundo inovando nas áreas de trabalho, comunicação, formas de se relacionar e aprender. Na educação, expandiu as opções metodológicas que ajudam no ensino aprendizagem, proporcionou mais interesse e despertou o interesse da classe estudantil diante das inovações.

O mundo está cada vez mais tecnológico, essas metodologias precisam estar presentes no dia a dia escolar, ações devem ser tomadas para que haja alfabetização e letramento digital acessível aos discentes, inovar e criar maneiras de utilizar a tecnologia e os meios digitais é uma obrigação das instituições escolares, garantindo a inclusão digital de todos.

Para o desenvolvimento de competências que priorizem o entendimento, uso, aplicação e criação de situações baseadas nas TICs em situações práticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define em seu material que o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o uso responsável e consciente das tecnologias digitais esteja presente nas diferentes áreas de conhecimento, um desses pontos é destacado na competência geral 5.

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BRASIL, 2018, online)

Esse pensamento é amplo, não apenas utilizar as tecnologias em sala, mas contribuir para que esse conhecimento digital e tecnológico seja incorporado ao conhecimento dos discentes para seu uso no dia a dia e na vida.

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) apoiou o uso das TICs como proposta pedagógica disponibilizando de forma aberta e gratuita o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação em 2018, onde eixos, definições de conceitos e habilidades estão alinhados à BNCC, promovendo e explorando a aplicação dos meios tecnológicos no ambiente escolar.

Os eixos presentes nesse currículo que contemplam as etapas da educação básica são: Cultural Digital – Tecnologia Digital e Pensamento Computacional. Temas que contemplam os conceitos de letramento digital; cidadania digital; e tecnologia e sociedade.

Esses eixos e habilidades propostas no Currículo de Referência auxiliam a direção, coordenação pedagógica e docentes a organizar, planejar e implementar ações com uso de tecnologias no ambiente escolar, promovendo a aprendizagem e o interesse dos alunos, gerando conhecimento, preparando os discentes para que utilizem esse conhecimento nas esferas pessoais e profissionais.

“[...] o professor não precisa ser o detentor do conhecimento técnico sobre o uso das ferramentas disponíveis, mas sim o mediador que vai auxiliar os estudantes na reflexão sobre os melhores usos possíveis das Tecnologias de Informação e Comunicação.”

As tecnologias são importantes, principalmente no contexto atual da humanidade, praticamente todas as ações humanas estão voltadas para a tecnologia, contudo, é necessário uma reflexão crítica sobre como utilizar em seu dia a dia, perigos existentes e o uso responsável.

Neste contexto, o docente tem o papel de ensinar e orientar de forma clara sobre os perigos do mal uso da tecnologia e o que pode ocorrer se não se prevenir diante de situações problema, faz-se necessário trabalhar assuntos como fake News, cyberbullying, segurança digital e compartilhamento da imagem alheia. O professor não precisa ser o detentor do conhecimento técnico sobre o uso das ferramentas disponíveis, precisa mediar as informações auxiliando os estudantes a refletirem sobre suas ações e o bom uso das TICs.

As práticas propostas aos Anos Iniciais são tratadas como suporte, promovendo a construção de conhecimentos e aprendizagens que favoreçam o uso da tecnologia, contribuindo para seu desenvolvimento estudantil.

Resumindo, incorporar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas práticas pedagógicas e no currículo é algo que não pode ser negligenciado pelas escolas, o mundo evolui a cada dia e faz-se necessário acompanhar essa evolução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário adicionar ao currículo escolar o uso das tecnologias e recursos digitais como meio e um fim, apoiando no suporte e implementação de metodologias ativas no dia a dia escolar promovendo aprendizagens que contribuam para o futuro dos discentes, garantindo democratização, acesso e inclusão no mundo digital. É necessário um pensamento crítico, revisar a proposta pedagógica da escola e promover a formação dos profissionais, garantindo confiança e conhecimento na aplicação do tema proposto.

As tecnologias de apoio à prática do ensino vão além das apresentações digitais, mostras de vídeos etc., é possível ir mais além, possibilitar o uso em situações diversas como criação de conteúdos digitais, uso de softwares, gamificação, criação de conteúdos multimídia, áudios, vídeos, enfim, utilizar suas possibilidades, promovendo conhecimento.

Necessário se faz também que os cursos de licenciaturas ofereçam uma formação que permita ao futuro professor conhecimentos sobre tecnologias digitais adequadas. Isso verifica que existem lacunas desde a preparação acadêmica dos profissionais em educação, no que tange estratégias inovadoras de ensino.

Mas estas novas metodologias devem ser consideradas como facilitadoras da aprendizagem, mas jamais devem substituir a importância da informação e do ensino para Antunes (2010).

As tecnologias facilitam extraordinariamente nossa vida, mas também não podemos ignorar que a excessiva dependência delas nos torna vulneráveis particular e coletivamente, entretanto, para evitar ou superar o uso ingênuo dessas tecnologias, é fundamental conhecer as novas formas de aprender e de ensinar, bem como de produzir, comunicar e representar conhecimento, possibilitadas por esses recursos, que favoreçam a democracia e a integração social (Almeida; Prado, 2010).

Avaliando contextos específicos pode-se dizer que a informática é um recurso pedagógico extraordinário, onde o educador consegue um avanço na qualidade de ensino, por ser um campo muito explorado em termos de técnicas para um diferencial no âmbito escolar.

Uma vez que abrange todas as séries, buscando métodos que facilitem a busca e a superação do aluno em aprender, provocando para que o educador desempenhe seu papel em ministrar aulas de forma prazerosa. Assim como, a implantação da informática nas escolas é o método inovador que gera avanço no ensino e aprendizagem, favorecendo ao educador e aluno melhorar o desempenho na sala de aula.

A escola tem como papel preparar cidadãos para o trabalho e para a vida, não pode e não deve ficar à margem do processo de tecnologiação da sociedade, sob pena de ficar defasada, desinteressante, alienada e de não cumprir suas funções. As TICs estão modificando

a forma de produzir conhecimentos em sala de aula e os alunos estão criando autonomia para transferir o que já sabe com equidade e qualidade.

Para que possamos nos encaminhar a uma educação de qualidade, precisamos refletir sobre como nossos alunos aprendem mais. E nesta direção o mesmo autor afirma que os alunos aprendem os conhecimentos que ensinamos através de nossas posturas, dos processos e dos significados que são postos em ação na dinâmica do relacionamento entre professor e aluno (Arroyo, 2000, p. 110).

Portanto, conclui-se que o uso das Tecnologias da Informação Comunicação no ensino representa um grande desafio para os educadores, pois exige capacitação, uma metodologia inovadora e planejamento de ensino adequado. As TICs tornam as aulas atraentes e modernas, aumentando de certa forma as expectativas para os professores e alunos, transformando para tanto, as informações e tornando as aulas mais motivadoras e expressivas.

Acredita-se que a crise do coronavírus modificará vários aspectos da nossa vida, principalmente o sistema educacional. Com o distanciamento imposto pela pandemia muitos estudantes e professores no mundo inteiro foram impedidos de frequentar instituições de ensino. Foram vários os desafios trazidos pela pandemia, no que se refere ao universo digital, mas infelizmente há grandes limitações para alguns alunos e professores, pois faltam acesso à internet, computadores, softwares, dentre outros recursos de qualidade.

A pandemia apenas acelerou uma tendência que já vinha em curso, no caso virtual e nós, professores, somos os facilitadores dessas informações e avanços virtuais. Com ela houve aumento significativo desses avanços e quebra de paradigmas, muitos professores que não conheciam e tinham dificuldades de utilizar esses recursos, tiveram que se adaptar e estudar mais para conhecer e colocarem em prática o uso dessas tecnologias e recursos de multimeios.

Estamos utilizando as TICs em nosso cotidiano, mas verificamos que infelizmente essas aulas remotas virtuais não contemplam a todos os alunos, pois muitos não tem acesso a internet e nem celular, acaba sendo uma injustiça social e exclusão digital, o que tem deixado nós, educadores insatisfeitos com essa situação, além de tudo isso ainda temos profissionais com dificuldades em realizar as aulas virtuais por não ter um bom conhecimento e formação na área de informática.

A formação continuada para o uso das TICs em sala de aula é um meio importante de valorização do educador, essa proposta vai além da disponibilização da tecnologia e equipamentos computacionais, por meio dela, o professor adquire capacidade para planejar, decidir e aprender continuamente a melhor forma de levar o conhecimento para os seus discentes, já que independente da tecnologia, é o professor o responsável pela ligação entre realidade, conteúdo e aprendizagem.

Logo, os programas de formação continuada são entendidos como maneira de expandir o olhar do docente para outros horizontes, de desenvolverem competências. É uma formação com vistas para o presente em que se conecta conhecimento e prática com a intenção de que o docente tenha uma atuação consciente.

É, portanto, fundamental mencionar que para dar aulas no novo contexto social, ou mesmo primar pela qualidade da educação, se faz importante e urgente valorizar a formação do professor para o trabalho com as TICs, pois esses profissionais são os responsáveis pela mediação entre os recursos tecnológicos e os alunos no processo ensino/aprendizagem no



sentido de serem os condutores da formação de cidadãos autônomos, conscientes e competentes.

Considerando que educação, tecnologias, informação e comunicação são indissociáveis, afirma-se que a superação dos desafios tecnológicos lançados na sala de aula, no caso particular do município de Esplanada, só é possível por meio da formação continuada dos educadores, preparando este profissional para o trabalho pedagógico com as diferentes tecnologias admissíveis.

Nesse sentido, cabe aos gestores, providenciar junto a Secretaria de Educação, o fornecimento aos seus professores de cursos, palestras, entre outros sobre a inserção das TICs na prática pedagógica, tendo como finalidade o preparo desses profissionais para o uso adequado das tecnologias no processo de ensinar e aprender.

Quando se menciona preparar o professor para o uso adequado das Tecnologias de Informação e Comunicação, defende-se a ideia de que é preciso conduzi-lo para que, além de conhecer os instrumentos tecnológicos, ele possa dominar os principais procedimentos técnicos, partindo da integração desses meios com o processo de ensino. ”

Lamentavelmente, na maioria de muitos municípios brasileiros, não há, por parte das Secretarias de Educação, propostas de cursos para o preparo dos professores para a inclusão das TICs, no dia a dia nos estabelecimentos de ensino. O que finda que a maioria dos professores não exploram as ferramentas tecnológicas da atualidade na sala de aula, devido à falta de intimidade e de conhecimento específico e suficiente, além de muitas outras dificuldades como: pouco equipamento tecnológico para a grande quantidade de alunos por turma, falta de manutenção, lentidão do sistema operacional, falta de uma estrutura adequada, dentre outros.

Em termos do que aqui foi discutido, significa que é imprescindível comprometer-se com a investigação, a fim de identificar quais grupos estão sendo excluídos do cotidiano educacional e, o que está agindo como fator de exclusão. E, ainda, analisar o que pode ser feito para minimizar e, se possível, eliminar os aspectos identificados como excludentes dentro da escola.

Necessário se faz que as políticas públicas de inclusão digital construam uma infraestrutura voltada para o uso de computadores, pois, não basta apenas depositar nas escolas a esperança da abrangência sócia, é preciso permanecer no caminho buscando as finalidades humanas, assegurando à sociedade uma economia do conhecimento mais democrático, que garanta o desenvolvimento do país e da população. Para que esses grupos efetivamente se formem nas escolas é necessário que os gestores escolares se articulem, apontando soluções, sendo como principais articuladores dessa dinâmica e os atuais responsáveis pelo laboratório de informática das escolas.

Diante disso, é preciso buscar formas didáticas inovadoras, porque o campo educacional torna-se cada vez mais complexo, exigindo do educador um aperfeiçoamento constante, que irá aprimorar efetivamente o ensino dentro da sala de aula.

Nessa conjuntura, as tecnologias como, por exemplo, o computador usado como complemento na aprendizagem é um meio que incentiva o aluno a querer aprender, promovendo uma satisfação tanto para o educador quanto para o educando. Esse recurso ocasiona uma série de novidades, pois com o uso dessa ferramenta tudo se torna mais rápido e fácil, contribuindo

para um melhor desempenho escolar e servindo como recurso pedagógico de apoio para o educador e educando.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria. Prática e formação de professores na integração de mídias: Integração das Tecnologias na Educação. Brasília: Ministério da Educação - Seed, 2005.
- ANTUNES, Celso. Utilizando a Tecnologia a seu favor. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Formação Continuada de Professores: Uma Releitura das Áreas de Conteúdo. Edições Ltda São Paulo: Cengage Learning, 2003.
- CHAVES, Eduardo. A Tecnologia e a Educação: Tecnologia. Campinas, 2004. Disponível em: <http://chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/tecned2.htm#II>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- DEMO, Pedro. É preciso estudar: Memórias de formação: registros percursos em diferentes contextos. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2007.
- DMITRUK, Hilda Beatriz. Cadernos Metodológicos: diretrizes do trabalho científico. 6. ed. Chapecó: Argos, 2004 .
- FREIRE, Paulo. A máquina está a serviço de quem?. Revista Bits, São Paulo, v. 1. p. 6, 1984.
- KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 10. ed. São Paulo: Papirus, 2012.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura.. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PIMENTEL, Fernando. Formação de Professores e Novas Tecnologias: possibilidades e desafios da utilização de webquest e webfólio na formação continuada. Rio de Janeiro: UCB, 2007. .

## LIBRAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS

LIBRAS AND TEACHER TRAINING IN THE EDUCATION OF DEAF STUDENTS

LIBRAS Y LA FORMACIÓN DOCENTE EN LA EDUCACIÓN DE ESTUDIANTES

SORDOS

Josivaldo Teixeira de Oliveira

josivaldocavn@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Josivaldo Teixeira de. **LIBRAS e a formação de professores na educação de indivíduos surdos**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 60 – 52, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

### RESUMO

O presente estudo visa apresentar, num contexto geral, a língua Libras e sua importância no desenvolvimento sociocultural de indivíduos que apresentam surdez. A formação de profissionais docentes na educação de indivíduos surdos não se restringe a apenas professores, mas a todas as camadas da educação, pois o ambiente escolar deve caminhar em conjunto com as necessidades de seus discentes, a educação não se restringe apenas ao ensino regular. A revisão de literatura contemplou a trajetória da Libras e sua legislação pertinente; o sistema educacional dos indivíduos que apresentam surdez no Brasil, as implicações da deficiência, a inclusão em ambiente escolar no sistema regular e a oferta do AEE; assim como a importância das formações específicas para os professores atuarem junto a esses alunos.

**Palavras-chave:** Libras; Educação de Surdos; Formação de Professores.

### ABSTRACT

The present study aims to present, in a general context, the Libras language and its importance in the sociocultural development of individuals who have deafness. The training of teaching professionals in the education of deaf individuals is not restricted to only teachers, but to all layers of education, as the school environment must walk in conjunction with the needs of their students, education is not restricted to regular education only. The literature review contemplated the trajectory of Libras and its relevant legislation; The educational system of individuals with deafness in Brazil, the implications of disability, the inclusion in the school environment in the regular system and the offer of the ESA; as well as the importance of specific training for teachers to work with these students.

**Keywords:** Libras; Deaf education; Teacher training.

### RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo presentar, en un contexto general, el lenguaje de Libras y su importancia en el desarrollo sociocultural de las personas que tienen sordera. La capacitación de profesionales docentes en la educación de individuos sordos no está restringida solo a maestros, sino a todas las capas de educación, ya que el entorno escolar debe caminar junto con las necesidades de sus estudiantes, la educación no está restringida solo a educación regular. La revisión de la literatura contempló la trayectoria de Libras y su legislación relevante; El sistema educativo de individuos con sordera en Brasil, las implicaciones de la discapacidad, la inclusión en el entorno escolar en el sistema regular y la oferta de la ESA; así como la importancia de la capacitación específica para que los maestros trabajen con estos estudiantes.

**Palabras clave:** Libras; Educación sorda; Formación de profesores.

### INTRODUÇÃO

O sistema de ensino de alunos surdos sempre foi uma preocupação tanto do ponto de vista clínico como na perspectiva social, pois as ações trabalhadas afetam a surdez, a comunicação e a vida do indivíduo. No século XX, a preocupação ficou mais evidente, pois foi difundida para todas as camadas da sociedade. No contexto atual, está presente no sistema de educação escolar e seu componente curricular é em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e no componente curricular Língua Portuguesa, concomitantemente, de forma contextualizada e sistematizada, Megale (2005).

A Lei nº 10.436/2002 alterou o currículo das instituições de ensino superior, tornando o componente curricular Libras como parte integrante na formação pedagógica dos docentes. A respectiva Lei reconheceu a Libras como meio legal de comunicação, expressão e interação entre indivíduos com surdez.

Com o surgimento do Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/2002, ficou decretado como deveria ocorrer a inclusão do componente curricular Libras, definindo a formação e certificação de docentes, instrutor e tradutor/intérprete de Libras e garantiu o acesso escolar aos alunos surdos. A Língua Portuguesa passou a ser a segunda língua para esses indivíduos, tornando a organização do sistema educacional no regime regular de ensino, bilíngue.

O presente artigo destaca a importância e necessidade de aprofundamento do conhecimento de profissionais da educação na Libras e na educação de surdos em sua formação profissional, não importando se sua atuação é na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II ou no Ensino Médio na escola regular.

A justificativa do presente trabalho é sua relevância diante da temática presente no contexto educacional atual, onde há o entendimento que, o docente precisa de uma formação, mesmo que básica, em Libras, para atuar com alunos surdos. Todos possuem direito a um ensino de qualidade, logo, o profissional precisa garantir desenvolvimento, aprendizagem e progresso escolar, mesmo diante do contexto da surdez.

O artigo objetiva destacar a grande importância das Libras na educação de alunos com surdez na formação de professores que atuam ou que possivelmente podem atuar com discentes surdos no processo de ensino aprendizagem nas escolas regulares. Referente aos objetivos específicos, é definido alguns temas pertinentes ao sistema de educação de discentes com surdez no Brasil, assim como inclusão escolar, dificuldades pertinentes a inclusão, Trajetória e Legislação pertinentes a Libras e a formação de profissionais da educação para atuarem com alunos surdos, seja no Ensino Regular, no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e/ou na sala de Recursos Multifuncional (SEM) do ambiente escolar.

O estudo desenvolveu uma revisão de literatura que teve como fio condutor o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa do tipo exploratória, mediante a técnica de fichamento e resumo de obras diversas que tratavam sobre a temática evidenciada.

Para o desenvolvimento da revisão de literatura, foram citados os teóricos Brasil (2002), Brasil (2005), Megale (2005), que contribuíram para fundamentar o presente trabalho sobre a educação de surdos, inclusão escolar, a importância do AEE ofertado na SRM; o contexto histórico da Libras, especificidade e legislação; e, o grau de importância da formação de docentes para atuarem com pessoas surdas.

### **O Contexto educacional de pessoas surdas no Brasil: implicações da deficiência e processo de inclusão no ambiente escolar**

No contexto mundial, podemos dizer que a trajetória inclusiva foi definida diante das lutas sociais que buscavam o reconhecimento dos direitos relacionados a cada especificidade,

dentre tais, temos a formação de um conceito relacionado a deficiência auditiva, linguagens e características específicas de pessoas que possuem surdez.

Em uma retomada histórica relacionada a inclusão de pessoas surdas no ambiente escolar, verificamos que:

Desde a Antiguidade, os surdos eram considerados incapazes, pois a língua oral que utilizavam não era tão desenvolvida como a dos ouvintes. Nessa época, havia pouco conhecimento sobre as pessoas com deficiência. Os diferentes eram ignorados pela sociedade e vistos como “não humanos”. Por muito tempo foram desqualificados e inferiorizados e por isso deveriam ser eliminados do convívio da sociedade (FESTA; OLIVEIRA, 2012, online).

Essa situação ocorreu por um longo período de tempo, pessoas com surdez foram excluídas do convívio educacional e social, existia a concepção e compreensão errônea de que eles não possuíam linguagem ou alguma forma específica de comunicação ou linguagem. Para o período, era desconhecido o fato que os sentidos da visão e audição auxiliam e contribuem para minimizar essa deficiência, onde a visão era capaz de adaptar-se à situação enquanto o sentido da audição captava as informações linguísticas necessárias para a comunicação.

No Brasil, no ano de 1990, a educação com pessoas com surdez começou a ser difundida, tendo como base o bilinguismo, “uma proposta de ensino usada pelas escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar” (Santos, 2013, p. 16). O Brasil não foi pioneiro, pois países como Suécia e França já haviam iniciado esse processo.

Diante da situação, as instituições de ensino com alunos surdos, garantiam o direito de aprender duas línguas, facilitado às informações e conteúdos previstos no processo de escolarização, permitindo a esses indivíduos, o acesso a Libras, Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa como sua segunda língua (L2). (Tussi; Ximenes, 2006) afirmam “o surdo precisava ser bilíngue, e, portanto, sua língua materna será a língua de sinais, considerada a sua língua natural, para a segunda língua, será a oficial do seu país”.

Dessa forma, acreditando que era obrigação dos sistemas de ensino se adequar para oferecer um ambiente bicultural que possibilitasse aos surdos o acesso a escolarização, preferencialmente na escola regular, em sua plenitude, em 2002, a Libras foi finalmente reconhecida, por meio da Lei nº 10.436, como língua oficial da comunidade surda, com regras morfológicas, sintáticas e pragmáticas próprias, capaz de possibilitar o desenvolvimento da pessoa surda, e favorecer o seu acesso aos diferentes contextos da sociedade (BRASIL, 2002).

Em 2005, visando dar maior visibilidade para a educação de indivíduos com surdez, surgiu o Decreto Federal de número 5.626 trouxe para esse cenário a caracterização do indivíduo surdo, sendo alguém que tem perda auditiva, mas que compreende, interage e expressa suas emoções com o mundo por meio de expressões corporais e experiências visuais, que neste caso acontece diante da Libras (BRASIL, 2005).

A partir então, adotando uma abordagem bilíngue no Brasil, definiu-se que a educação para indivíduos com surdez deveria acontecer em duas línguas: “L1 – Língua Brasileira de Sinais (Libras) e L2 – Língua Portuguesa” (FESTA; OLIVEIRA, 2012) visando tornar acessível o sistema de duas línguas no ambiente escolar às crianças, jovens e adultos.

Apesar desses avanços, principalmente em termos legais, a aceitação e adoção do sistema de educação bilíngue no Brasil ainda é muito pequena. A pessoa surda ainda reivindica no contexto social atual e, por conseguinte, educacional, ter direito de usar a Libras. Poucas são as escolas que adotam este ensino. Para Santos (2013), para a efetivação da educação de surdos nesse molde, é preciso:

Envolver uma diversidade de possibilidades e contextos de atendimento, baseado na realidade de cada município, disponibilidade de profissionais habilitados na respectiva modalidade educacional, possibilitando serviços especializados, garantindo os atendimentos necessários dos alunos com surdez, um intérprete de Libras/Língua Portuguesa, um instrutor surdo na escola, classes e/ou turmas com educação bilíngue, enfim, instituições de ensino especializadas disponibilizando educação bilíngue. (SANTOS, 2013, p. 16)

Em parte, são fatores que impedem que a educação de surdos, numa proposta bilíngue, se efetive como deveria, a falta de conhecimento por parte principalmente dos professores sobre essa área, assim como da sociedade em geral que não consegue manter uma boa interação com estes sujeitos no cotidiano, e acabam se distanciando destes.

Os autores (Tussi; Ximenes, 2006) esclarecem que, infelizmente, “o Brasil ainda não possui uma boa estrutura que possibilite a efetivação da educação bilíngue nos moldes que deve ter”. Faltam profissionais habilitados nesta modalidade para atuar nas escolas, e, por conseguinte, não há uma real aceitação dessa proposta, pois se realmente houvesse, este não seria um empecilho na educação de surdos.

Muitos profissionais da educação e professores não conhecem o termo educação bilíngue, nem conhecem o sistema de educação para surdos, os profissionais da atualidade devem estar familiarizados com esses termos e sua importância para o aluno surdo. Como citado, muitos não possuem quase nenhuma experiência no processo de escolarização destes sujeitos, apesar dos avanços evidenciados ao longo dos anos neste contexto. Assim, fazendo uma análise conceitual da educação bilíngue, há a necessidade de se deixar muito claro o seguinte ponto:

A educação bilíngue é a educação de surdos e, como tal, representa questões políticas, sociais e culturais. Desse modo, possui um currículo organizado a partir da observação das particularidades da língua de sinais que tende a garantir o acesso a todos os conteúdos escolares, e, com isso, garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem do aluno surdo na escola. Sendo assim, bilinguismo não é só a aquisição de duas línguas, sendo uma a língua de sinais e a outra a oral e/ou escrita. É uma mudança filosófica de postura política, cultural, social e educacional (SILVA, 2011, p. 42).

Isto propicia perceber que a educação bilíngue por possuir um currículo organizado, é muito mais que a aprendizagem de duas línguas, é antes de tudo, a compreensão profunda de todo o universo da educação de surdos, mesmo porque o objetivo maior não é fazê-lo falar, mas desenvolver as suas potencialidades.

Diante desse entendimento, conhecer a surdez e as suas implicações na vida da pessoa afetada por esta deficiência é o ponto de partida para se compreender as bases conceituais da educação bilíngue, assim como se dá o processo de escolarização deste indivíduo e a oferta do

Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), pois fazendo uma análise, percebe-se que:

A deficiência auditiva é um tipo de privação sensorial, cujo sintoma comum é uma reação anormal diante do estímulo sonoro. A surdez é, portanto, caracterizada pela perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, havendo vários tipos de deficiência auditiva, em geral classificadas de acordo com o grau de perda da audição. Esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida em decibéis (dB), em cada um dos ouvidos (DESSEN; BRITO, 1997, s/p).

Logo, o grau de comprometimento da perda auditiva é, de todas, a dimensão que tem maior influência no desenvolvimento das crianças surdas. Isso porque a sua ausência acarreta uma significativa modificação na organização neurológica do indivíduo. Como consequência, tanto pode haver um bloqueio no fluxo de informações quanto pode afetar diretamente a comunicação.

Sendo assim, a surdez é uma deficiência que, por sua particularidade, “consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons” (Lima, 2006, p. 19). Essa perda auditiva varia de acordo com o grau de comprometimento causado, podendo ser definido como perda bilateral, parcial ou total. Contudo, não afeta a o cognitivo do indivíduo, nem sua habilidade para aprender, desde que receba o estímulo adequado para desenvolver-se. Logo, a inclusão se apresenta como uma proposta adequada ao atendimento desses sujeitos, mesmo não sendo efetivamente satisfatória.

É por esse motivo que, (Festa; Oliveira, 2012), reafirmam a importância que se tem da pessoa com surdez ter acesso à escolarização, bem como ao AEE ofertado na SRM da escola regular, visando possibilitar-lhe uma aprendizagem contextualizada e significativa, como forma de valorizar seu potencial e desenvolver suas habilidades cognitivas, linguísticas e sócio afetivas, onde por meio de uma abordagem bilíngue, a Libras e a Língua Portuguesa, esse indivíduo possa ter acesso ao currículo, aos conhecimentos sistematizados pela humanidade ao longo dos anos, bem como possa desenvolver-se integralmente.

A proposta de incluir o aluno surdo na classe regular consiste em possibilitar, de acordo com Silva (2011):

As mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais educandos sem deficiência. Para tanto, cabe aos profissionais envolvidos neste processo construir meios, implementar estratégias, desenvolver mecanismos, utilizar materiais e instrumentos específicos para que isso aconteça, de modo que o aluno surdo deve ter acesso a aprendizagem simultânea das duas línguas, L1 (Libras) e L2 (Língua Portuguesa) como forma de promover o seu desenvolvimento cognitivo e social. (SILVA, 2011, p. 42)

Como se pode observar, visando garantir a inclusão do aluno surdo no ambiente escolar, cabe à instituição de ensino, entre outros aspectos, reconhecer que o respeito à diversidade se evidencia nas práticas educativas adotadas, no trabalho desenvolvido pela comunidade escolar, no respeito pelas diferenças e nas atitudes por parte da comunidade escolar.

Por isso é relevante que os professores saibam como recebê-los e lidar com as diferentes situações em sala de aula e fora dela. Deve haver redimensionamento curricular dos processos

de ensino aprendizagem, bem como do acesso aos diferentes espaços físicos da Instituição, por meio de recursos e serviços específicos que possibilitem a sua plena participação em todas as atividades escolares, Lima (2006).

### **Libras: história e legislação pertinente**

Viu-se, anteriormente, a importância que se tem de conhecer as especificidades educacionais do aluno com surdez para procurar a melhor forma de oportunizar o aprendizado, considerando que a sua língua natural é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua segunda língua é a Língua Portuguesa.

Nesse sentido, a educação de surdos em vigor no Brasil atualmente, prevê um ensino que se baseie na proposta bilíngue que tem por finalidade desenvolver estratégias para a sua escolarização, uma vez que o processo inclusivo requer práticas educativas que apontam para qualidade das relações estabelecidas no espaço escolar, o domínio e o uso da Libras não apenas pelo aluno surdo, mas também pelos professores da classe regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que é ofertado na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), e do intérprete, enquanto condição necessária, porém, não suficiente, para que a inclusão seja bem sucedida.

Diante disso, a Libras se apresenta como língua natural na comunidade de surdos. Ela possui regras morfológicas, sintáticas e pragmáticas próprias que, por sua especificidade, possibilita o desenvolvimento da pessoa surda, favorecendo o seu acesso aos conceitos e aos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo dos anos, pois constitui-se em “sistemas de comunicação desenvolvidos pelas comunidades surdas, constituindo-se em línguas completas com estruturas independentes das línguas orais” (Santos, 2013, p. 18).

Isto revela que os sinais existentes nesta língua são formados a partir da combinação de movimentos das mãos em espaços determinados. Por ser uma língua com características visual e espacial, possui como parâmetros a “datilologia, soletração rítmica, configuração das mãos, orientação espacial, expressões gestuais e expressões faciais e corporais” (Taveira *et al.*, 2016).

Esses parâmetros são formalizados a partir da combinação do movimento das mãos num determinado espaço, que tanto pode ser uma parte do corpo quanto um espaço em frente ao corpo. Além disso, compõem elementos gramaticais que são responsáveis pela formação dos sinais, que, por sua vez, se organizam linguisticamente na forma de frases e de textos que permitem o seu entendimento e comunicação, de modo que:

O seu uso contribuiu em muito para a aprendizagem dos alunos surdos, já que, por ser visual-espacial, não oferece dificuldades para ser adquirida. Por meio dela, observa-se a ampliação do conhecimento de mundo e do conteúdo escolar e, para os surdos, filhos de pais ouvintes, abriu-se a possibilidade de aquisição de uma primeira língua. No entanto, apesar dos efeitos positivos do uso da Língua Brasileira de Sinais na ampliação do conhecimento de mundo e de língua, não se observam ainda resultados mais significativos na compreensão e uso da Língua Portuguesa, o que reforça a ideia de que é a surdez a responsável pelas dificuldades que os surdos apresentam na Língua Portuguesa (PEREIRA, 2014, p. 145).



É fato constatado, portanto, que a aprendizagem simultânea das duas línguas, a Libras e a Língua Portuguesa, promove o desenvolvimento cognitivo e social do aluno com surdez, isto porque uma língua auxilia na compreensão da outra, permitindo modos de análise diferenciados e ampliação nos processos comunicativos tão necessários à sua aprendizagem e desenvolvimento.

Assim, ao fazer uma análise da história da Libras, evidencia-se que ela tem adquirido maior visibilidade no contexto social com o passar dos anos, principalmente por conta da expansão dos movimentos surdos a favor de seus direitos. De acordo com (Tussi; Ximenez, 2006), seu surgimento se deu a partir de experiências de alguns professores, principalmente a partir do século XVIII, que se dedicaram à educação da pessoa surda.

Prova disso é o fato apontado por Silva (2011) de que a história relata que em 1857 foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Essa era, na época, a escola especializada para a educação da pessoa surda no Brasil, e foi a partir dela que se teve o surgimento da Libras.

Contudo, antes da efetivação real da Libras no Brasil, seguia-se a tendência mundial, que era a filosofia oralista. Somente no final dos anos de 1970 é que passou-se a adotar a filosofia da comunicação total. E, finalmente, em 1980 teve início o bilinguismo. Esse foi o pontapé para que anos mais tarde, mais especificamente vinte e cinco anos depois, em 2002, após uma luta persistente e sistemática do povo surdo é que se oficializou e reconheceu-se a Libras “como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira” (Lima, 2006, p. 20).

A Lei de Libras, como é conhecida atualmente, por meio da Lei nº 10.436/2002, foi reconhecida “graças à luta sistemática e persistente das pessoas com deficiência auditiva” (Taveira *et al.*, 2016). Hoje é compreendida pelo povo brasileiro como a língua oficial da pessoa surda. Seus impactos são significativos na vida social e política não apenas destes sujeitos.

Foi por meio da Lei nº 10.436/2002, que, pela primeira vez na história brasileira se reconheceu que “o provimento das condições básicas e fundamentais de acesso à Libras se faz indispensável” (Duarte *et al.*, 2013), mesmo que seu ensino nas escolas de todo o país venha requerer, entre outros aspectos, a formação de instrutores e intérpretes neste contexto.

Três anos mais tarde, outro ganho significativo nesse sentido foi o estabelecimento do Decreto nº 5.626 de 2005 que, além de regulamentar a lei da Libras, também:

Garantiu o acesso e o ensino de Libras, a formação de instrutores e intérpretes e a presença de intérpretes nos locais públicos. O impacto dessa acessibilidade conduziu a inserção da Libras para além das relações cotidianas entre as pessoas surdas e as ouvintes. Notam-se inclusive tímidas mudanças em outros campos, assim como se aguardam o cumprimento da lei e sua repercussão nas políticas de saúde, educação, trabalho, esporte, lazer, turismo e nos meios de comunicação, pois ficou definido, por meio do referido Decreto, entre outros aspectos que, deveriam ser propostas ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva; de tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso; de realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação; de apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação [...] (PEREIRA, 2014, p. 145).

O ganho propiciado por meio do Decreto nº 5.626 foi tão significativo a ponto de se garantir a educação bilíngue nas escolas de todo o país. Hoje já é possível visualizar intérpretes de Libras, não na quantidade desejada, mas pelo menos já se pode contar com este profissional, assim como as instituições de nível superior já estão propondo a formação neste nível visando cada vez mais tornar o contexto escolar mais inclusivo e acessível a esta demanda.

As mudanças são evidenciadas em outros campos, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS), que legalmente tem a obrigação de promover ações de prevenção, desenvolvimento, tratamento, atendimento especializado, diagnóstico, encaminhamentos e capacitação dos profissionais da saúde para um melhor atendimento da pessoa com deficiência nos estabelecimentos de saúde pública de todo o país (Taveira *et al.*, 2016).

Desde então, a Libras é entendida como a língua materna dos surdos, e, como tal, Pereira (2014), esclarece que ela é:

Fator chave para o desenvolvimento deste indivíduo, em virtude de ser um processo natural para a sua socialização e de permitir que sua aquisição plena e natural ocorra de forma paralela a outra língua, como forma de fornecer o potencial para o acesso geral e comum ao conhecimento. É por isso que se afirma que o ambiente mais propício para sua aquisição é a própria escola, instituição de ensino responsável por desenvolver atividades sociais e culturais que ajudam na aquisição do conhecimento necessário em seu processo de escolarização e, por conseguinte, de desenvolvimento integral. (PEREIRA, 2014, p. 146)

Diante disso, entender como se processa a educação bilíngue na escola é uma vertente importante para o conhecimento dos demais aspectos que cercam esse contexto. Mesmo porque, a sua implementação nas instituições de ensino regular não é algo que ocorre “naturalmente” ou de forma imediata. Mas, é o resultado de um processo longo, trabalhoso, contextualizado e sistematizado, que depende do trabalho conjunto e contínuo de todos os professores, no qual os alunos e as famílias precisam estar envolvidos.

De acordo com Pereira (2014), a educação de surdos numa proposta bilíngue na escola regular, é, portanto, um trabalho que requer a participação ativa de todos, de trocas de experiências, de desconstrução de mitos sobre a pessoa surda, do contato com a comunidade surda, da implementação de currículos próprios e adaptados a cada realidade, do conhecimento e domínio da Libras, assim como da própria Língua Portuguesa, mas como segunda língua a ser ensinada e aprendida.

É, portanto, diante dessa premissa que se reafirma a importância que se tem de “oferecer a criança surda uma educação que propicie o seu desenvolvimento integral, respeitando as condições individuais e as escolhas da família” (Duarte *et al.*, 2013). Logo, a proposta de se apresentar um ensino mais acessível à criança surda é a ideia principal da educação bilíngue porque se entende que quanto mais cedo ela utilize, como meio de comunicação, o canal visual gestual e a Libras para as primeiras trocas de informação com a pessoa adulta, melhor será o resultado dessas trocas verbais.

Por isso a importância de se discutir sobre a Libras e a educação de surdos na formação de professores, seja de forma inicial ou continuada, visando a inclusão, a escolarização, o enriquecimento do processo educacional, assim como a implementação de estratégias diversificadas de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico e que tenham como

objetivo final o favorecimento da construção de conhecimentos pelo aluno surdo, de modo que tanto possam desenvolver o currículo quanto possam participar da vida escolar.

### **Formação de professores e sua atuação na escola regular junto aos alunos surdos**

Anteriormente, foi possível conhecer um pouco da história da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) enquanto primeira língua (L1) do aluno surdo. Sua aquisição é importante porque visa promover o processo educativo deste indivíduo, que deve ter acesso à educação bilíngue, preferencialmente na modalidade escrita, de forma simultânea, no ambiente escolar (Dessen; Brito, 1997).

Estudo realizado por (Brasil, 2006) evidencia que, a Libras, apesar de não ser universal, se constitui num sistema linguístico independente, pois apresenta-se como sendo uma modalidade espaço-visual, estabelecida por meio da visão e da utilização do espaço. Dessa forma, há que se enfatizar o fato de que a sua aquisição, desde a mais tenra idade, é fundamental em virtude de possibilitar à pessoa surda, maior e melhor amplitude de comunicação com o mundo à sua volta, na medida em que permite, entre outros aspectos, a estruturação do pensamento e da cognição, interação social, e o desenvolvimento da linguagem.

Associada a aprendizagem da Língua Portuguesa, em sua forma escrita, propicia-se a oportunidade do aluno surdo expressar-se nas diferentes situações comunicativas propostas, afinal a língua apresenta-se enquanto objeto social e interacional deste com o mundo à sua volta. Sendo assim, reafirma-se mais uma vez, que este educando, desde o início de seu processo de escolarização, deve estar em contato constante tanto com a leitura quanto com a escrita.

Assim sendo, os indivíduos com surdez devem ser estimulados constantemente a ler e a ouvir histórias com o apoio de imagens ricas e diversificadas visualmente, acompanhada de dramatização, da língua oral ou da língua de sinais, dependendo do momento e do modelo educacional adotado para tal, Poker (2002).

Entre as ações que efetivam a inclusão deste educando na escola está o AEE, que por seu papel específico, exerce significativa contribuição neste processo. “Sua oferta se dá com base nos marcos teóricos e legais da Educação Especial que o estabelece como um serviço suplementar e complementar a aprendizagem dos alunos com deficiência” (Damázio, 2007, p. 9) e, como tal, deve ocorrer na SRM, por ser um ambiente considerado o espaço dotado de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos diversos, entre outros, cuja finalidade é desenvolver, ao máximo, as potencialidades dos educandos nela atendidos, com o intuito de propiciar uma melhor integração pessoal, social e cultural.

Tanto é que, dentre as atividades curriculares específicas existentes e que devem ser desenvolvidas no AEE na SRM está o ensino da Libras, a comunicação alternativa e o enriquecimento curricular, assim como o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos, produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos, atividades de vida diária, “tudo com o intuito principal de propiciar o seu progresso escolar e social” (Boa Vista, 2008, p. 15).

Dessa forma, o profissional que atua ou pretende atuar na SRM como professor do AEE deve ter habilitação na área de Educação Especial, ter conhecimento da legislação vigente, das limitações apresentadas pelos alunos com deficiência. Em se tratando especificamente do

educando com surdez, Alves (2006), esclarece que sua formação deve ser, preferencialmente, bilíngue, pois são suas atribuições:

- Complementar os estudos referentes aos conhecimentos construídos nas classes comuns do ensino regular;
- Ofertar suporte pedagógico aos alunos, facilitando-lhes o acesso a todos os conteúdos curriculares;
- Promover o aprendizado da Libras para o aluno que optar pelo seu uso;
- Utilizar as tecnologias de informação e comunicação para a aprendizagem da Libras e da Língua Portuguesa;
- Desenvolver a Libras como atividade pedagógica, instrumental, dialógica e de conversação;
- Promover a aprendizagem da Língua Portuguesa para alunos surdos, como segunda língua, de forma instrumental, dialógica e de conversação;
- Aprofundar os estudos relativos à disciplina de Língua Portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
- Produzir materiais bilíngues (Libras-Português-Libras);
- Favorecer a convivência entre os alunos surdos para o aprendizado e o desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais;
- Utilizar equipamentos de amplificação sonora e efetivar interface com a fonoaudiologia para atender alunos com resíduos auditivos, quando esta for a opção da família ou do aluno. (ALVES, 2006, p. 25-26)

Estas são atribuições do professor do AEE voltadas especificamente para o aluno com surdez porque sua ação se desenvolve numa abordagem bilíngue em que o ensino acontece utilizando-se da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa como segunda língua. Sendo assim, sua atuação se caracteriza essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento deste educando.

Por outro lado, apesar de ser garantido, por meio do Decreto nº. 5.626/05, a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória dos cursos de formação de professores, como é o caso da Pedagogia, Letras e outras licenciaturas, com o intuito de divulgar esta língua e capacitar os docentes no seu uso, e assim possibilitar as mesmas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento que todos os demais educandos sem deficiência, sabe-se que isto supre apenas a necessidade de formação inicial que é requerida a todo profissional (Brasil, 2006).

Isto acontece em parte porque os professores “não sabem como introduzir a Língua Portuguesa para crianças surdas ou normalmente, não são professores surdos e não são falantes nativos da Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (Alves, 2006, p. 27).

É comum também alimentam a falsa ideia de que aprender Libras é fácil, quando na verdade, “requer anos de estudo e prática para ser bem compreendida e produzida” (Brasil, 2006, p. 7), pois esta língua é a chave para ampliar a sua inserção no âmbito social, pois possibilita-lhe o desenvolvimento linguístico e intelectual, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural e científico.

Além disso, Damázio (2007) afirma que essa formação é considerada inicial porque busca dar noções básicas de Libras como forma de preparar o professor para o exercício do magistério, em nível médio e superior, nas instituições de ensino, públicas e privadas, dos sistemas federal, estadual, distrital e municipais de ensino.

Mas, diante da garantia de direito das pessoas surdas ao acesso às informações e ao conhecimento escolar por meio da Libras, o Decreto nº 5.626/05, preocupado com o ensino numa abordagem bilíngue, previu também a formação de professores e intérpretes na língua de sinais para atuar nas escolas regulares de todo o país, por entender que:

É dever dos sistemas de ensino se organizarem para garantir um ensino de qualidade a todos os alunos, assim como cabe à escola buscar alternativas para garantir à criança surda o acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais e o ensino da língua portuguesa como segunda língua. No entanto, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a coexistência dessas línguas reconhecendo-as de fato atentando para as diferentes funções que apresentam no dia a dia da pessoa surda que se está formando (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, online).

É de responsabilidade, portanto, dos sistemas de ensino e da escola garantir que o ensino da Libras (como primeira língua) e da Língua Portuguesa (como segunda língua) seja realizado, preferencialmente, por professores que dominem o uso dessa língua. Daí a necessidade que se tem de capacitar cada vez mais profissionais para atuar neste campo, de acordo com as exigências legais propostas para tal.

Em se tratando disso, (Alves, 2006, p. 27) afirma que, uma vez adquirida a formação inicial nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, visando dominar cada vez o uso desta língua, “cabe ao educador buscar meios para habilitar-se tendo em vista a demanda cada vez mais crescente de profissionais com o devido conhecimento e fluência para atuar junto a pessoa surda”.

Isto propicia perceber que investir na formação de professores, seja ela inicial ou continuada, é a melhor, ou a única, forma de contribuir para o favorecimento do surdo na sociedade. Assim, além de necessária, deve ser numa proposta bilíngue, onde “a Língua Portuguesa deve ser ensinada como segunda língua a ser aprendida pelo aluno surdo, enquanto que a Libras será a primeira língua de contato deste indivíduo com o mundo à sua volta” (Poker, 2002, p. 3).

Entende-se, portanto, que como forma de garantir as mesmas oportunidades de aprendizagem a todos os alunos, com e sem deficiência, é dever dos professores se capacitarem e se habilitarem para conhecer e usar a Libras no processo de ensino aprendizagem da criança surda. Contudo, é importante saber que “a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez” (Duarte *et al.*, 2013). É necessário que se criem estratégias, que se desenvolvam ações, que se construam ambientes educacionais estimuladores, que sejam exploradas as suas capacidades, em todos os sentidos, para que assim ele consiga progredir em seu processo de escolarização.

Logo, a importância de se investir na formação de professores, inicial e continuada, para atuarem na classe comum é de significativa importância no contexto atual, principalmente porque, hoje, mais do que nunca, a Libras apresenta-se como imprescindível para que o processo de aprendizagem da pessoa surda aconteça. Mas, para isso, “é necessário que o educador tenha preparação para realizar as adaptações que se fizerem imprescindíveis no processo de escolarização da pessoa surda” (Quadros; Schmiedt, 2006).

Essas adaptações dizem respeito aos métodos de ensino, as operações didáticas, ao domínio da Libras e da Língua Portuguesa, ao uso adequado dos procedimentos, das técnicas e

das estratégias, nas limitações deste indivíduo. Em outras palavras, a adoção da proposta bilíngue pela escola sinaliza a busca por oportunizar suportes teórico-práticos que favoreçam o sucesso do processo de ensino aprendizagem deste sujeito, Boa Vista (2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de apresentar a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da educação de surdos na formação de professores para atuarem junto aos alunos surdos nas escolas regulares, este estudo discute, primeiramente, a respeito da educação destes sujeitos no Brasil e as implicações da deficiência para a inclusão na escola regular, momento este que possibilitou concluir que a pessoa surda se confronta com inúmeras dificuldades ao acesso dos conhecimentos, pois em seu meio a maioria são ouvintes, e, somente após um longo processo de lutas que os sistemas de ensino passaram a se adequar para oferecer um ambiente bicultural que lhe possibilitasse a sua inclusão de forma mais efetiva.

No segundo momento do estudo, com a finalidade de contextualizar sobre a história da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a legislação pertinente, foi possível conhecer que, apesar da Língua de Sinais já existir há muito tempo, somente em 2002, ela foi finalmente reconhecida pela Lei nº 10.436 como língua oficial da comunidade surda, e, em 2005, por meio do Decreto nº 5.626 que foi garantida a educação bilíngue nas escolas de todo o país.

Por fim, no terceiro momento do estudo, com a proposta de analisar a importância da formação de professores para atuar junto aos alunos surdos inclusos na escola regular mediante a oferta do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional, conseguiu-se constatar que a sua inclusão requer, dos docentes, novas estratégias para que ocorra de fato a aprendizagem. Logo, é dever destes profissionais se capacitarem e se habilitarem para conhecer e usar a Libras no processo de ensino aprendizagem destes sujeitos.

Assim, compreendendo que não é o aluno deficiente que tem que se adaptar para ter acesso ao conhecimento, mas a escola que precisa se adaptar e adequar seus materiais e métodos de ensino, de modo a garantir as mesmas possibilidades de aprendizagem, acesso e desenvolvimento, é que se reafirma que a educação de surdos e o ensino de Libras devem se fazer presentes nos cursos de formação de professores, seja de modo inicial ou continuado, de modo a permitir o domínio de saberes específicos deste processo e, a partir disso, capacitar o aluno com surdez para a sua utilização seja no cotidiano escolar, seja na vida social.

Logo, a garantia de um professor que domine a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua, seja como titular da sala de aula comum, seja como um profissional que atua como intérprete de Libras para o aluno surdo, ou como o educador que atua na SRM desenvolvendo o AEE, numa perspectiva bilíngue, constitui-se condição essencial para o acesso do aluno surdo ao conhecimento, cabendo, portanto, aos sistemas de ensino e, por conseguinte, à escola, garantir a educação nesses moldes, para que assim sejam garantidas, entre outros aspectos, práticas pedagógicas adequadas ao processo de escolarização desta clientela.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Denise de Oliveira. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BOA VISTA. Prefeitura Municipal. Proposta Curricular Municipal – do ensino fundamental nos anos iniciais. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.
- BRASIL. Lei de Libras. Lei nº 10.436/2002. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/acessibilidade/files/2009/08/Lei-n%C2%BA10436.pdf](http://www.ufrj.br/ acessibilidade/files/2009/08/Lei-n%C2%BA10436.pdf)>. Acesso em: 06 fev.. 2021.
- \_\_\_\_\_. Decreto Nº 5.626/05. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2021.
- \_\_\_\_\_. Língua Brasileira De Sinais: “Uma Conquista Histórica”. Senado Federal, Brasília, 2006.
- DAMÁZIO, Mirlene Macedo. Deficiência auditiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; BRITO, Angela Maria Waked de. Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil. Paidéia FFCLRP-USP, Ribeirão Preto, fevereiro de 1997, p. 111-134.
- DUARTE, Soraya Bianca Reis [et al.] Aspectos históricos e socioculturais da população surda. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.
- FESTA, Priscila Soares Vidal; OLIVEIRA, Daiane Cristine de. Bilinguismo e surdez: conhecendo essa abordagem no Brasil e em outros países. Ensaio Pedagógico: Revista eletrônica do curso de Pedagogia das Faculdades OPET, Dezembro de 2012, p. 1-10.
- LIMA, Daisy Maria Collet de Araújo. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. 4. ed. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, v. 3, n. 5, agosto de 2005.
- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial, n. 2/2014, p. 143-157. Editora UFPR.
- POKER, Rosimar Bortolini. Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez. Módulo II, UNESP, 2002. Disponível em: <[www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec\\_texto2.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf)>. Acesso em: 10 Fev. 2021.
- QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- SANTOS, Susana Sanches dos. O bilinguismo como proposta inclusiva para surdos no processo inicial de escolarização. 2013. 55p. Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade Cearense, Fortaleza, 2013.
- SILVA, Virgínia Barbosa Lobo da. As implicações do bilinguismo na educação de surdos. 2011. 99p. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 2011.
- AVEIRA, Cristiane Correia [et al.]. Orientações sobre a prática pedagógica e o ensino voltado para o aluno surdo. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- TUSSI, Matheus Gazzola; XIMENEZ, Andrey. Bilinguismo: características e relação com aspectos cognitivos. 2006. 10p. Artigo (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul, 2006.

## INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS EM CLASSE COMUM NO ENSINO REGULAR

### INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN COMMON CLASS IN REGULAR EDUCATION INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES SORDOS EN CLASES COMUNES EN EDUCACIÓN REGULAR

Josivaldo Teixeira de Oliveira  
josivaldocavn@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Josivaldo Teixeira de. **Inclusão de discentes surdos em classe comum no Ensino Regular**. Revista International Integralize Scientific, Ed. n.29, p. 72 – 82, novembro/2023. ISSN/2675 – 5203.

#### RESUMO

A presença de alunos surdos em classe comum é uma realidade na educação, o tema é vivenciado diariamente por inúmeras instituições. Esse assunto tem alcançado diversas camadas da sociedade, pois vem se tornando uma realidade cada dia mais presente no cotidiano escolar. O presente artigo traz como tema: A inclusão de discentes Surdos em Classe Comum do Ensino Regular e seu objetivo é apresentar características relacionadas ao convívio, desenvolvimento, características e desempenho no processo de ensino aprendizagem, destacando procedimentos de ensino que justificam a prática docente dos profissionais que trabalham com o contexto de um ambiente inclusivo. O processo inclusivo está muito distante de uma realidade almejada pelo docente e pelo discente, contudo, é possível perceber que a inclusão está desconstruindo os aspectos históricos e socioculturais relacionados às atitudes discriminatórias e indiferentes diante da comunidade surda. A presente pesquisa destaca elementos importantes na inclusão de discentes surdos em sala de aula comum, o processo de socialização, buscando perspectivas distintas dos métodos educacionais tradicionais, diminuição no índice de preconceito no âmbito escolar, legislação e o trabalho do profissional de libras diante das dificuldades do contexto educacional. A metodologia presente no artigo é qualitativa e bibliográfica, respaldada pela leitura de livros e trabalhos variados, selecionados diante do contexto educacional, temas específicos e fundamentação teórica.

**Palavras-chaves:** Inclusão. Alunos surdos. Classe comum.

#### ABSTRACT

The presence of deaf students in a common class is a reality in education, the theme is experienced daily by numerous institutions. This subject has achieved several layers of society, as it has become a reality more and more present in daily school life. This article brings as its theme: the inclusion of deaf students in a common class of regular education and their objective is to present characteristics related to conviviality, development, characteristics and performance in the teaching -learning process, highlighting teaching procedures that justify the teaching practice of professionals who work with the context of an inclusive environment. The inclusive process is far from a reality desired by the teacher and the student, however, it is possible to realize that inclusion is deconstructing the historical and sociocultural aspects related to discriminatory and indifferent attitudes towards the deaf community. The present research will highlight important elements in the inclusion of deaf students in the common classroom, the socialization process, seeking different perspectives from traditional educational methods, decrease in the prejudice index at the school level, legislation and the work of the LIBRAS professional in the face of difficulties in the educational context. The methodology present in the article is qualitative and bibliographic, backed by reading books and varied works, selected in the face of the educational context, specific themes and theoretical foundation.

**Keywords:** Inclusion. Deaf students. Common class.

#### RESUMEN

La presencia de estudiantes sordos en una clase común es una realidad en la educación, el tema es experimentado diariamente por numerosas instituciones. Este tema ha logrado varias capas de la sociedad, ya que se ha convertido cada vez más en la realidad en la vida escolar diaria. Este artículo presenta su tema: la inclusión de estudiantes sordos en una clase común de educación regular y su objetivo es presentar características relacionadas con la convivencia, desarrollo, características y rendimiento en el proceso de aprendizaje docente, destacar los procedimientos de enseñanza que justifican la práctica docente. de profesionales que trabajan con el contexto de un entorno inclusivo. El proceso inclusivo está lejos de ser una realidad deseada por el maestro y el alumno, sin embargo, es posible darse cuenta de que la inclusión está desconstruyendo los aspectos históricos y socioculturales relacionados con actitudes discriminatorias e indiferentes hacia la comunidad sorda. La presente investigación destaca elementos importantes en la inclusión de estudiantes sordos en el aula común, el proceso de socialización,



buscando diferentes perspectivas de los métodos educativos tradicionales, disminución en el índice de prejuicios en el nivel escolar, la legislación y el trabajo de los Libras en el profesional de Libras en el cara a las dificultades del contexto educativo. La metodología presente en el artículo es cualitativa y bibliográfica, respaldada por la lectura de libros y trabajos variados, seleccionados frente al contexto educativo, temas específicos y fundamentos teóricos.

**Palabras claves:** Inclusión. Alunos surdos. Clase común.

## INTRODUÇÃO

Vários estudos a respeito da educação inclusiva no ensino regular têm mostrado que não há inclusão real se não forem consideradas as características individuais do aluno, atendendo às suas especificidades, dependendo do tipo de deficiência.

Dessa maneira, falando em educação inclusiva, deve-se envolver todo tipo de incapacidade, seja desde dificuldade de concentração a impossibilidades como de ver, ouvir, mover-se ou raciocinar, por exemplo. Lecionar de forma igualitária dentro ou fora da sala de aula é, em tese, possível desde que todos os alunos tenham a mesma capacidade de absorção de informações durante todo o período que esteja no ambiente escolar. Porém não é o que ocorre na realidade.

Atualmente, as dificuldades vivenciadas pelos surdos na educação e os obstáculos à inclusão social e educacional ainda existem, mesmo com avanços e com as políticas de proteção, escolas especializadas e adaptadas são raras. A classe comum é um caminho a ser percorrido na maioria dos casos, gerando um pouco de desconforto por parte de alguns discentes. Uma medida de acessibilidade tomada pelos governos, em 2022, quanto aos aspectos do direito à inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiências, em ênfase nos surdos, foi oficializar a língua de sinais como segundo idioma nacional do Brasil.

O estudo tem como objetivo fundamentar a inclusão de alunos surdos nas escolas regulares, apesar das dificuldades, além dos discursos e das políticas antagônicas quanto à aceitação de deficientes auditivos em salas regulares. Observando a necessidade de investigar, como a escola e a educação inclusiva contribuem para a afirmação da igualdade e da diferença, considerando que nas escolas regulares predominam as manifestações culturais dos/as ouvintes.

A investigação foi de forma bibliográfica tendo como tema principal a inclusão de alunos surdos em classe comum do ensino regular, onde norteará: a inclusão de crianças, jovens e adultos em classes regulares no ensino público; formação profissional no contexto da inclusão; estratégias e possibilidades para ensino dos alunos surdos.

O tema escolhido teve como base os educadores e o conhecimento sobre as dificuldades de adaptação dos alunos na rede regular de ensino. Os principais objetivos são: mostrar a importância da inclusão de alunos com deficiência auditiva na rede pública de ensino; apontar as principais mudanças e ferramentas para se trabalhar a inclusão de crianças com deficiência auditiva nas escolas públicas; analisar as principais estratégias que podem ser desenvolvidas na adaptação do aluno com deficiência auditiva na rede pública; focar no trabalho do professor e demais profissionais da educação quanto à inclusão de deficientes auditivos.

Neste contexto, analisando o desenvolvimento do trabalho de inclusão de alunos (crianças, jovens, adultos) com deficiência auditiva nas escolas da rede pública de ensino, mostrando a importância desta ação para a escola, e para a comunidade como uma ação de

cidadania e um direito reconhecido pela legislação vigente, bem como as dificuldades e estratégias das equipes de educadores.

E conforme o parecer n. 17/2001 – CNE/CEB, é direito da pessoa surda, como de todos os cidadãos, sentir-se e perceber-se parte integrante da vida social. E, em consonância com os pressupostos filosóficos da inclusão, não é somente o aluno que se adapta à escola, mas é fundamental que a comunidade escolar esteja consciente de sua função, revendo seus conceitos filosóficos e ideológicos, respeitando a diversidade cultural e concomitantemente atendendo as necessidades de forma que, gradativamente, o ensino possa ir se adaptando à nova realidade educacional e social.

## **DEFICIÊNCIA VISUAL**

Por meio de uma pesquisa realizada por (Deliberato; Fiorini; Manzini, 2013), em São Paulo, foi analisada uma proposta curricular para a disciplina de Educação Física. Três etapas foram delineadas a partir da proposta:

- a) Identificar os temas propostos para cada bimestre;
- b) Analisar o “caderno do professor” em termos de situações de aprendizagem e o desenvolvimento de cada uma delas e
- c) Planejar estratégias de ensino e adaptações de recursos

Além disso, dez estratégias de ensino foram planejadas, quatro novos recursos foram indicados e duas adaptações de recursos foram sugeridas para as aulas. Como resultado, foi possível incluir alunos com deficiência visual juntamente com alunos sem deficiência. A possibilidade de inclusão se deve ao acompanhamento e avaliação sistêmica do método.

## **DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Já em um trabalho produzido por (Fidalgo; Pinheiro, 2019), foi investigado a implementação ou não de adaptação curricular para alunos com deficiência auditiva. Além dos dados em relação à implementação, foram aplicadas entrevistas e sessões reflexivas a três professores que atuavam em salas de aula as quais possuíam alunos surdos.

Com a investigação foi constatado a ausência de adaptações curriculares e, conseqüentemente, a dificuldade dos professores em implementar as políticas públicas recomendadas. Por outro lado, foi identificado que a colaboração entre os professores contribui para o desenvolvimento de adaptações, apesar de ser prioritário o investimento em um processo formativo inicial e contínuo de qualidade (FIDALGO; PINHEIRO, 2019).

## **AUTISMO**

Para estudantes com autismo, em um trabalho de pesquisa bibliográfica feito por Antonelli *et al.*, 2014, foi feita uma categorização, análise estatística e temática de 157 teses e dissertações sobre autismo.

Os resultados indicaram que a produção acadêmica a respeito do tema ainda é restrita pelos programas de doutorado e mestrado no país. Então foi concluído que há necessidade de

pesquisas que amparem e propiciem estratégias pedagógicas que permitam ao aluno com autismo apropriar-se dos conteúdos curriculares da educação formal (Antonelli *et al.*, 2014).

Diante do assunto abordado, é importante investigar se realmente as adaptações curriculares têm suprido as expectativas e como elas têm sido implementadas nas escolas de ensino regular que possuem alunos com necessidades especiais matriculados.

## INCLUSÃO

A inclusão é um conjunto de meios e ações cujo objetivo central é a acessibilidade e garantia de direito a todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, garantindo direito a todas as ofertas destinadas pelo âmbito escolar e combater a exclusão e o isolamento social dentro e fora do ambiente escolar. A política de inclusão escolar e cultural para pessoas com deficiências e dificuldades específicas foi criada, organizada e planejada com o propósito de incluir quem possui deficiências e pertence às minorias afetadas pelos aspectos históricos e socioculturais, tais como aqueles pertencentes a minorias linguísticas, raciais e étnicas, pessoas com dificuldades de aprendizagem e aqueles que precisam de cuidados constantes com a saúde.

Esse princípio fundamenta a política de integração e a mudança de integração para inclusão é muito mais do que uma mudança de moda e do que uma semântica do politicamente correto. Embora os termos sejam muitas vezes usados como se fossem sinônimos, há uma diferença real de valores e de prática entre eles. A integração envolve preparar os alunos para serem inseridos nas escolas comuns, o que implica um conceito de “prontidão”.

Na inclusão, segundo Ricoy (2009) “o modelo social da deficiência, baseia-se na proposição de que a sociedade e suas instituições é que são opressivas discriminatórias e incapacitantes e que a tensão”, dessa forma, precisa está direcionada para por fim aos obstáculos existentes na participação de pessoas com necessidades especiais na sociedade e para a mudança na instituições oficiais e particulares, para a mudança de regulamentos e atitudes que criam e mantêm a exclusão.

No contexto da educação, a reestruturação das escolas baseada em diretrizes inclusivas é um reflexo de um modelo de sociedade em ação e requer a interação entre as necessidades individuais e as alterações dos sistemas escolares. Dessa forma podem ser apontados alguns níveis em que essas mudanças deverão ocorrer, no âmbito educacional, segundo Ricoy, (2009) Deve haver uma maior flexibilidade para a construção de propostas pedagógicas e de organização escolar; A educação inclusiva é oferecida na sala de aula comum e é compatível com a noção de apoio especializado.

A inclusão implica que os professores têm o direito de receber a preparação apropriada, na formação inicial em educação e no desenvolvimento profissional contínuo; A inclusão indica a necessidade da alteração da estrutura física das escolas. O objetivo da inclusão é promover e desenvolver mudanças nas escolas e na sociedade que a cerca, bem como no sistema educacional como um todo para responder a uma ampla gama de necessidades. Os alunos deverão ser percebidos como sujeitos que têm diferenças.

Ainda segundo Ricoy (2009):

(...) é preciso estruturar a mudança da escola levando em conta , o currículo, os processos avaliativos , os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos , as decisões que estão sendo tomadas sobre os agrupamentos destes nas salas de aula,

a pedagogia e as práticas docentes. (Ricoy, 2009, p.1)

Desta maneira, torna-se importante reconhecer a diversidade, fazendo com que o educando seja atendido em suas necessidades, sem preconceitos pela sua diferença física ou mental. Buscar atender a diversidade é oportunizar a todos os educandos o direito de ser diferente, de agir diferente, de aprender diferente e de dar respostas diferentes. A escola tem um compromisso primordial e insubstituível: “introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico: todo ser humano, incondicionalmente tem direito a essa introdução” (MANTOAN, 2004, p. 7).

### **Educação Inclusiva para educandos com surdez**

De acordo com as recomendações do Ministério da Educação o aluno surdo deve frequentar o ensino regular, sendo esse organizado para atender às suas necessidades educacionais. Desde a década de 1990, a Educação Inclusiva tornou-se obrigatória, devendo ser desenvolvida e adaptada pelas redes públicas de ensino regular e sustentada pelas políticas educacionais. Segundo Glat (2007):

Um dos pressupostos básicos dessa proposta é a necessidade de adaptações no ensino que promovam desafios constantes a todos os alunos e favoreçam seu pleno desenvolvimento social e cognitivo. A escola inclusiva, portanto, deve-se respaldar no oferecimento de adaptações e suportes para o aluno com necessidades educacionais especiais, é somente a partir dessas instâncias que as ações de ensino- aprendizagem podem ser efetivadas com relevância. (GLAT, 2007, s/p)

Havendo ainda questionamentos relacionados às condições em que vem acontecendo o processo de inclusão escolar de alunos surdos na rede pública de ensino. Alguns autores, como Lacerda (2006), assinala que as experiências inclusivas de alunos surdos têm apresentado lacunas tanto para a almejada inserção social quanto acadêmica, e apontam alguns fatores que dificultam o pleno aproveitamento desses alunos no sistema de ensino regular. Dentre estes destaca, por exemplo, o acesso à comunicação, pois a presença de alunos surdos na classe comum demanda uma série de recursos, como boa amplificação sonora e apoio de intérprete.

Outro aspecto que ainda precisa ser aperfeiçoado é a relação de colaboração entre alunos surdos e ouvintes, para que as informações e trocas não fiquem restritas à relação professor – aluno surdo e passem a ser (re) significadas no e pelo contexto histórico em que estão inseridos. “modificação da sociedade como Incluir, conforme Sasaki (2005), significa um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania”.

A educação está buscando adaptar-se a essa nova concepção de escola, preparando-se para receber todos os alunos, não de forma a ter grupos homogêneos, mas grupos onde sejam valorizadas suas individualidades, remodelando, reformulando, desde o espaço físico, o fazer pedagógico, a prática docente, tudo, para que possa realmente acontecer a verdadeira inclusão.

## Possibilidade e estratégias de ensino para aluno surdo na escola comum

O professor de turma regular, ao receber um aluno com surdez em sua classe, assume a responsabilidade de desvelar meios que assegurem a construção do conhecimento, favorecendo assim, o seu acesso ao currículo. No entanto, para que este propósito se realize é necessário que o professor promova adaptações curriculares e efetive diferentes estratégias na sala de aula com a finalidade de facilitar a participação, o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos (ZANATA, 2004, p. 15).

Segundo a referencial política nacional de educação especial de 2008:

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (BRASIL, 2008)

Segundo Glat (2007) as estratégias de ensino mediadoras para o processo de ensino de alunos surdos incluídos em turma comum, são: professor e aluno surdo e interação entre alunos.

Quanto ao professor em relação ao aluno surdo temos a utilização de linguagem de sinais, gestos naturais, dramatizações, mímicas, desenhos como recurso para facilitar a compreensão dos textos que estejam sendo trabalhados em aula; proferir frases completas, não exagerando na articulação das palavras nem na velocidade da fala; falar sem movimentar muito a cabeça ou o corpo para que o aluno registre a leitura da fala; organizar espaços produtivos que permitam ao aluno desenvolver e estimular a criatividade, ludicidade, autonomia, memorização, raciocínio lógico e sociabilização, como cantinho de jogos ou artes, espaço da leitura e espaço da dança;

Além disso, fazer síntese e resumir conclusões para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente; empregar glossários ou listas de palavras que estarão incluídas na atividade desenvolvida e anexá-las em um mural visível a todos na sala; alternar atividades verbais com as motoras (brincadeiras e danças), diminuindo assim, o cansaço causado pela atenção visual constante do aluno.

Na interação entre os discente, devemos designar um colega de classe para assegurar que um aluno tenha compreendido as orientações transmitidas oralmente fazendo-o repetir o que foi dito; incentivar os alunos à busca e utilização de materiais visuais como fotos em revistas, figuras em livros, palavras soltas ou frases em jornal; organizar as mesas em duplas ou quartetos de modo que os alunos se posicionem de frente um para o outro, favorecendo a comunicação entre os mesmos durante as atividades propostas; apresentar atividades de aprendizagens com a formação de pequenos grupos para estimular a cooperação e a comunicação entre os alunos (tutoria por pares).

Para Glat (2007), outro fator relevante quanto à organização das atividades na sala de aula regular que tenha alunos surdos incluídos diz respeito à dificuldade de concentração desse aluno, pois sua atenção é ameaçada diante de qualquer atrativo visual. Esse fato revela a necessidade de equilíbrio e cautela na elaboração de cada passo do processo de ensino.

Pode se considerar o sucesso da inclusão escolar do aluno surdo à inserção da língua de sinais no espaço escolar, através do curso de LIBRAS para os professores e/ou contratação de intérprete, visto que a linguagem ainda é considerada o maior obstáculo para a ação pedagógica, bem como a relação professor e aluno.

A aquisição do conhecimento de LIBRAS desde a infância possibilita maior rapidez e naturalidade na expressão de seus sentimentos, a comunicação da criança com mundo externo fica mais fácil, possibilitando o desenvolvimento da linguagem e a interpretação social. Porém o ensino deve se manter dentro dos padrões e normas da linguagem materna, desta forma não formalizando como aprendizado de nova língua, da mesma forma acontece com outras línguas, desta forma a técnica deve ser mais trabalhada dentro da sala de aula, facilitando o uso em outras linguagens.

Dentro dos conceitos apresentados acima, ponderamos como fundamental a participação efetiva da família em todos os momentos do processo de escolarização do aluno surdo, pois o que se deseja é a cooperação e interação de todas as partes envolvidas, favorecendo dessa forma uma abrangência maior, em diferentes espaços pelos quais o aluno passa, sem haver dicotomia entre os mesmos. O professor, nesse prisma, é mais uma vez um mediador importante entre escola, família e aluno com necessidades especiais.

### **Libras para indivíduos com surdez**

Libras, Língua Brasileira de Sinais, é a segunda língua oficial do Brasil. É utilizada pela comunidade surda e pelos deficientes auditivos, reconhecida pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e foi conquistada diante de muito esforço, sendo regulamentada como meio legal de comunicação e expressão de indivíduos surdos.

Segundo Guarinello (2007), o surdo era incapaz de se expressar, a audição seria o meio mais viável para que o conhecimento e a educação fossem repassados para os mesmos. No passado, não existia nenhuma escola ou ambiente especializado para tal situação, os próprios ouvintes que tentavam ensiná-los a ler e escrever.

No século XVIII, as iniciativas de oralização foram desenvolvidas por preceptores, individualmente, geralmente contratados para atender, educar e orientar surdos oriundos da nobreza. (Fernandes, 2011, p. 26). Segundo (Guarinello, 2007, p. xx), no Brasil, as ações destinadas aos surdos tiveram início no governo de D. Pedro II com uma escola exclusiva para crianças surdas, o fundador foi o francês Hernest Huet, um professor surdo.

Para Quadros, (2004), “A língua brasileira de sinais é uma língua visual articulada pelas mãos, expressões essas vindas do corpo. É uma língua natural usada pelos surdos”.

As línguas de sinais são sistemas abstratos de regras, naturais das comunidades de indivíduos surdos que a utilizam. Como todas as línguas oral- auditivas, não são universais, isto é, cada comunidade linguística tem a sua. Assim há uma língua de sinais inglesa, uma americana, uma francesa e várias outras, e vários países, bem como a brasileira. (FERNANDES, 2003, p. 39).

### **Língua Portuguesa como Segunda Língua dos indivíduos com surdez**

Em meio a essas discussões, percebe-se que ensinar a Libras nas escolas para os surdos

é muito importante para que eles construam sua própria identidade e até mesmo para interagir dentro da comunidade surda.

O ambiente familiar desempenha um papel importante nos processos linguísticos das crianças, pois proporcionam o início das “interações comunicativas como base às futuras operações simbólicas e à interiorização de significados compartilhados socialmente”. (FERNANDES, 2011, p. 89).

A língua portuguesa está ligada à oralidade auditiva, por isso a criança surda tem dificuldades em aprendê-la. Na maioria das vezes, o que dificulta a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua é a forma que o professor tenta ensinar os alunos surdos, ou seja, a metodologia inadequada nesse contexto.

No entanto, a escola, bem como o professor deve não apenas conhecer a metodologia mais adequada para aprendizagem dos alunos surdos, mas sim, promover um currículo inclusivo, que promova uma aprendizagem que contemple a língua portuguesa como a segunda língua e flexibilização na avaliação das produções de escrita do alunado surdo.

Para Minetto (2008):

A escola inclusiva tem no seu currículo e no PPP o reflexo de seus pensamentos, concepções e desejos, por isso de nada adiantaria colocar no papel algo que não corresponda ao que será capaz de cumprir. A estruturação adequada de um currículo flexível só trará benefícios quando todos entenderem sua razão e colaborarem com sua execução. (MINETTO, 2008, p. 62)

Porém, mesmo com todas as dificuldades, os surdos têm direito de aprender a língua portuguesa como sua segunda língua, até porque vivem em uma sociedade onde o português é predominante.

A educação bilíngue é um desafio, que visa rever “práticas monolíngues (baseadas na língua majoritária, o português) para uma educação linguística diferenciada, que também reconheça e incorpore ao currículo a língua minoritária, a Libras.” (Fernandes, 2011, p. 106).

O papel do professor é buscar diferentes métodos de ensino para minimizar os problemas enfrentados pelos alunos, fazendo com que ele possa compreender e aprender da melhor forma possível. Geralmente esse aprendizado se inicia nos primeiros anos do ensino fundamental e de maneira inadequada.

Na verdade, desconsidera-se, nesse processo, a possibilidade diferenciada de apropriação da língua portuguesa pelos surdos, mediada simbolicamente pela língua de sinais, ou seja, com base em estratégias essencialmente visuais, e não orais auditivas como acontecem com pessoas ouvintes. (FERNANDES, 2011, p.115)

Neste sentido, o planejamento e as atividades realizadas pelo professor que atende os alunos surdos, necessitam ser contextualizadas juntamente com referenciais visuais. É muito importante proporcionar ao aluno a expressão escrita, para que ele consiga ver seu desenvolvimento e o professor possa analisar o processo de aquisição do conhecimento.

Para (Minetto, 2008, p. 33) o que parece ser mais viável é uma reflexão sobre o currículo, para uma melhoria da prática, não a elaboração de novas teorias sobre o currículo.

Refletir a avaliação é outro ponto importante, pois necessita perder o ar “somativo, intraindividual, e voltar a outro, formativo e interindividual,” em que o interesse está situado

nas relações entre as necessidades de cada indivíduo e o retorno educacional que lhe é proporcionado. (MINETTO, 2008, p. 68).

A questão de avaliar um aluno, não é para julgamento e sim para ver se o aluno está aprendendo o conteúdo que o professor está passando, e também usado como autoavaliação do próprio professor, para que o professor possa analisar e rever suas metodologias aplicadas em sala de aula. A avaliação com o aluno surdo deve acontecer de forma mais gestual usando a sua língua nativa que é a Libras, utilizando de gravuras e através de atividades que proporcionem uma compreensão mais tranquila. A presença da intérprete é muito importante para o aluno.

Um dos erros cometidos e que prejudicam os alunos em uma avaliação e nos próprios exercícios de fixação é o professor utilizar questões dissertativas, pois o professor deve compreender a grande dificuldade que o aluno surdo apresenta no que se diz respeito à escrita. (Fernandes, 2011, p. 118). ‘Flexibilizar é a palavra chave’, contudo é necessário considerar: não rigidez na classificação do tempo e metodologia. Ainda, momentos viáveis para efetuarem os trabalhos, o comportamento e a envoltura que o alunado tem perante certa proposta. (MINETTO, 2008, p. 104)

Assim, Fernandes (2011), enfoca a importância do professor em sua formação continuada, disponibilizar novas formas de mediação no que diz respeito a sua prática em sala de aula com “diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocia teorias e práticas. Afinal, o professor tem um papel muito importante para que o aluno surdo venha a conceber a língua portuguesa como a segunda língua, para tanto necessita ser capacitado e estar em formação contínua. Igualmente, conseguirá desenvolver metodologias que vão de encontro com as necessidades dos alunos surdos.

## **METODOLOGIA**

A partir do objetivo central que aborda a inclusão de surdos no ensino regular em classe comum, optou-se pela pesquisa bibliográfica para a elaboração do artigo. A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já publicados em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

De acordo com (Cervo; Bervian; Silva, 2007) a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

A pesquisa bibliográfica é o alicerce que sustenta toda pesquisa científica. Para que seja possível avançar em um determinado campo do conhecimento é necessário primeiro conhecer aquilo que já foi investigado por outros pesquisadores e quais são as carências do conhecimento acerca daquele assunto. Assim, a revisão bibliográfica é indispensável para que seja delimitado um problema de pesquisa e para que o pesquisador forme uma ideia mais precisa a respeito do estado atual acerca dos conhecimentos de um determinado tema e suas lacunas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando o estudo efetuado através de pesquisa bibliográfica, entende-se que atualmente a escola, tenta proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais



(focando mais no aluno surdo), um estudo no qual está em seu alcance, com os poucos recursos que se tem, pois existe uma grande deficiência de materiais de apoio e também de profissionais.

Acredita-se que a partir dos estudos realizados, espera-se concluir que o governo infelizmente não disponibiliza verbas satisfatórias para as escolas poderem comprar materiais adequados para trabalhar com esses alunos que necessitam de um aprendizado diferenciado.

Embora a escola possui uma professora intérprete que auxilia o aluno surdo em todas as aulas e atividades. O papel do intérprete é muito importante para que o aluno consiga acompanhar a aula na sua língua natural que é a Libras. Contudo, provavelmente será diagnosticado que ainda faltam muitos profissionais qualificados para fazer esse trabalho, de interpretação e tem algumas escolas que ainda não possui. Ainda, a comunicação da sala, que é quase em sua totalidade de alunos ouvintes, se dá de forma oral, pois nenhum dos alunos sabe LIBRAS apenas a intérprete. Isso faz com que o aluno surdo se esforce para entender e tentar fazer a leitura labial.

Porém, deve-se achar como retorno da pesquisa que, o que mais atrapalha a vida escolar do aluno surdo é a segunda língua, o português. Para ele é complicado entender as palavras, apenas consegue estudar na escola, pois em casa sozinha as dificuldades aumentam. O português possui muitas preposições e outras regras que não existem na língua de sinais, isso faz com que o aluno surdo, tenha dificuldade tanto na leitura, quanto na escrita.

Para melhorar a vida escolar não apenas do aluno que é surdo, mas para os próprios professores, seria viável que todos os professores da rede de ensino fizessem uma capacitação, e aprendessem pelo menos o básico da língua, claro que não acabaria todos os problemas encontrados na sala de aula, mas já iria minimizar bastante.

Deve-se perceber que há muito a se fazer não apenas em relação à inclusão, mas em todo âmbito escolar, para todos os alunos que frequentam uma escola a fim de ter um aprendizado de qualidade, para prestar um vestibular e passar, dando continuidade à vida acadêmica. São poucos os alunos surdos que conseguem chegar a uma faculdade, e quando chegam muitas vezes não conseguem concluir por falta de profissionais especializados que os ajude em suas atividades.

Finalmente, através dessa pesquisa deverá ficar evidente que as dificuldades e as barreiras são diversas, mas que se todos se mobilizassem e tentassem mudar essa realidade tudo seria mais fácil, tanto para o aluno surdo, quanto para as próprias escolas que os recebem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que cada um de nós que desempenhamos algum papel na educação, seja na escola comum ou nas escolas especiais, façamos o nosso trabalho com responsabilidade, embasados em teorias atuais que garantam o direito a todos sem distinção à educação, sendo tratados igualmente, tendo apenas atendimentos diversificados de acordo com suas necessidades. Assim estaremos contribuindo para que o processo de inclusão aconteça de forma adequada e satisfatória, pois, “ o sucesso das propostas de inclusão decorrem da adequação do processo escolar à diversidade dos alunos”.(Mantoan, 2004, pg. 79).

É preciso que continuemos estudando e preparando- nos para o trabalho diversificado e dinâmico que faz parte da educação, para nós concebermos capazes de conviver com o diferente

e saber lidar com as diferenças, para que estas não sejam menosprezadas e nem apontadas, mas sim trabalhadas de acordo com suas especificidades.

Pois através da aceitação das diferenças e da valorização das potencialidades de cada um, fica para nós a mensagem da importância de cada ser humano para a sociedade, para a educação, e que como tal devemos agir, em prol da união, da cidadania e da igualdade de direitos. Pois somente assim teremos um mundo mais harmonioso e uma educação de qualidade para todos, onde deficientes ou não aprendem uns com os outros numa troca recíproca de conhecimentos e de experiências, de vida, de história, de habilidades, tendo apenas a certeza de que fazemos parte de um mesmo universo, de uma mesma história, a história da existência humana.

## REFERÊNCIAS

- ANTONELLI, Carolina de Santi; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; NEVES, Anderson Jonas das; SILVA, Mariana Giroto Carvalho da. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. Edição em Revista. Belo Horizonte. 30, n. 2, p. 43-70. abril-junho, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.
- CAMPOS, Juliana Aparecida de Paula Perez; DUARTE, Márcia; GUADAGNINI, Larissa; SILVA-PORTA, Wilma Carin; TRAVAGIN, Karla Cadamuro. Perfil dos estudos feitos sobre adaptação curricular no âmbito da escola regular. Revista Educação Especial, v. 29, n. 54, p. 215-231, jan/abr. 2016. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; LEITE, Lúcia Pereira; MENNOCCHI, Leuren Mariana; SILVA Aline Maira da. A Adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva. Psicologia da Educação, p. 89-111, São Paulo, 2011.
- CORREIA, Luís Miranda. Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Porto, Porto Editora. 1999
- COSTA, Djailma Silva da. Adaptação curricular para a inclusão do aluno com deficiência: contribuições da psicopedagogia. Universidade Federal de Pernambuco. João Pessoa, 2014.
- CRÓ, Maria de. Lourdes. Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): formação no ensino superior. Reflexão & Ação, v. 17, n. 1, p. 140-163, 2009.
- DELIBERATO, Débora; FIORINI, Maria Luiza Salzani. MANZINI, Eduardo José. Estratégias de ensino para alunos deficientes visuais: a Proposta Curricular do Estado de São Paulo. Motriz, Rio Claro, v. 19, n. 1, p. 62-73, jan/mar. 2013.
- FIDALGO, Sueli Salles; PINHEIRO, Lucineide Machado. Adaptações curriculares na “inclusão” escolar de alunos surdos: Intervenções Colaborativas. Revista Brasileira de Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade. v. 1, n. 1, 2019.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Abrindo as escolas às diferenças. In: (org.). Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo, Moderna, p.109-128. Educação em pauta – Escola & Democracia. 2001.
- PACHECO, José Augusto. Escritos curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.



**INTERNATIONAL  
INTEGRALIZE  
SCIENTIFIC**

**Publicação Mensal da INTEGRALIZE**

Aceitam-se permutas com outros periódicos.

Para obter exemplares da Revista impressa, entre em contato com a Editora Integralize pelo (48) 99175-3510

**INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC**

Florianópolis-SC

Rodovia SC 401, Bairro Saco Grande,  
CEP 88032-005.

**Telefone: (48) 99175-3510**

**<https://www.integralize.onlin>**